

FACTOS URBANOS
Os Mercados na cidade do Porto



Ana Teresa Raposo Quartilho
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
sob a orientação do Professor Doutor Nuno Grande
Departamento de Arquitectura da FCTUC
Coimbra, Julho 2011

“O que resistiu até hoje é actual, útil, contemporâneo. E, para além disso, permite recuar no tempo para seguir em frente. (...) Usar e voltar a usar. É como pensar e repensar as coisas. E a arquitectura não é mais do que um modo de pensar sobre a realidade.” (Enric Miralles, 2006)

Ao Professor Doutor Nuno Grande, pela disponibilidade com que acompanhou a dissertação,
pela crítica e pelo incentivo.

À minha família pela presença e apoio constantes.

Aos amigos, pelos momentos e as memórias que ficam.

Ao dArq, pela Escola, por tudo o que aprendi nos últimos anos.

Ao “Avô Quartilho”, por ter a certeza que este seria um verdadeiro motivo de alegria.

A todos, muito obrigada.

Introdução	9
I. A Cidade e o Planeamento Urbano	17
1.1 Da Era Medieval ao séc. XX	21
1.2 A “Terceira Modernidade”	31
1.3 “Factos Urbanos”: o exemplo dos Mercados tradicionais	45
II. O Mercado Tradicional na cidade contemporânea	55
2.1 O confronto com a obsolescência	59
2.2 Regeneração urbana	69
2.3 Transformações nos Mercados	79
III. Os Mercados na cidade do Porto	95
3.1 Mercado Ferreira Borges	99
3.2 Mercado do Bolhão	111
3.3 Mercado do Bom Sucesso	129
Considerações finais	143
Bibliografia	155
Fonte de imagens	171
Anexos	181

Introdução

O estudo da cidade é um tema a que muitos arquitectos se dedicaram ao longo da História. No entanto, *“a cidade é muito mais coisas que os seus edifícios e a sua arquitectura”*¹ e este revela-se assim um trabalho complexo e pluridisciplinar, abrangendo campos tão distintos como os da antropologia, sociologia ou economia.

Pelo seu olhar condicionado e por ser, de uma forma geral, a sua área de intervenção, é legítimo por parte dos arquitectos que tenham um pensamento constante sobre o futuro das cidades. E, mais do que um “capricho” cultural ou estético, esta é uma preocupação social e económica acerca do bem-estar das gerações futuras, que pode e deve ser partilhada por todos.

*“...inquietam-nos as formas que tomam as cidades e todo o tipo de riscos sociais e ambientais que elas parecem gerar.”*²

A evolução e o desenvolvimento das cidades alteraram-se drasticamente a partir do século XIX, principalmente devido ao alastramento da Revolução Industrial, que surgira em Inglaterra em meados do século anterior. O avanço tecnológico foi indiscutivelmente benéfico em muitos aspectos mas é preciso salientar que este tem vindo a ser um processo duplo e paradoxal. A verdade é que, aliada a um extraordinário crescimento demográfico na cidade, a expansão territorial foi sendo feita de uma forma descontrolada, trazendo consigo problemas tanto a nível económico como social. Ao nível da construção, o fenómeno é semelhante. Apesar dos melhores recursos, a edificação tem vindo a ser feita de uma forma desenfreada, com o desejo de lucro imediato, com a rapidez e a quantidade muitas vezes em detrimento da qualidade e da autenticidade. Corre-se o risco de o resultado aparecer, em grande parte, sob a forma de aglomerados urbanos desconexos, espelhando as limitações ou até a inexistência de planeamento, além dum empobrecimento da criação arquitectónica, que dificilmente servirá de testemunho para o futuro.

*“...deve ter-se presente que a extensão do fenómeno urbano no último século é não só maioritária como, estruturalmente, irreversível...”*³

¹ SOLÀ-MORALES, Ignasi de – Presente y futuros. p.10 (tradução da autora)

² ASCHER, François – Novos Princípios do Urbanismo. p.19

³ PORTAS, Nuno. In ASCHER, François – Novos Princípios do Urbanismo. p.13

Muitas estratégias para inverter esta tendência podem ser formuladas mas, indubitavelmente, só farão sentido após uma mudança de mentalidade. É essencial assumir que se atravessa um período onde a reflexão é necessária, em contraste com o moderno efusivo pós-revolução; a resposta às necessidades contemporâneas não pode, em qualquer sentido, tornar-se um “fardo” para as gerações futuras. Esta nova época, designada por François Ascher como por “terceira modernidade”⁴, não deve no entanto ser confundida como uma oposição ao progresso. Representa antes a introdução de um novo método de planeamento urbano, onde é fundamental a adaptação à complexidade das cidades herdadas e a procura de um equilíbrio entre o novo e o pré-existente.

Ao longo da segunda metade do séc. XX o que também se verificou foi, devido ao aumento da população urbana e ao paradigma vigente, a expansão das cidades em várias direcções, resultando num significativo movimento demográfico do centro para a periferia. Este factor veio acelerar o confronto com a degradação e a desertificação dos centros históricos, levando agora as cidades a desenvolverem técnicas e estratégias para a sua recuperação. Sabendo de antemão que a arquitectura por si só não é a causa ou a solução para este estado, é também verdade que pode ter um papel fundamental na regeneração do tecido urbano e na introdução de novas dinâmicas sociais. E é com esta convicção que surge a presente dissertação.

Das muitas estratégias que se podem tomar no que diz respeito à reintegração de espaços urbanos na cidade, pretende desenvolver-se uma, que se destaca pela sua pertinência no panorama actual: a reabilitação de elementos representativos da cidade que, devido às mudanças na sociedade contemporânea, se aproximam da obsolescência. Esta escolha é sustentada pelas características próprias destes lugares, definidos por Aldo Rossi como “factos urbanos”⁵:

“...na estrutura urbana existem alguns elementos de natureza particular que têm o poder de retardar ou acelerar o processo urbano e que são, por natureza, assaz relevantes.”⁶

⁴ ASCHER, François – Novos Princípios do Urbanismo. p.32

⁵ A teoria dos factos urbanos foi introduzida por Aldo Rossi em *L'Architettura della Città* (1966). Através da apresentação da estrutura, individualidade e evolução destes elementos, o arquitecto italiano pretendia sustentar o seu método de aproximação à cidade, fortemente baseado na análise e no conhecimento histórico.

⁶ ROSSI, Aldo – A Arquitectura da Cidade. p.83

A monumentalidade, a função ou a longevidade destes elementos é variável, eles destacam-se principalmente pela influência que tiveram - e podem voltar a ter - na modificação do tecido urbano envolvente. São elementos que actuam frequentemente como catalisadores, acelerando o processo de urbanização, e que se distinguem também pela capacidade de actuar além dos seus limites espaciais.

Apesar de todas as potencialidades, a reabilitação destas estruturas revela-se um processo bastante complexo e capaz de gerar inúmeras controvérsias. Serão estas formas capazes de suportar funções distintas das originais? Como preservar a memória e a identidade do edifício? Deve o existente ser imaculadamente conservado ou é importante haver uma adaptação às necessidades contemporâneas?

Primeiro de uma forma mais teórica e posteriormente utilizando como casos de estudo os Mercados na cidade do Porto - Mercado Ferreira Borges, Mercado do Bolhão e Mercado do Bom Sucesso - será feita uma reflexão em torno destas e outras questões. Reflexão sim, pois não existem respostas universais e certamente porque arquitectura não se faz de receitas.

Embora esta nota introdutória possa ter tomado um tom crítico, não será esta a direcção seguida nos próximos capítulos. A pretensão do trabalho é antes a de um alerta no contexto contemporâneo, coerentemente fundamentado e apoiado em exemplos considerados relevantes no panorama nacional e internacional.

No início do séc. XX apenas 13% da população mundial vivia em cidades. Actualmente, cerca de metade da Humanidade já habita em meios urbanos. Este aumento exponencial resultou de diversos factores, embora na sua maioria produto de um acontecimento singular e suas repercussões: a Revolução Industrial iniciada em meados do séc. XVIII. A partir daí as cidades tornaram-se os principais cenários da vivência humana, levando Françoise Choay a designar o último século como a “era das metrópoles”⁷. A par do crescimento demográfico abrupto e da rápida expansão territorial surgiu a necessidade de formalizar uma disciplina responsável pela organização espacial das cidades – o urbanismo.

Com o abrandamento do progresso, a transição de milénio revelou-se um período simbólico para a reflexão em torno da cidade e dos modelos urbanos até aí adoptados. A verdade é que, além dos problemas relacionados com o urbanismo moderno que Jane Jacobs destacou⁸, as cidades do séc. XXI deparam-se também com outros de diversos tipos, mas que em muito se podem associar ao paradigma urbano anterior. De acordo com François Ascher, é essencial que esse modelo seja repensado e se assuma definitivamente um novo ciclo, designado por “terceira modernidade”⁹.

Existe ainda outro conceito muito importante para o desenvolvimento da presente dissertação. Na sua visão da cidade como um bem cultural, Aldo Rossi faz referência aos “factos urbanos” como “*momentos estáveis na constante mudança da composição de uma cidade*”¹⁰. Assim, a par das teorias desenvolvidas, estes são também elementos-chave no estudo e na compreensão das transformações ocorridas no tecido urbano.

Este capítulo dará assim especial importância ao planeamento crítico e à crítica ao planeamento nas cidades, isto é, às intenções e às consequências da implementação de diferentes modelos urbanos ao longo do tempo.

⁷ MORENO, Julio – O Futuro das Cidades. p.43

⁸ Em *The Death and Life of Great American Cities* (1961), a escritora e activista canadiana Jane Jacobs fez duras críticas ao urbanismo moderno enquanto doutrina e ao desenho das cidades à época. Com base no programa norte-americano de renovação urbana das áreas centrais das cidades, descreveu o que realmente as afectava, como por exemplo os perigos de um desenvolvimento capitalista e a falta de diversidade urbana, recomendando estratégias para melhorar o seu desempenho.

⁹ A terceira modernidade foi o conceito apresentado por François Ascher em *Les Nouveaux Principes de l'urbanisme* (2001) para representar a fase de modernização pós-industrial e assente na crítica pós-moderna.

¹⁰ SCHMIDT, Christian M. – Urban artifacts. [Em linha] (tradução da autora)

1.1 | Da Era Medieval ao séc. XX

No passado várias definições de cidade foram enunciadas por personalidades consideráveis que se dedicaram ao seu estudo. No entanto, ao representarem o principal “palco de acção” das sociedades, as cidades estão em constante mutação, sem que seja possível gerar um conceito intemporal. As definições existentes, embora verdadeiras, possuem também um carácter ambíguo e generalizado, estando muito dependentes do campo de estudo do seu autor - por exemplo, em 1938, Lewis Mumford considerava a cidade um “*um ponto de concentração máxima do poder e cultura de uma comunidade*”¹¹, enquanto Louis Wirth, numa visão mais sociológica, a definia como “*uma povoação relativamente grande, densa e permanente de individualidades socialmente heterogéneas*”¹². O confronto destes conceitos é sem dúvida importante no estudo da evolução da cidade mas verdadeiramente insignificante quando comparado com o mais real testemunho que se pode ter: o próprio tecido urbano e as suas arquitecturas.

Para um melhor entendimento das transformações a que as cidades foram submetidas, é então essencial estudar o conjunto de práticas e fenómenos que influenciaram o seu desenvolvimento até hoje. É certo que existem sempre factores espontâneos e imprevistos que não podem ser controlados mas a cidade é, acima de tudo, o espelho das práticas da sociedade que a define.

*“As formas das cidades cristalizam e reflectem as lógicas das sociedades que as acolhem.”*¹³

A imagem da cidade apresenta-se assim como uma sobreposição de paradigmas urbanos: o contraste entre as ruas e as avenidas, entre a pedra e o betão, entre o velho e o novo, é a melhor representação das diferentes épocas e das várias formas de planeamento ali experimentadas.

Embora o conceito de urbanismo seja apenas introduzido no séc. XX, a verdade é que anteriormente já se exerciam práticas que traduziam a “*relação do Homem Ocidental com a*

¹¹ MUMFORD, Lewis. Cit. por KOSTOF, Spiro - *The City Shaped*. p.37 (tradução da autora)

¹² WIRTH, Louis. Cit. por KOSTOF, Spiro - *The City Shaped*. p.37 (tradução da autora)

¹³ ASCHER, François - *Novos Princípios do Urbanismo*. p.22

organização das suas cidades”¹⁴. Até ao séc. XV as cidades medievais dividiam-se em diversas categorias consoante a sua origem: as de génese romana, as que evoluíram a partir de aldeias e as que tinham como base um núcleo militar ou um castelo. Sobretudo as que datam do período romano apresentavam já uma preocupação ao nível do traçado das vias, organizando a urbe segundo um traçado hipodâmico. Outro aspecto importante é o facto de, na sua maioria, apresentarem estruturas coincidentes, como é o caso das muralhas, da igreja ou da praça de mercado.

Os dois séculos seguintes reiteraram a importância das cidades. Em simultâneo com a origem dos tempos modernos surgiu a cidade da Renascença, caracterizada pelo retorno às artes e aos conhecimentos da Antiguidade. Este período foi designado por Ascher como a “primeira modernidade” pelo facto de marcar o início de um novo ciclo, onde a cidade passou a ser “*concebida racionalmente para indivíduos diferenciados*”¹⁵. A transição da cidade medieval para a cidade “clássica” foi também marcada pela monumentalidade das intervenções, que denunciavam a vontade de concretizar espacialmente os novos valores. Esta ambição traduziu-se ainda no alargamento e diferenciação funcional e social das ruas, na expansão territorial e na redefinição e separação do espaço público do privado e do exterior do interior.

No final do séc. XVII assistiu-se a um alargamento significativo das áreas de cultivo, à introdução de novas culturas, de novas técnicas agrícolas e ainda ao desenvolvimento da criação de gado. Estes fenómenos em simultâneo provocaram uma verdadeira “revolução agrícola”, aumentando substancialmente a produção alimentar. Consequentemente, desenvolveu-se também neste período o capitalismo industrial que incitou muitos agricultores a trocarem o meio rural pela cidade, na procura de melhores condições de vida.

O extraordinário aumento demográfico que se verificou nas cidades desencadeou uma urbanização espontânea sem precedentes e um alargamento dos limites do tecido urbano. Contudo, este processo foi de tal forma acelerado que muitas vezes se sobrepôs ao planeamento em grelha que se praticava em grande parte das cidades, trazendo consigo problemas não só a nível espacial mas também de ordem económica e social. O século XVIII ficou assim marcado pelo início da Revolução Industrial, por todo o progresso inerente ao aparecimento da

¹⁴ CHOAY, Françoise – The Modern City. p.7 (tradução da autora)

¹⁵ *Idem.* p.27 (tradução da autora)



1 - Vista aérea da rue Lafayette e da rue de la Chaussée d'Antin; 2 - Obras em Paris com a reforma de Haussmann, 1848; 3 - Rue de Rivoli, 1877; 4 - Avenue de la Grande Armée, uma das doze grandes avenidas que Haussman lançou a partir do Arco do Triunfo.

máquina e da produção em série, mas também pela incapacidade da maioria da população em assimilar esta segunda revolução urbana.

*“...a cidade muda mais rapidamente que o coração do homem, e deixou de ser uma protecção tranquilizante para o fluir das experiências urbanas...”*¹⁶

Ao contrário do que acontecera na cidade medieval e mesmo na cidade “clássica”, os habitantes deixaram de sentir que faziam parte do processo de urbanização, passando a meros espectadores das transformações que aconteciam à sua volta. Este sentimento de perda, associado ao incómodo que advinha do aparecimento súbito de imigrantes vindos do campo, que desconheciam o significado e o funcionamento das instituições da cidade, e ainda aos problemas de saneamento, levaram não apenas socialistas mas também escritores e filósofos a classificar o aglomerado urbano do séc. XIX como caótico e desconcertante. Tudo isto convergiu para a criação de um novo paradigma urbano, que embora tenha tomado diferentes formas, foi sempre um planeamento assente na crítica aos problemas da época.

Hausmann foi um dos pioneiros na tentativa de adaptar as cidades à sociedade industrial. Em Paris assistiu-se a uma destruição maciça do edificado para que se abrissem grandes *boulevards* e a cidade ganhasse uma imponência à altura da época. Deste processo de “regularização”¹⁷ fazia parte um pensamento higienista e racional mas também uma atitude segregante, que acabou por afastar a classe trabalhadora para a periferia, agravando os contrastes sociais.

Seguiu-se um período que Choay designou de “pré-urbanismo”¹⁸ e que se dividiu em dois modelos principais: o “culturalista” e o “progressista”. O “culturalista” defendia uma cidade compacta e multifuncional, onde o restabelecimento da ordem urbana passava pela recuperação dos valores espirituais da sociedade antiga. Esta recriação de uma cultura popular

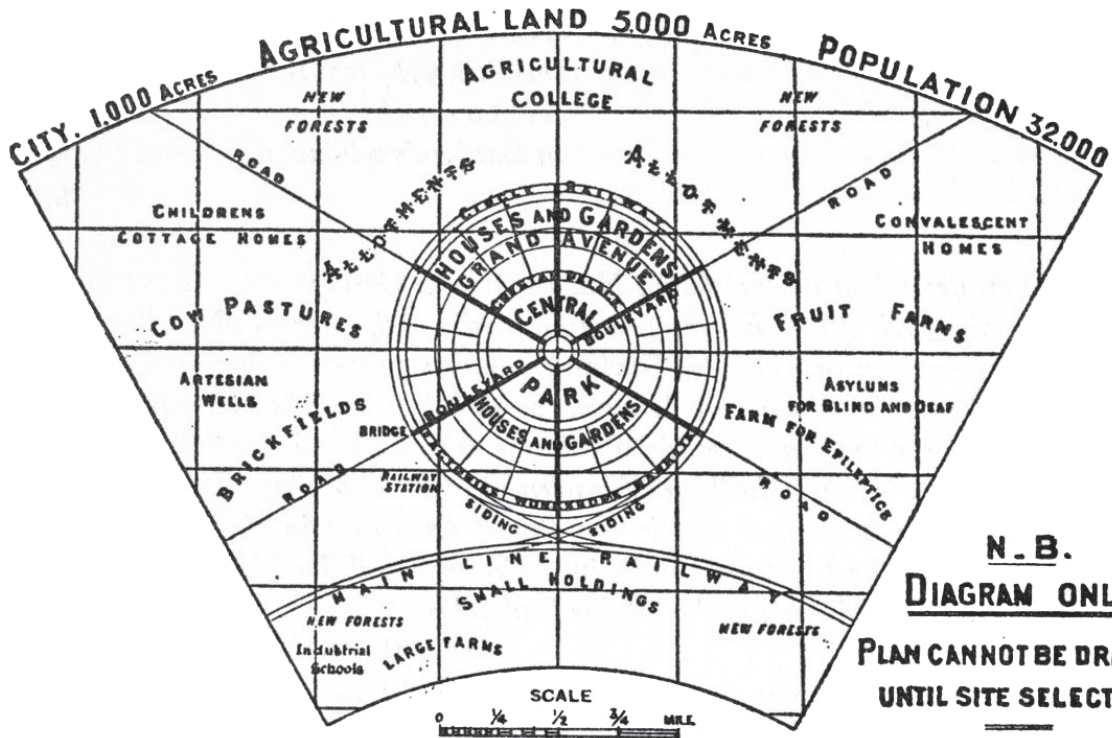
¹⁶ BENEVOLO, Leonardo – A Cidade na História da Europa. p.199

¹⁷ Regularização foi o conceito utilizado por Hausman e mais tarde por Choay para definir o modelo utilizado na reforma urbana de Paris (1853-1870), cujo principal objectivo era “regularizar a cidade desordenada e divulgar a sua nova ordem através de uma aproximação pura e esquemática que a libertaria da sua escória, dos sedimentos do passado e dos falhanços do presente”. Cf. CHOAY, Françoise – The Modern City. p.15 (tradução da autora)

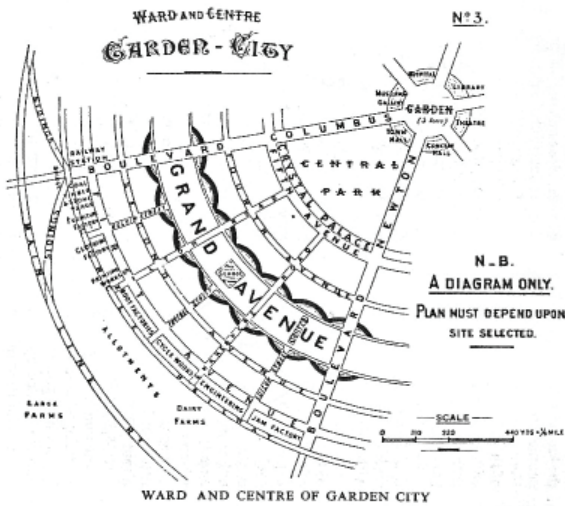
¹⁸ Pré-urbanismo foi o conceito utilizado por Choay para definir a aproximação à cidade que antecedeu o urbanismo enquanto ciência. Esta distinção é feita pelo facto de o pré-urbanismo ainda se apoiar em ideologias, essencialmente fruto de raciocínios de historiadores, economistas ou políticos que se preocupavam com a cidade sem no entanto possuir uma visão global da mesma. Cf. CHOAY, Françoise – The Modern City. p.109

- N:2 -

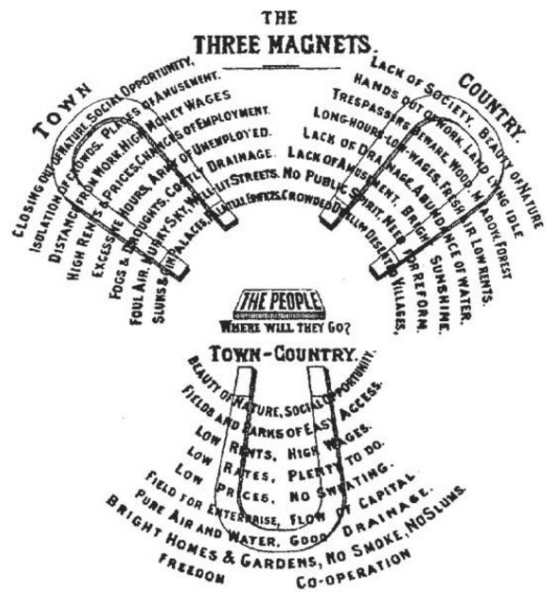
GARDEN-CITY



N. B.
DIAGRAM ONLY.
PLAN CANNOT BE DRAWN
UNTIL SITE SELECTED



N. B.
A DIAGRAM ONLY.
PLAN MUST DEPEND UPON
SITE SELECTED.



inspirada no passado pré-industrial, foi desenvolvida pelos esteticistas britânicos William Morris e John Ruskin, que não aceitavam o progresso pós-revolução e defendiam a sensibilidade acima da razão. Por outro lado, o modelo “progressista” baseava-se numa concepção abstracta do Homem e procurava definir de forma exacta um modelo urbano perfeito para todos. Obcecado pela modernidade e pelo avanço tecnológico, este modelo propunha uma cidade funcional e geométrica.

No final do século surgiu um novo pensamento que substituía o recurso a ideologias por preocupações meramente estéticas. Dentro do modelo “culturalista”, o arquitecto austríaco Camillo Sitte foi o responsável por esta transição: condenou a linha recta e a simetria moderna e reclamou um regresso à irregularidade e ao ambiente familiar criado pela escala humana das ruas do passado. Quando confrontado com a problemática social, argumentava que a prática urbana era “*precisamente a ciência das relações sociais*”¹⁹, na convicção de que a harmonia estética se estendia ao bem-estar físico e psicológico. Apesar de todas as limitações a sua obra acabou por ter influência, mantendo acesa a crítica ao facto de a rigidez matemática e a funcionalidade estarem a ser tomadas como directrizes principais, em detrimento do bem-estar, dos padrões estéticos e da humanização, esses sim considerados imprescindíveis no tratamento dos locais públicos. Além disso, a necessidade em integrar valores históricos e artísticos no projecto e a preocupação com a falta de harmonia entre o objecto construído e os vazios envolventes levou a que, segundo Choay, tenha sido neste período que se deu o aparecimento do arquitecto-urbanista²⁰.

Apesar de não terem aqui sido aqui referidos, foram também importantes ao longo do séc. XIX outros modelos, desenvolvidos por “socialistas utópicos” como Saint-Simon, Charles Fourier ou Robert Owen²¹. Neste seguimento, surgiu em 1898 o último e talvez o mais influente modelo utópico – a “cidade-jardim” de Ebenezer Howard. Aqui o socialista via a cidade como “*uma nova entidade, capaz de combinar as vantagens sociais da cidade com as melhores condições ambientais das áreas rurais*”²². Revêem-se nesta proposta as preocupações

¹⁹ KOSTOF, Spiro – The City Shaped. p.83 (tradução da autora)

²⁰ Cf. CHOAY, Françoise – The Modern City. p.110 (tradução da autora)

²¹ Estes autores foram denominados de “socialistas utópicos”, precisamente pelo facto de os seus modelos para a cidade ideal apenas se basearem em teorias, sem nunca indicarem os meios para a alcançar. De certa forma, acreditavam que a implantação do sistema socialista ocorreria de forma lenta e gradual, estruturada no pacifismo, através da boa vontade e da participação de todos.

²² *Idem.* p.107 (tradução da autora)



6 - *L'Exàimpe* (Ildefons Cerdà, 1959); 7 - Vista aérea dos quarteirões e da Sagrada Família; 8 - Confronto entre os quarteirões do plano de Cerdà e a *Ciutat Vella*; 9 - Vista aérea dos quarteirões.

higienistas de Haussmann mas, ao contrário do que havia acontecido em Paris, as preocupações sociais sobrepunham-se agora ao aspecto físico. Estas e outras ambiguidades levam a que, por vezes, esta hipótese seja inserida numa outra corrente menos difundida do “pré-urbanismo”, denominada por “naturalista”²³.

A transição para o séc. XX fez-se assim com a percepção de que a intervenção na cidade não se podia continuar a limitar a aspectos estético-funcionais ou à simples técnica do engenheiro para intervir no espaço urbano; era também necessária uma planificação social, uma abordagem crítica e ampla que não se confinasse aos paradigmas da época.

O maior contributo neste sentido foi indubitavelmente o do engenheiro catalão Ildefons Cerdà que, ao desenvolver o conceito de “urbanização” e ao publicar a *Teoría General de la Urbanización* (1867), se tornou pioneiro na utilização do planeamento urbano enquanto ciência. Efectivamente, não só a nível teórico mas também a nível prático, com o *Projecto de reforma e ensanche de Barcelona* (1859), Cerdà demonstrou uma visão muito além da sua época, sendo capaz de conjugar diversas correntes sem no entanto se prender a nenhuma. Com uma aproximação compreensiva e consciente das repercussões sociais que o plano teria na cidade, em vez de impor uma forma urbana específica, determinou uma série de parâmetros a vários níveis que permitiam articular a complexidade do desenho e ao mesmo tempo promover uma urbanização livre e flexível.

Contudo, Cerdà nunca utilizou o termo “urbanismo” propriamente dito, sendo por isso a sua origem frequentemente associada a uma publicação do *Bulletin de la Société Geographique* em 1910, onde foi utilizado para denominar “uma “nova ciência” que se diferenciava das artes urbanas anteriores pelo seu carácter crítico, reflexivo e pela sua pretensão científica, sendo epistemologicamente o estudo da cidade (urbe, do latim significa cidade)”²⁴.

A primeira metade do séc. XX foi marcada pelo movimento moderno, cujos ideais se estenderam também à arquitectura e urbanismo. Embora estivesse subjacente a este novo pensamento uma ruptura com as ideologias do passado, o planeamento manteve-se como

²³ A ambiguidade da proposta deve-se ao facto de se associar às duas correntes pré-existentes. Enquanto teoria “culturalista”, Ebenezer Howard reclamava, através de um diagrama, uma aproximação às áreas rurais, onde a qualidade de vida era mais favorável. No entanto, ao querer combiná-la com as vantagens sociais da cidade, recomendava uma espécie de zonamento e organização rígida semelhante aos modelos “progressistas”. Cf. CHOAY, Françoise – *The Modern City*. p.107/8

²⁴ Disponível em SBU – Sociedade Brasileira de Urbanismo. [Em linha].



10 - Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido por Le Corbusier (1887-1965); 11 - Um exemplar da arquitetura soviética - Ministério dos Transportes, Tbilisi, Geórgia. (George Chakhava e Zurab Jalaghania, 1975); 12 - Último Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, Otterlo, 1959; 13 - Palácio do Congresso Nacional, Brasília (Oscar Niemeyer, 1960). 14 - Edifício da Bauhaus, Dessau, Alemanha (Walter Gropius, 1925).

instrumento de reflexão crítica sobre o impacto da Revolução Industrial, tendo ainda como base muitos dos valores presentes nos dois modelos representativos do “pré-urbanismo”.

Foi no entanto a corrente “progressista” que mais se destacou, através da Bauhaus, de Le Corbusier, dos CIAM, da vanguarda soviética ou da arquitectura brasileira. Esta hegemonia culminou na criação do que pode ser considerado o maior manifesto urbanístico de todos os tempos – a Carta de Atenas (IV CIAM, Atenas, 1933) - que desenvolvia a chamada “cidade funcional” e, de uma forma sintética, preconizava a separação das quatro funções fundamentais aí existentes: habitar, trabalhar, recrear-se e circular.

De acordo com os CIAM²⁵, o urbanismo, assim como a arquitectura, era um instrumento político e económico que deveria ser utilizado pelo poder público para promover o progresso social. Organizaram-se encontros entre 1928 e 1959, altura em que começaram a surgir duras críticas aos seus princípios meramente formais e funcionais. A verdade é que, ao admitir um protótipo de homem universal, ao reduzir a vida urbana às quatro funções atrás descritas e ao ignorar as condições específicas de cada lugar, este modelo acabou por criar cidades homogéneas, dependentes do automóvel e cuja expansão se revelou demasiadamente acelerada.

Em suma, a cada uma das fases de modernização aqui descritas – pré-industrial e industrial – correspondeu a criação de um novo paradigma geral que, não obstante ter tomado diversas formas, contribuiu sempre para a alteração da forma de conceber, produzir, utilizar e gerir o território urbano.

1.2 | A “Terceira Modernidade”

Apesar de sempre ter sido objecto de crítica, a modernização começou a ser posta em causa principalmente durante a década de 60, quando as cidades se começaram a confrontar com diversos problemas resultantes dos modelos urbanos aplicados anteriormente. No

²⁵ Os CIAM – Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna realizaram-se entre 1928 e 1959 com o intuito de formalizar os princípios do movimento moderno, tanto na arquitectura como no urbanismo. De acordo com as temáticas que dominaram os encontros, podem distinguir-se três fases: 1928-1933 (pesquisa para a habitação mínima), 1933-1947 (urbanismo) e 1947-1959 (revisão do paradigma racionalista).

entanto, esta não era uma crítica à modernidade em si, dirigia-se somente ao movimento moderno enquanto doutrina, à estética funcionalista e ao racionalismo simplista do “estilo internacional” que se haviam difundido pela Europa na primeira metade do séc. XX. Assim surgiu o conceito de crítica pós-moderna, que não pretendia um afastamento da modernidade mas sim uma adaptação à nova realidade contemporânea.

Tal como havia acontecido anteriormente, criou-se uma oposição ao modelo progressista, mas desta vez com sucesso, já que os problemas nas cidades eram agora evidentes. As críticas feitas foram de várias ordens, essencialmente apresentadas através de discursos conservacionistas, que se impunham contra a “fé cega de progresso” e reclamavam sensibilidade, sensatez e a reutilização da cidade tradicional.

A nível estético, “Morte e Vida de Grandes Cidades” (1961) é uma das grandes referências até hoje. Tal como Choay referiu mais tarde, Jane Jacobs acreditava que a homogeneidade trazida pela standardização e pelo zonamento funcional das cidades era a causa da monotonia e do tédio com que as cidades se confrontavam. Defendendo por antítese a diversidade e o agrupamento de funções, a escritora canadiana insurgiu-se contra aquilo que considerava “mitos” resultantes do paradigma urbano anterior: que a mistura de usos era “feia”, que provocava o congestionamento do trânsito e estimulava usos nocivos²⁶. Questionou ainda a superficialidade do planeamento urbano, isto é, o facto de se planear a aparência da cidade sem primeiro identificar as suas características específicas. A obtenção de um aglomerado urbano monótono e entediante era algo que já tinha sido questionado no passado por alguns esteticistas como Morris - “ninguém se interessa em ouvir a mesma coisa vezes sem conta – porque é que se supõe que alguém se interessará em ver sempre mesmo?”²⁷ - mas que, lamentavelmente, apenas se compreendeu um século mais tarde.

“As cidades monótonas, inertes, contêm na verdade, as sementes da sua própria destruição e pouco mais. Mas as cidades vivas, diversificadas e intensas contêm as sementes da sua própria regeneração, com energia de sobra para os problemas e necessidades de fora delas.”²⁸

²⁶ Cf. JACOBS, Jane - Morte e Vida de Grandes Cidades. p.245

²⁷ MORRIS, William. Cit. por CHOAY, Françoise - The Modern City. p.103 (tradução da autora)

²⁸ JACOBS, Jane - Morte e Vida de Grandes Cidades. p.499

Atento às problemáticas sociais da época, Lewis Mumford destacou-se por culpabilizar o paradigma vigente pelo enfraquecimento das comunidades, criticando um *“individualismo que tende em acabar com antigos laços sociais”*²⁹. Na sua opinião, este fenómeno era em parte resultado da estrutura da cidade moderna, cujo planeamento condicionava uma *“relação orgânica entre as pessoas e os espaços vividos”*³⁰. A convicção do historiador norte-americano era a de que, acima do desenho e da organização funcional da cidade, deveria sempre estar uma preocupação com o ambiente natural e com os valores espirituais da comunidade. Considerava assim que a maior responsabilidade da arquitectura deveria ser a de se opor, *“de palavra e obra, a processos de transformação vistos sobretudo como desintegradores, desumanizadores, alienantes...”*³¹, que se reflectiam negativamente nas relações interpessoais dos cidadãos. Na sua opinião, a renovação da cidade deveria ser feita a cada geração, através da reutilização de edifícios existentes, e não pela constante substituição de estruturas antigas por novos edifícios, que apenas confirmavam o padrão obsoleto de um crescimento urbano desnecessário.

A nível cultural, a transição do racionalismo pós-guerra³² para um regresso à tradição foi iniciada por Ernesto N. Rogers, que pretendia recuperar o valor da história e, sem cair em formalismos, adaptá-lo ao contexto actual.

*“Porquê começar tudo de novo? Porque não conciliar o moderno com o antigo?”*³³

Ao considerar a arquitectura sobretudo um processo evolutivo, insistiu ainda na imposição do método sobre o estilo e na cidade como manifestação de uma história contínua. Os ensinamentos do professor italiano reflectiram-se posteriormente nos seus discípulos, dos quais se destacou Aldo Rossi. Tal como Rogers, o arquitecto e teórico entendia a cidade como um bem histórico e cultural, valorizando o ambiente familiar da cidade europeia do séc. XIX. Em a *Arquitectura da Cidade* (1966) criticou o “funcionalismo ingénuo” e demonstrou que

²⁹ MUMFORD, Lewis – The Culture of Cities. p.288 (tradução da autora)

³⁰ Disponível em Lewis Mumford - Wikipedia. (tradução da autora)

³¹ SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Presente y Futuros. p.11

³² A arquitectura racionalista difundiu-se pela Europa após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), através de obras isoladas ou da formação de escolas como a Bahaus. Em vigor até aos anos 40, este modelo defendia a depuração geométrica, a clareza das formas e a valorização do que era realmente importante e funcional.

³³ ROGERS, Ernesto N. Cit. por MONTANER, Josep M. - Depois do movimento moderno. p.99

não existe uma relação unívoca e linear entre forma e função, defendendo também a reutilização de edifícios históricos para novos usos.

No início da década de oitenta em Itália, assistiu-se ao confronto de duas frentes diferenciadas no que dizia respeito ao planeamento da cidade: “*os que defendiam a existência de um plano geral e os que propunham intervir na cidade a partir do projecto arquitectónico de menor escala urbana*”³⁴. Rossi fazia parte deste segundo grupo, afirmando que a cidade não podia continuar a ser tratada como uma estrutura unitária, que era agora essencial que a “*planificação do espaço se adaptasse a uma nova realidade urbana, conflituosa e em constante mudança*”³⁵. Os planos gerais deveriam ser substituídos por projectos parciais, flexíveis e a curto prazo.

O entendimento de contextos diferenciados e das características próprias de cada cidade começou assim a fazer parte do processo de planeamento e, conseqüentemente, a “cidade-máquina”, entrou em declínio. Este acontecimento traduziu-se fortemente na imagem das cidades, principalmente no que diz respeito aos grandes equipamentos urbanos. Num paralelo com o que aconteceu com a herança monumental nas revoluções urbanas anteriores, os grandes edifícios públicos modernos “*aparecem de repente como obstáculos e entraves a derrubar ou a destruir para dar um lugar limpo ao novo modo de urbanização*”³⁶, afirmando-se como claros testemunhos de um período de transição. Em parte devido à sua monofuncionalidade, ao facto de conterem programas que não são “fenómenos estáticos”³⁷, e também por terem sido “*concebidos na base de uma mesma prestação para todos*”³⁸, estes edifícios começaram a enfrentar grandes dificuldades de integração numa sociedade em constante mutação e cada vez mais individualizada. Face a esta inadaptação perante a diversificação das necessidades socioculturais, muitas destas “tipologias clássicas” tornaram-se obsoletas, exigindo um repensar da concepção de cidade.

Assim, a visão modernista do “*planeamento urbano tradicional, aquele que pretendia organizar a cidade universal, perdeu a vez*”³⁹ para uma visão mais sociológica, que se distingue pela capacidade de adaptação às diferentes realidades contemporâneas, e que é agora

³⁴ GARCÍA VÁSQUEZ, Carlos – Ciudad Hojaldre. p.17 (tradução da autora)

³⁵ *Idem.* p.15 (tradução da autora)

³⁶ CHOAY, Françoise – A Alegoria do Património. p.123/4

³⁷ Por exemplo o comércio não é um fenómeno estático, pois “*desenvolve-se ao longo do tempo e conforma-se a novos modelos, cujo formato se diversifica de acordo com as novas exigências*”. Cf. OLIVEIRA, Luís Valente de (coord.) - Porto: Uma Cidade boa para viver. p.75

³⁸ ASCHER, François – Novos Princípios do Urbanismo. p.69

³⁹ MORENO, Julio – O Futuro das Cidades. p.12

metaforizada pelo conceito de “cidade-organismo”⁴⁰. Esta nova “imagem biológica” traduz uma preocupação com a saúde e o bem-estar da população, com a experiência vivida de cada cidade e sobretudo, possui uma flexibilidade, um poder interpretativo e uma capacidade de resolver problemas muito superiores ao paradigma anterior.

A disseminação destas novas atitudes em relação às cidades e ao seu futuro provocou o que se pode considerar uma “terceira revolução urbana”. Com efeito, o modelo urbano que se vem desenvolvendo há cerca de quarenta anos mudou não só a forma de intervir na cidade mas teve também grande influência nas práticas quotidianas da população, como por exemplo nas suas deslocações, nas actividades de lazer ou na sua relação com o património. A constante metamorfose no exterior leva ainda a sociedade a agir de uma forma cada vez mais racional e reflexiva, isto é, criticando e apoiando-se em experiências anteriores para que não se cometam os mesmos erros do passado. Esta postura em relação à cidade pode ser explicada pelo facto de a actividade dominante ser agora cognitiva, em detrimento de um progresso exclusivamente material⁴¹. Consequentemente, a tendência é para que o planeamento urbano seja um processo cada vez mais consciente, influenciado por diversas condições além e acima da estética.

Em vez de planos elegantes, de linhas rectas e de formas repetitivas que se têm revelado insatisfatórias, uma certa nostalgia pelo passado reclama uma aproximação mais pessoal e atenta às características do lugar, assim como da população que o irá ocupar. Assiste-se assim ao desenvolvimento uma nova época, que Ascher designa por “terceira modernidade”⁴², que se distingue pela procura de um equilíbrio entre a tradição e o progresso, e onde o futuro, impossível de controlar, se pretende assegurar.

“Acredito que estamos a entrar na era urbana de remodelação da matéria construída. Temos que provocar múltiplas mutações, metamorfoses, formas genéticas biológicas que demonstrem que a origem da forma elaborada e acabada das nossas cidades é para amanhã.”⁴³

⁴⁰ Cf. LANDRY, Charles – The Creative City. p.57

⁴¹ Ao comparar a dinâmica da modernização ocidental e o contexto das três revoluções urbanas modernas, François Ascher considera que as actividades económicas dominantes evoluíram da seguinte forma: à sociedade pré-industrial correspondia a actividade agrícola, à sociedade industrial a indústria e à sociedade hipertexto, definição que utiliza para a sociedade actual, corresponde um capitalismo cognitivo baseado no conhecimento e na análise dos mercados, nos processos criativos, na organização e na gestão de custos, etc. Cf. ASCHER, François – Novos Princípios do Urbanismo. p.59

⁴² *Idem.* p.32

⁴³ NOUVEL, Jean. Cit. por GOLLER, Bea – Renovation. p.25

Tal como aconteceu no passado, a um novo período associa-se um novo modelo urbano, que traduz uma *“evolução das necessidades, dos modos de pensar e de agir, das relações sociais, o desenvolvimento de novas ciências e tecnologias, a mudança da natureza e da escala dos desafios colectivos”*⁴⁴. Léon Krier foi sem dúvida um impulsionador deste “novo urbanismo”, principalmente através dos textos publicados no jornal *Architectural Design*, durante os anos 80. Em confronto com os ideais modernos e de acordo com muitas das críticas atrás descritas, aí demonstrou a sua preocupação acerca da perda de autonomia da população, da divisão funcional das cidades e da escala desumana que estas vinham adquirindo.

Também designado por Ascher como “neo-urbanismo”⁴⁵, este novo paradigma distingue-se pela permanente reflexão, por uma preocupação ambiental, pela diversidade de actores envolvidos no processo de planeamento, pela flexibilidade e capacidade de adaptação à sociedade, ou ainda por uma maior abertura no que diz respeito às escolhas formais e estéticas. É também reconhecido pela sua posição em relação aos valores simbólicos da cidade histórica, traduzindo não só uma mudança no discurso teórico mas também na forma como a sociedade idealiza o progresso.

*“Dantes as necessidades eram satisfeitas pelo novo; hoje, interrogamo-nos se será mais conveniente satisfazê-las com novas construções ou com a reciclagem das já existentes, classificando-se os ambientes já construídos, recentes ou antigos, segundo as suas características e a sua disponibilidade para transformações posteriores.”*⁴⁶

Embora já tivesse sido sugerido anteriormente por Krier, foi apenas em 1998 que o Conselho Europeu de Urbanistas apresentou a Nova Carta de Atenas⁴⁷, cujas recomendações estão sem dúvida relacionadas com os princípios do “novo urbanismo”. Esta publicação consistiu não só na revisão do documento anterior, publicado por Le Corbusier em 1942,

⁴⁴ ASCHER, François – Novos Princípios do Urbanismo. p.78

⁴⁵ François Ascher utilizou o conceito de neo-urbanismo para classificar o novo paradigma correspondente à terceira revolução urbana, distinguindo-o assim do paleourbanismo e do conceito de urbanismo propriamente dito, que se tinham associado às duas revoluções anteriores.

⁴⁶ BENEVOLO, Leonardo – O Último Capítulo da Arquitectura Moderna. p.157

⁴⁷ A Nova Carta de Atenas foi elaborada em 1998 pelo Conselho Europeu de Urbanistas (CEU), sendo revista a cada cinco anos. Em comparação com a carta original, este novo documento pretende ser mais adequado às gerações futuras, distinguindo-se fundamentalmente pela mudança de “actor principal” na evolução das cidades: os urbanistas proporcionam e coordenam o desenvolvimento mas a maioria das decisões são tomadas pelos cidadãos.

como também na demonstração dos novos objectivos do planeamento urbano, focados na sustentabilidade da cidade.

Apesar do grau de desenvolvimento e das constantes revisões, estas premissas são ainda alvo de alguma incompreensão, e talvez por isso, de uma forma consciente ou não, se continuem a tomar decisões que em pouco respondem às necessidades da cidade contemporânea. É assim importante clarificar algumas ideias que podem estar relacionadas com esta resistência, tais como a associação deste modelo a um corte com o progresso, a soluções mais dispendiosas e com menos impacto na comunidade, ou ainda ao facto de não se distinguir heterogeneidade e diversidade de falta de rigor ou identidade.

Com algumas condicionantes, a verdade é que a situação actual é ainda caracterizada pelos paradigmas da modernidade, ou seja, pelo desejo de evolução. No entanto, a intervenção mais comedida na cidade não se pode confundir com falta de ambição; pelo contrário, o processo constante de auto-avaliação representa uma enorme vontade de progredir, ainda que de uma forma mais consciente e reflectida. Há também que perceber que a nostalgia pelo passado está principalmente relacionada com o aspecto sociocultural e com a vontade de trazer de volta o sentido de comunidade, e não com um regresso à paisagem medieval ou um retrocesso na forma de planear o território.

A nível financeiro, é certo que a intervenção na cidade consolidada pode trazer custos acrescidos. Exige também mais esforço, mais criatividade e um conhecimento profundo das pré-existências. No entanto, o planeamento urbano não pode indefinidamente continuar ao serviço de necessidades individuais, sob o risco de gerar um futuro caótico e irreparável. É então essencial que se aliem dois factores – o investimento privado e o interesse público – para que assim o lucro seja global. Acima de tudo é preciso entender que “*o investimento privado molda as cidades, mas as ideias sociais (e as leis) moldam o investimento privado*”⁴⁸ sendo fundamental que, de alguma forma, sejam os órgãos superiores os primeiros a encorajar este tipo de operações.

Heterogeneidade e diversidade devem também ser estimuladas, preferencialmente quando inseridas numa rede de infra-estruturas da cidade, onde é salvaguardada uma conexão de espaços não apenas física como programática.

⁴⁸ JACOBS, Jane – Morte e Vida de Grandes Cidades. p. 349

Em suma, e de acordo com Charles Landry, a cidade actual tem de ser criativa na sua regeneração⁴⁹. Se esta criatividade não existir, há então que procurar uma “*política urbana capaz de reinventar a cidade, através da articulação entre as suas instituições e os seus criadores*”⁵⁰.

1.3 | “Factos Urbanos”: o exemplo dos Mercados tradicionais

Além das diferentes correntes teóricas que influenciaram a prática urbanística ao longo dos anos, também certos lugares na cidade podem ser considerados testemunhos relevantes no estudo e na compreensão das transformações a que o tecido urbano foi submetido. Em “A Arquitectura da Cidade” (1966), Aldo Rossi introduziu o conceito de “facto urbano” para definir estes elementos e reafirmar a importância da sua permanência na urbe.

Em geral, são espaços que se distinguem pela sua excepcionalidade na malha urbana e pelo seu valor simbólico, que os integra como parte da identidade da cidade onde se inserem. São também lugares de memória, que ao longo do tempo criaram fortes laços afectivos com a população e que por isso se enraizaram na sua cultura.

*“(…) no facto urbano e nas suas mutações estão condensadas continuidades de tempo e espaço. A cidade é o derradeiro memorial das nossas lutas e glórias: é onde o orgulho do passado está patente.”*⁵¹

No entanto, cada cidade apresenta uma forma própria de crescimento e os denominados “factos urbanos” de cada uma são sempre distintos entre si. Estes edifícios não podem ser identificados pela sua monumentalidade, pela sua função ou longevidade, mas sim pela influência que tiveram na estruturação e desenvolvimento da malha urbana. A individualidade do “facto urbano” está precisamente no “acontecimento e no sinal que o fixou”⁵².

⁴⁹ Charles Landry demonstrou em *The Creative City* (2000) a importância da criatividade nas cidades contemporâneas. Face a problemas infra-estruturais, económicos ou sociais, o escritor e urbanista britânico defendeu uma mudança de paradigma, apresentando alguns métodos e casos de estudo inovadores no que diz respeito à regeneração urbana.

⁵⁰ Citação de Nuno Grande no debate: “Articulação com o tecido urbano de Coimbra”. In *Reinventar a Cidade: XIII semana cultural da Universidade de Coimbra*, 4 de Março de 2011.

⁵¹ KOSTOF, Spiro – *The City Shaped*. p.16

⁵² ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da Cidade*. p.155



15- Antigas praças de Mercado que se mantêm como lugares de referência em diferentes cidades europeias, respectivamente, Delft na Holanda, Dresden na Alemanha, Nottingham em Inglaterra, Cracóvia na Polónia e Bruges e Antuérpia, na Bélgica.

*“(...) de maneira geral são aqueles elementos capazes de acelerar o processo de urbanização de uma cidade e, relacionando-os com um território mais vasto, são os elementos que caracterizam os processos de transformação espacial do território. Actuam frequentemente como catalisadores.”*⁵³

Ainda assim, existiriam inúmeros edifícios, de usos e localizações diferentes, que poderiam servir de casos de estudo no âmbito deste trabalho. Apesar disso, e com o intuito de criar um fio condutor e abordar outros temas considerados pertinentes, os desenvolvimentos seguintes incidirão apenas num único equipamento que sempre acompanhou as cidades e a sua evolução: o Mercado público.

Desde a era medieval que o Mercado ocupa um lugar de referência na cidade sendo que, até ao séc. XIX, a troca de mercadorias era normalmente feita numa praça central. O facto de muitas vezes servir também o edifício da igreja, tornava estes espaços extremamente importantes pois para além de um espaço de comércio representavam um local de convívio e reunião da população.

*“Num mundo pouco seguro, as cidades medievais refugiavam-se atrás de muralhas e organizavam-se em corporações à volta da praça do mercado...”*⁵⁴

Com a crescente especialização das actividades comerciais e o aumento do número de comerciantes (intermediários entre o produtor e o consumidor) estes espaços começaram a revelar-se insuficientes para a procura a que eram sujeitos. A falta de regulamentação levou a que estes eventos se tornassem caóticos, tanto pela mistura de usos como pela apropriação indiscriminada das ruas contíguas à praça. Surgiu assim a necessidade de centralizar o comércio num determinado lugar, onde se pudessem separar actividades distintas e controlar de forma mais eficaz as trocas ali efectuadas, assim como as fontes abastecedoras de cada produto.

Foi na “cidade oitocentista” que, com o impulso das novas tecnologias de construção (ex. ferro), surgiram os primeiros edifícios de mercado, muitas vezes integrados nos primeiros planeamentos urbanos elaborados de forma rigorosa. Assumiram desde logo um papel fundamental pois concentravam os vários Mercados e feiras avulsos, libertando assim os

⁵³ *Idem.* p.128

⁵⁴ ASCHER, François – Novos Princípios do Urbanismo. p.22

espaços públicos de rua e de praça das incômodas transacções comerciais. Simultaneamente respondiam adequadamente às exigências higieno-sanitárias da época, garantindo o máximo de conforto e qualidade às vendas e aos utentes. Acima de tudo, a edificação dos Mercados representou a emergência de uma nova concepção de espaço urbano, ao representar uma das primeiras formas a marcar a separação Homem/Natureza.

A segunda metade do séc. XX veio no entanto contrariar a tendência que até aí se verificara. Ao longo dos anos, as repercussões da Revolução Industrial e o progresso tornaram-se cada vez mais evidentes: o aperfeiçoamento tecnológico que levou ao aumento de produção, à diversificação e à aceleração da circulação de mercadorias, acabou por revelar uma certa inadequação dos Mercados aos novos parâmetros da sociedade contemporânea. O aparecimento de novas centralidades e de novos espaços de comercialização de produtos resultou de um modo geral no envelhecimento dos núcleos tradicionais, que posteriormente se reflectiu na degradação dos edifícios em causa. De forma a responder às necessidades de cada cidade em particular, nos últimos anos estas estruturas têm sido sujeitas a várias transformações, desde mudanças funcionais, estruturais, até mesmo à sua completa demolição.

A escolha dos Mercados como elementos capazes de explicar a teoria dos “factos urbanos” pode então ser justificada por várias razões: pela sua contribuição no desenvolvimento da área urbana envolvente; pela especificidade da função - *“É lógico imaginar o modo como, aceite uma classificação da cidade por funções, a função comercial, no seu constituir-se e na sua continuidade, se apresenta como a mais convincente para explicar a multiplicidade dos factos urbanos e ligar-se às teorias de carácter económico sobre a cidade”*⁵⁵; pela forte ligação cultural que estes espaços criaram com a sociedade, pois são *“lugares de referência, de troca económica e confluência de toda a população”*⁵⁶ e ainda pelo inegável valor arquitectónico que muitas destas construções possuem.

Com efeito, estes edifícios desempenharam um papel importantíssimo na fixação da população e na expansão e desenvolvimento do espaço envolvente. Desde o planeamento pós-guerra que o comércio é visto como uma *“actividade que acompanha a urbanização”*⁵⁷ e os Mercados se distinguiram tanto pelo seu desempenho enquanto “edifícios-âncora”, sendo

⁵⁵ ROSSI, Aldo – A Arquitectura da Cidade. p.58

⁵⁶ CERDEIRA, Sónia - Sete mercados em vias de classificação como Património pela Cultura (26 Abril 2010). Disponível em [ionline](#). [Em linha].

⁵⁷ FERNANDES, José Alberto V. Rio - O Urbanismo Comercial. p.105

capazes de fixar um determinado grupo de pessoas à sua volta, como pelo seu carácter polarizador, responsável pela dinamização de uma área superior aos seus limites.

De acordo com Rossi, o carácter público e colectivo dos Mercados, é também essencial para o seu entendimento enquanto “facto urbano”⁵⁸. Com efeito, ao promover diariamente o encontro e o convívio de uma mesma comunidade, estes espaços acabam por representar muito mais que um simples local de abastecimento.

*“O mercado, além do acto comercial que o sustenta, é a nítida expressão de uma cultura.”*⁵⁹

Este factor está inteiramente relacionado com a importância de outros valores para além da estética no estudo da cidade – tal como defendia o arquitecto italiano, este deve abranger muito mais do que a simples análise do edificado; não interessam apenas as características físicas dos espaços, mas também a função a que se destinam, o seu significado e a sua memória.

É ainda importante referir que, embora o conceito de “facto urbano” possa integrar monumentos na sua definição mais comum, os Mercados destacam-se pelo facto de, em geral, estarem ao serviço de uma comunidade particular. Assim, estão sujeitos a uma frequência continuada, por oposição aos destinos meramente turísticos, cujas visitas são efémeras e variadas a nível sociocultural, não podendo assim ser tomados como caracterizantes de uma sociedade.

Como locais de referência, os edifícios de mercado foram ao longo do tempo lugares de experimentação das novas técnicas construtivas. Desde os grandes vãos da arquitectura do ferro no séc. XIX às experiências em betão armado no séc. XX, estas estruturas acabam por se revelar representativas de determinadas épocas ou arquitecturas.

Há ainda outro factor que valorizou a escolha destes edifícios: o facto de se aproximarem da obsolescência funcional. Isto é, à mercê da sociedade contemporânea, o mercado tradicional tem vindo a ser preterido enquanto local de abastecimento, por oposição às novas formas de comércio.

⁵⁸ Cf. ROSSI, Aldo – A Arquitectura da Cidade. p.74

⁵⁹ MARTÍ, Carlos. Cit. por COELHO, Joana- O Mercado e a Cidade. p.87

“(...) o fenómeno da obsolescência põe a claro a exactidão da tese relativa ao estudo da cidade por áreas entendidas como factos urbanos.”⁶⁰

No entanto, não obstante alguma degradação das estruturas e a sua desadequação às leis de higiene e segurança actuais, estes complexos têm muitas vezes qualidades que dificilmente poderão ser substituídas por novas edificações. É então necessário reflectir sobre a reabilitação destes edifícios, tanto a nível estrutural como funcional, com o intuito de os preservar e, acima de tudo, de os reintegrar na dinâmica da cidade.

A convicção deste trabalho é a de que, apesar de a regeneração da cidade e dos seus centros históricos ser um processo lento e gradual, este pode ser acelerado através da dinamização de certos elementos na cidade, cuja reabilitação tem o potencial de afectar toda a área envolvente, provocando uma mudança profunda, não só física como também sociocultural. Numa possível aproximação ao modelo barroco ou à teoria de crescimento por pólos, a renovação destas áreas poderá então ser feita através de uma estratégia “infecciosa”⁶¹, na qual a reintegração dos edifícios de mercado pode ter um papel principal.

Em suma, pela sua condição enquanto “factos urbanos”, determinados Mercados representam não só um testemunho das transformações a que a cidade foi submetida, como são também elementos cujo futuro requer uma análise cuidada tanto pela sua relevância na manutenção da memória colectiva de uma comunidade como pelo potencial que detêm no processo de regeneração urbana.

⁶⁰ ROSSI, Aldo – A Arquitectura da Cidade. p.139

⁶¹ LYNCH, Kevin – A Boa Forma da Cidade. p.419

Com o avanço tecnológico impulsionado pela Revolução Industrial a sociedade rapidamente se transformou e revela agora padrões bastante distintos do que acontecia há um século atrás. Muitas funções e grandes equipamentos que antes desempenhavam um papel essencial na cidade não se adaptaram a esta célere mudança e são agora incapazes de corresponder às necessidades da sociedade contemporânea. Este é sem dúvida um dos problemas urbanísticos mais delicados do séc. XXI, a dificuldade em “*harmonizar os dados estéticos que impõem a presença de edifícios antigos com as exigências da vida moderna*”⁶².

No contexto actual, e enquanto património reconhecido, é essencial para estes espaços que se proceda à sua reabilitação e, acima de tudo, à sua reintegração na dinâmica da cidade em que se inserem. Apesar de todas as potencialidades, este processo revela-se bastante complexo, em particular no caso dos Mercados tradicionais. A verdade é que, além do valor arquitectónico destes edifícios, eles possuem também um carácter simbólico, indissociável da cultura da cidade e que por vezes os torna tão inflexíveis perante a mudança.

Embora as premissas sejam idênticas, as situações são sempre distintas e a aproximação a cada caso deve ser particular e receptiva a diversas soluções. Neste sentido, serão referenciados quatro Mercados que foram sujeitos a diferentes intervenções: o *Covent Garden* em Londres, *Les Halles* em Paris, *San Miguel* em Madrid e *Santa Caterina* em Barcelona.

Este capítulo pretende assim demonstrar que, apesar da complexidade do processo, a permanência destes edifícios só pode ser feita através de um reajuste contínuo entre forma e função: “*para existir na duração do tempo um espaço tem que ter capacidade de resistir. Nos tempos actuais isso significa metamorfose constante*”⁶³.

⁶² CHOAY, Françoise – *As Questões do Património*. p.206

⁶³ PINTAUDI, Silvana – *Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana*. p.9

2.1 | O confronto com a obsolescência

Outrora elementos com um papel vital no funcionamento da cidade, indispensáveis na subsistência das populações, na definição de qualidade urbana e cumpridores de uma função económica essencial, nas últimas décadas os Mercados tradicionais têm sido alvo de discussão pública nas cidades devido ao inevitável confronto com um estado de obsolescência e consequente degradação física dos seus edifícios.

“O mercado municipal, enquanto fornecedor primordial de bens alimentares de uma população urbana, deixou de ser imprescindível.”⁶⁴

A verdade é que, devido à incapacidade de adaptação ao novo modelo evolutivo, nos últimos quarenta anos os Mercados têm sucumbido face à emergência de novas formas de consumo. Na sua maioria de iniciativa privada, estes novos espaços destacam-se pelas superfícies de maior dimensão, modernizadas e com uma oferta para além do comércio alimentar. O aparecimento e difusão destes modelos, que vão desde os supermercados aos grandes *shoppings*, conduziram a alterações significativas não só na organização comercial urbana como também no funcionamento do comércio tradicional.

O comércio de rua e os Mercados públicos, que desde sempre foram considerados como o *“pulmão da vida e agitação das cidades”⁶⁵*, estão agora ameaçados por um problema que além de funcional, é também um problema cultural criado pela própria sociedade. O abandono desta forma de comércio por grande parte da população tem vindo progressivamente a transformar estes espaços em aglomerados comerciais caóticos e descaracterizados, cujas consequências se estendem também à estética dos edifícios e à paisagem urbana envolvente.

É então importante considerar as causas que levaram a esta decadência e reconsiderar o papel abastecedor dos Mercados no presente. Num panorama mais abrangente, foram três as principais forças responsáveis pelo declínio do comércio tradicional no centro das cidades: mudanças físicas que incluíram alterações no fluxo pedestre e de tráfego, diminuindo o uso dos

⁶⁴ TEIXEIRA, Sara – Mercados Abertos (1949-1974). p. 116

⁶⁵ FOLHADELA, Virgílio. Cit. por OLIVEIRA, Luís Valente de (coord.) - Porto: Uma Cidade boa para viver. p.79

edifícios; variações sociais, uma vez que os consumidores perderam o interesse pelo centro devido às dificuldades de acesso, ao congestionamento e à crescente individualização da sociedade; e ainda alterações económicas, já que muitos comerciantes abandonaram a zona antiga para investir em novas localizações de melhor acessibilidade.

Os edifícios de mercado em si, pelas suas lacunas e falta de investimento também não têm sido capazes de contrariar as novas tendências. A nível funcional, estes espaços foram incapazes de se adaptar aos novos modos de vida, com exigências diferentes relativamente às técnicas de comercialização. Ainda que não seja essa a intenção, a verdade é que os Mercados não encontraram formas de concorrer com a comercialização do peixe congelado, da fruta embalada, com a maior diversidade de artigos e, acima de tudo, com os preços competitivos que se praticam nas outras superfícies comerciais. Também a dificuldade em cumprir os regulamentos actuais, dos quais fazem parte directivas comunitárias sobre higiene e controlo sanitário⁶⁶, foi um factor que se reflectiu na diminuição da procura dos produtos alimentares ali comercializados. A nível estrutural, muitos dos edifícios não cumprem os requisitos de segurança e conforto que a sociedade actual reclama: a falta de infra-estruturas, tais como o estacionamento, transportes mecânicos de cargas e de pessoas entre pisos diferentes, sistema de deposição e recolha de lixos, de ar condicionado, ou até de insonorização e tratamento eficaz da iluminação, torna estes espaços incapazes de competir com os novos complexos modernos.

Também a nível logístico, muito mais poderia ter sido feito para manter os Mercados integrados no quotidiano da sociedade contemporânea. Os períodos de funcionamento extremamente reduzidos e incompatíveis com a maior parte da população activa, a desorganização e o visual pouco atraente dos pontos de venda ou ainda a falta de dinâmica publicitária são factores que apenas vêm reafirmar a incapacidade de o Mercado, tal como ele é hoje, persistir no futuro.

Com a mudança de leis, de técnicas comerciais e de produção, de armazenamento e de transporte, de exigências de segurança e conforto, de regras de higiene e sanidade ou até dos hábitos alimentares a questão é... como é possível não modificar o Mercado? Na situação actual, é evidente que já não são suficientes as iniciativas individuais para o modernizar de

⁶⁶ Cada município nacional é responsável pela elaboração de um regulamento geral para os Mercados Municipais, de acordo com as directivas comunitárias lançadas pela União Europeia. No caso dos Mercados da cidade do Porto: Cf. cm-porto.pt. [Em linha].

forma parcial. A intervenção nos Mercados, para que eles próprios e a cidade possam beneficiar com isso, tem de ser feita a uma escala abrangente, de uma forma mais radical e que estimule a sua reintegração na dinâmica social contemporânea.

Acima de tudo é importante entender que o mercado tradicional enquanto local de abastecimento é dotado de características únicas que interessam conservar e que pela sua especificidade podem e devem ser um complemento às novas formas de comércio.

*“É necessário reforçar a diversidade do comércio, acolhendo o novo e preservando o antigo.”*⁶⁷

Para além de ser um elemento decisivo na estruturação do espaço, o comércio desempenha uma importante função social, promovendo o convívio entre as pessoas e a animação dos lugares. Os Mercados são um espelho desta qualidade, pelo atendimento personalizado, pelo ambiente familiar que ali se gera ao longo do tempo e pela relação que criam com o tecido urbano envolvente.

Estas qualidades excepcionais dificilmente serão encontradas nas novas formas de comércio, e é assim criticável que se afirme que *“os centros comerciais são a versão moderna dos mercados ao ar livre”*⁶⁸, condenando o Mercado a uma obsolescência funcional consumada. Apesar do tom crítico, Ignasi de Sòla-Morales torna evidentes as diferenças entre estes dois espaços ao descrever a atmosfera num centro comercial:

*"A separação da realidade para criar, obviamente, um espaço de representação. Separação física que nega permeabilidade, trânsito, transparência. Artificialidade máxima produzida por um recinto fechado, delimitado, protegido. Artificialidade do clima, da organização, do controle. Artificialidade do espaço interior, sempre interior mesmo que esteja ao ar livre, produzida por meios arquitectónicos que podem ser múltiplos, variáveis, efêmeros, etc, mas que estão sempre delimitados pela estrutura rígida do complexo.”*⁶⁹

⁶⁷ RIO FERNANDES. Cit. por OLIVEIRA, Luís Valente de (coord.) - Porto: Uma Cidade boa para viver. p.80

⁶⁸ MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernadette. Cit. por SALGUEIRO, Teresa – A Cidade em Portugal. p.336

⁶⁹ SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Presente y Futuros. p.20



16 - Mercado de Sant Josep de la Boqueria, Barcelona (Josep Mas i Vila, 1840).

O Mercado, ao contrário dos inúmeros *shoppings* localizados na periferia, foi desde sempre um equipamento estruturante da cidade, um local público de encontro e sociabilidade, um elemento catalisador e característico do comércio com identidade. A oferta exclusiva de produtos frescos e nacionais, os laços de confiança que se criam entre consumidor e comerciante ou ainda a riqueza do espaço em diferentes sensações (visuais, auditivas, olfactivas), são aspectos que não se vivenciam da mesma forma nos novos espaços de comércio.

Apesar de tudo, não é propósito da presente dissertação criticar os novos espaços, mas sim demonstrar que estes não se sobrepõem aos Mercados, que pelas suas características distintas é possível e vantajoso conciliar ambos na cidade contemporânea. A pretensão de que a solução para um Mercado em desuso é a sua substituição pelas formas de comércio modernas deve então ser repensada, já que daí podem resultar problemas como a privatização de espaços públicos e icónicos da cidade e um retrocesso na procura de uma maior diversidade não só comercial, mas também social e cultural.

Actualmente é já perceptível um sintoma de mudança cultural nos gostos, na procura da heterogeneidade, do personalizado, do original. É então importante que a preservação destes espaços assente no aproveitamento das suas características singulares, no desenvolvimento de outras que os adaptem à sociedade contemporânea e, acima de tudo, que lhes permitam reintegrar-se na dinâmica da cidade.

O sucesso da sua imposição no quotidiano da população dependerá no entanto da criatividade e excepcionalidade dos serviços oferecidos. As novidades deverão ser introduzidas a diversos níveis, como por exemplo: comercialização de produtos provenientes da agricultura biológica e de produtos típicos nacionais que sirvam de atractivo turístico; inclusão de outros programas no edifício que permitam uma vivência mais diversificada do espaço, como bares ou restaurantes que utilizem produtos do próprio Mercado; a inserção de animação cultural, que traga uma nova dinâmica ao espaço e uma maior abrangência em relação aos diferentes escalões etários; ou ainda a utilização do espaço, em horários diferentes, para concertos, teatros ou exposições ao serviço da comunidade.

Estas estruturas têm inúmeras qualidades que por vezes parecem ser esquecidas numa sociedade ainda capitalista e deslumbrada com o “moderno”. A verdade é que quando se *“reutiliza uma estrutura arquitectónica pré-existente e valorizada pela cidade, obtém-se uma*

*vantagem adicional: a possibilidade de utilizar o discurso da recuperação e da memória urbana, ganhando assim carta de cidadania, validade e respeito. Os objectos e serviços oferecidos num contexto histórico também se valorizam e qualificam*⁷⁰. A esta vantagem associam-se todas as outras singularidades anteriormente referidas e que justificam uma reconsideração em torno da permanência destes edifícios na cidade enquanto Mercados.

*“No contexto do comércio de proximidade, o formato/equipamento – Mercado Municipal, pela ampla oferta e variedade de produtos alimentares perecíveis e pela sua localização estratégica no miolo das nossas cidades, constitui uma referência socioeconómica e urbana muito forte que interessa não só preservar, mas principalmente dinamizar.”*⁷¹

É também necessário reconhecer que a reabilitação do Mercado pode fazer parte de uma operação global de requalificação dos centros das cidades. De acordo com Jane Jacobs, a concentração de unidades comerciais aumenta a possibilidade de escolha do consumidor e esta diversidade comercial é capaz de gerar outros tipos de variedade urbana, social, económica e cultural, imprescindíveis na regeneração de um tecido deteriorado⁷².

*“Na sua melhor forma, os mercados públicos representam o que é desejável sobre a vida urbana: variedade, cor, acção, mistura de pessoas com diferentes formações, acontecimentos ocasionais e divertimento. Os mercados públicos, sendo formas eficazes de atrair pessoas, podem transformar espaços públicos sem interesse aparente e garantir um meio seguro, estimulante e criativo para quem os usa. Podem na realidade reintroduzir os bons elementos que as cidades infelizmente estão em risco de perder.”*⁷³

Com todo este potencial, a maior falha do Mercado foi indubitavelmente a falta de adaptação às mudanças socioculturais em seu redor, enquanto se enraizava numa tradição que acabou por se tornar inimiga da sua evolução. Não restam dúvidas que *“para existir no tempo,*

⁷⁰ MUXÍ, Zaida - La arquitectura de la ciudad global. p.114

⁷¹ BARRETA, João. Cit. por COELHO, Joana – O Mercado e a Cidade.

⁷² Cf. JACOBS, Jane – Morte e Vida de Grandes Cidades. p.161

⁷³ SPITZER, Theodore. Cit. por BALSAS, Carlos – Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades. p.57

*uma forma precisa, necessariamente resistir, ter sentido, e transformar-se ao mesmo tempo que cria raízes*⁷⁴.

Em suma, e de volta à discussão em torno do Mercado enquanto local de abastecimento na cidade contemporânea, subsiste a importância de o defender daqueles que o consideram condenado ao desaparecimento. Tal como se discute a destruição da experiência humana, a convicção deste trabalho é a de que os Mercados não se aproximam da obsolescência devido à sua inutilidade ou pela sua substituição por novas formas de comércio; a sua situação é essencialmente fruto de uma mudança cultural cuja responsabilidade deve ser distribuída por todos.

*“É enganoso pensar que os centros urbanos modernos são os responsáveis pela destruição da experiência humana. As cidades são apenas a manifestação representativa da civilização que adoptamos.”*⁷⁵

2.2 | Regeneração urbana

Grande parte das cidades do séc. XXI depara-se com um problema idêntico, em parte produto do modelo urbano do século anterior - a degradação e desertificação dos seus centros históricos. Devido a uma série de factores, de ordem social, cultural ou infra-estrutural, a verdade é que os bairros antigos têm vindo a perder importância, sendo agora maioritariamente habitados por pessoas com baixos rendimentos, tendendo acentuadamente para a terciarização, cujos espaços funcionam num período do dia específico. Face aos problemas que afectam a cidade, e no seu entendimento enquanto organismo vivo, é essencial que se procurem soluções que contribuam para a sua regeneração.

*“Regeneração é um processo que ocorre num organismo vivo quando este demonstra a capacidade de reconstituir um tecido seu danificado, repondo um equilíbrio funcional que havia sido perturbado.”*⁷⁶

⁷⁴ PINTAUDI, Silvana – Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. p.2

⁷⁵ JÚNIOR, Gonçalo. Cit. por MORENO, Julio – O Futuro das Cidades. p.13

Não sendo a cidade uma entidade que se limita apenas ao seu edificado, este processo de renovação abrange as diversas esferas que a constituem. A regeneração urbana deve assim ser entendida enquanto metodologia da qual fazem parte diferentes estratégias no combate aos problemas da urbe, tais como: o profundo conhecimento das especificidades de cada lugar, a análise detalhada das condições dessa área urbana tanto a nível social, económico como institucional, ou ainda o planeamento de medidas ajustadas a cada situação concreta e num contexto nacional particular.

No seguimento do capítulo anterior, será aqui dada especial ênfase à reabilitação da construção pré-existente, em particular à intervenção em elementos simbólicos da cidade – os “factos urbanos”. Esta estratégia tem um carácter estético, ao tornar atractiva uma área deteriorada pelo tempo; social, já que pode ser responsável pela alteração das actividades ali experienciadas; cultural, quando se compromete a manter acesa a memória e tradição do lugar; e ainda urbano, ao contribuir para a contenção do crescimento urbano e para um melhor uso do solo.

Em confronto com a alienação que se viveu na era moderna, a sociedade actual já compreendeu que *“indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver a sua identidade senão na duração e através da memória”*⁷⁷. Neste sentido deve agora apostar-se num sistema estratégico e oportuno de permanências, das quais faz parte o património que acompanhou o desenvolvimento do carácter próprio da cidade onde se integra e da sociedade que dele usufrui. Este método surge principalmente com a mudança de entendimento em relação ao conceito de património: enquanto objecto deixou de ser considerado um monumento isolado e é agora encarado como conjuntos cujo valor pode ser estético, cultural ou social, e que deve por isso ser integrado na dinâmica da cidade⁷⁸.

*“Estabilizar uma identidade cultural é crucial como a distinção num mundo homogeneizado. Tornar visíveis símbolos específicos da cidade através de comida, música, artesanato ou qualquer outra tradição. Igualmente importante é criar novas tradições e imagens para que as imagens da cidade não estejam congeladas no passado.”*⁷⁹

⁷⁶ VILARES, Elisa – Back to the City: O discurso e as metodologias da Regeneração Urbana. p.100

⁷⁷ CHOAY, Françoise - A Alegoria do Património. p.95

⁷⁸ Cf. SALGUEIRO, Teresa Barata – A cidade em Portugal. Uma geografia urbana. p. 297-300

⁷⁹ LANDRY, Charles – The Creative City. p.118 (tradução da autora)

AUTÊNTICO

Não nos deixemos enganar neste assunto importante, é *impossível*, tão impossível como ressuscitar os mortos, para restaurar tudo o que já foi grande ou belo em arquitetura.

John Ruskin, 1840



RESTAURADO

Restaurar um edifício, não é manutenção, reparar ou refazer, é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido a dado momento.

Viollet-Le-Duc, 1855



De uma forma genérica, esta reintegração exige a reabilitação das construções antigas, que se divide essencialmente em duas categorias: uma mais conservadora, centrada na “reparação” do existente, e outra mais ambiciosa, interessada na modificação e na suposta adaptação da estrutura à realidade contemporânea. No primeiro grupo estão incluídas operações de restauro e reconstituição dos elementos danificados, pequenas intervenções que visam apenas o cumprimento dos regulamentos actuais ou ainda a conservação superficial dos seus constituintes. Assiste-se à consolidação do artefacto e à introdução de pequenas modificações compatíveis com a estrutura original. Do segundo grupo fazem parte processos de reestruturação (alteração, ampliação ou demolições pontuais) que transfiguram a aparência do edifício e em geral se destinam ao ajuste da estrutura a uma nova função.

Apesar de ser uma problemática contemporânea, esta dicotomia é alvo de discussão desde o séc. XIX, quando o conservadorismo de John Ruskin se opunha ao intervencionismo de Viollet-le-Duc. Ruskin defendia a autenticidade e acreditava que era “(...) *impossível, tão impossível como ressuscitar os mortos, restaurar tudo o que já foi grande ou belo em arquitectura*”⁸⁰. Considerava que o restauro “*era a pior forma de destruição*”⁸¹ que um edifício podia sofrer, já que o seu valor não se restringia à aparência física. Não que defendesse que o destino dos monumentos fosse a ruína e a desagregação progressiva, apenas preconizava a sua manutenção através de reparações imperceptíveis, incapazes de afectar o carácter histórico e identitário daquela arquitectura.

Por outro lado Viollet-le-Duc defendia, por questões essencialmente estéticas, que a conservação dos monumentos devia incluir o seu restauro. Admitia diferentes transformações, estéticas e programáticas, considerando que “*restaurar um edifício, não é manutenção, reparar ou refazer, é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido a dado momento*”⁸².

A preocupação com a manutenção da memória e identidade do lugar é provavelmente o único aspecto que ambos partilharam, o que não impediu que “utilisassem o passado” de formas totalmente diferentes.

⁸⁰ Citação de John Ruskin (1849), apresentada num cartaz da XII Bienal Internacional de Arquitectura de Veneza em 2010.

⁸¹ RUSKIN, John. Cit. por CHOAY, Françoise - As Questões do Património. p.32

⁸² VIOLLET-LE-DUC, Eugène. Cit. por CHOAY, Françoise - As Questões do Património. p.175

*“O passado é o passado, mas é necessário investigá-lo com cuidado, com sinceridade, não ficar preso a fazê-lo reviver, mas a conhecê-lo, para que nos possa servir. Não posso admitir que se imponha a reprodução de formas de arte antigas (...)”*⁸³

No entanto, qualquer uma destas categorias, quando levada ao extremo, arrisca-se mais a criar problemas do que a contribuir para a sua resolução. Condicionada por inúmeros factores externos, a reabilitação de edifícios simbólicos é sujeita a duas tentações que o arquitecto Nuno Portas tão bem descreve: *“a da continuidade temática a acompanhar o mimetismo físico ou, no outro extremo, a mudança radical de programa, em geral por razões financeiras, que já são lugares comuns, e que transformam o existente numa espécie de caricatura, deixando alguns elementos do antigo como álibis envergonhados da mudança”*⁸⁴.

No primeiro caso, quando a intervenção se limita a conservar a aparência física do edifício, como se de uma peça de museu se tratasse, algumas dúvidas surgem: *“em que medida queremos conservar imutáveis os artefactos tradicionais?”*⁸⁵ ou, sendo os edifícios locais de experiência humana, que sentido faz torná-los intocáveis, à parte das vivências de cada um? Não transmitirá esta preservação *“uma perspectiva falsa da história, purificada e estática”*⁸⁶? A verdade é que ao transformar edifícios em meros objectos, o conceito de construção é banalizado e também a própria essência da arquitectura tende a desaparecer. Não se limitando à estética, a preservação da memória não pode ser efectuada por intervenções meramente superficiais, que actuam como “máscaras” alheias ao carácter histórico de cada edifício.

*“(...) a ingénua solução de fingir que se conserva a memória do lugar tornando-a décor alusivo pode nem ter o efeito de renovação e atraiçoar o de conservação.”*⁸⁷

No outro extremo, sob a *“necessidade de encontrar novos usos quando os edifícios antigos se encontram ameaçados pela obsolescência”*⁸⁸, é onde se gera maior controvérsia em torno dos projectos de reabilitação. De facto, ao ir além da manutenção da aparência física, estas

⁸³ *Idem.* p.187

⁸⁴ PORTAS, Nuno – Alguns avisos politicamente (in)correctos. Disponível em Porto Redux. [Em linha].

⁸⁵ BENEVOLO, Leonardo – A Cidade e o Arquitecto. p.139

⁸⁶ LYNCH, Kevin – A Boa Forma da Cidade. p.246

⁸⁷ PORTAS, Nuno – Alguns avisos politicamente (in)correctos. Disponível em Porto Redux. [Em linha].

⁸⁸ CANTACUZINO, Sherban – Nuevos usos para edificios antiguos. (tradução da autora)

intervenções acabam por envolver variadíssimos interesses que são por vezes difíceis de conciliar.

*“Consistindo em reintroduzir um monumento desafectado no circuito das utilizações vivas, em arrancá-lo a um destino museológico, a reutilização é, sem dúvida, a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização patrimonial. (...) Atribuir-lhe novo destino é operação difícil e complexa, que não se deve fundar apenas sobre uma semelhança com o destino original. Esse destino deve, antes de tudo, ter em conta o estado material dos seus utilizadores potenciais.”*⁸⁹

Apesar da complexidade, não se questionam as mudanças de função, pois muitas vezes são estas as responsáveis pela manutenção dos edifícios “vivos”; questionam-se sim os valores e os interesses que estão por detrás destas transformações. Além de métodos eficientes, reclamam-se motivações e objectivos sensíveis à dupla potencialidade destas intervenções: como elementos capazes de actuar numa área superior aos seus limites, a sua mudança pode ser responsável tanto pela reanimação como pela “deterioração”, não só do edifício, mas também de toda a área urbana envolvente.

Acima de tudo é essencial que haja bom senso na escolha do novo programa e que se compreenda que estas transformações estão condicionadas pelas características próprias de cada lugar; que o sucesso da intervenção não é garantido pela total preservação da estrutura antiga, pela afinidade com a função original ou pela quantia económica despendida.

*“A prática da reutilização deveria ser objecto de uma pedagogia particular. Ela depende do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa duração das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais. Logo, difere consoante os países.”*⁹⁰

No caso da reabilitação dos denominados “factos urbanos” há um outro aspecto que não pode ser relegado para segundo plano – a participação activa da população no desenvolvimento do projecto. É essencial que se mantenha o carácter público destes edifícios, e que acima de outros interesses se destaquem os colectivos, os que estão ao serviço da

⁸⁹ CHOAY, Françoise – A Alegoria do Património. p.191

⁹⁰ *Idem.* p.193

comunidade. Só assim estes elementos conseguirão contribuir para uma melhor dinâmica sociocultural, preservando o seu lugar de destaque na cidade. Numa perspectiva mais ideológica, e tal como William Morris afirmou, estes monumentos ou edifícios simbólicos do passado “*não nos pertencem apenas a nós; eles pertenceram aos nossos antecedentes e vão pertencer aos nossos descendentes a não ser que ponhamos isso em risco. Não são de qualquer forma propriedade nossa, para fazer o quisermos com eles. Nós somos apenas testemunhas para aqueles que venham depois de nós*”⁹¹.

Tendo como objectivo a regeneração de uma área urbana, a transformação destes elementos não pode ser um acontecimento individual. Deve pelo contrário estar integrada num projecto global da cidade, possivelmente baseado numa rede terciária complexa e polinuclear que condiciona os fluxos e a conexão física e programática dos espaços em causa. Apesar de singulares, os “factos urbanos” já não interessam como ornamentos secundários da cidade contemporânea mas sim como exemplos de um ambiente heterogéneo, diversificado, num equilíbrio perfeito entre a tradição e o progresso.

As cidades devem então concentrar-se na preservação dos seus símbolos, mas acima de tudo na sua adaptação ao presente e na preparação para o futuro, tornando-os mais flexíveis e habilitados a receber diferentes funções.

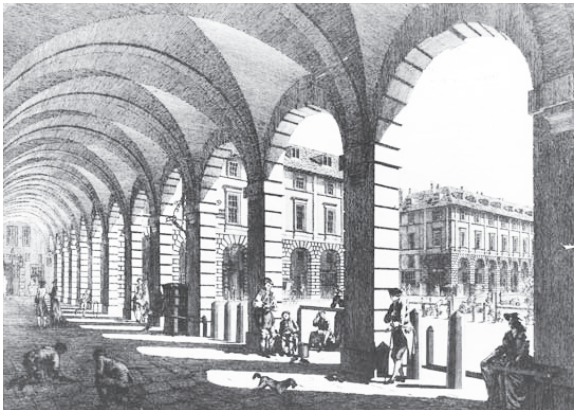
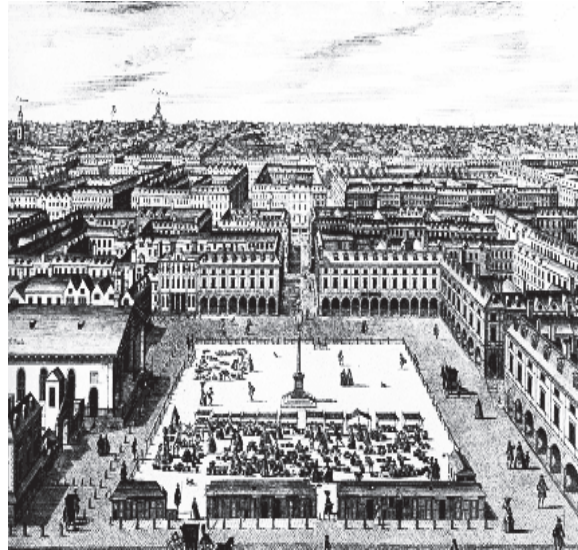
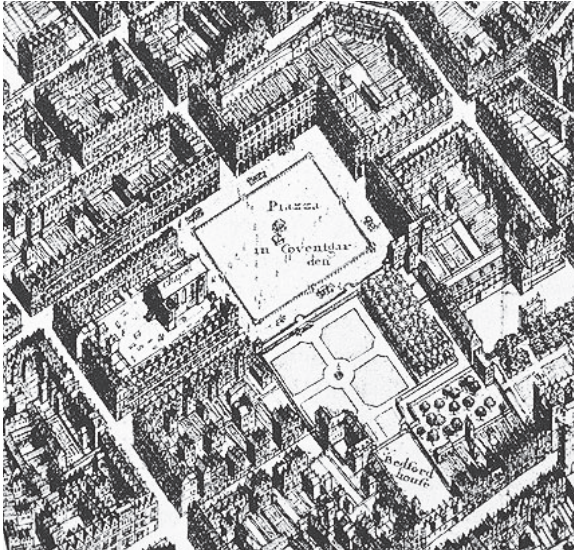
*“As nossas cidades não devem ser monumentos, mas antes organismos capazes de se auto-renovar (...)”*⁹²

2.3 | Transformações nos Mercados

Tal como acontece com outros grandes equipamentos urbanos, os edifícios de mercado têm sofrido alterações ao longo do tempo com o intuito de se manterem integrados na cidade contemporânea. Desde que se compreendeu que a conservação de um edifício não é suficiente para o manter “vivo”, têm sido experimentadas diversas soluções que se distinguem por variações ao nível da forma e da função. Serão aqui referenciados quatro casos paradigmáticos, de diferentes tipologias e contextos socioculturais, que sofreram intervenções distintas ao longo

⁹¹ MORRIS, William. Cit. por FAWCETT, Jane – The future of the past. (tradução da autora)

⁹² MUMFORD, Lewis – The Culture of Cities . p.439



18 - Praça de Covent Garden, Londres (Inigo Jones, 1635); 19 - Arcadas do Covent Garden, séc. XVIII; 20 - Protestos no início da década 70; 21 - Concerto no interior do edifício de Covent Garden, já com a cobertura de vidro (Charles Fowler, 1830).

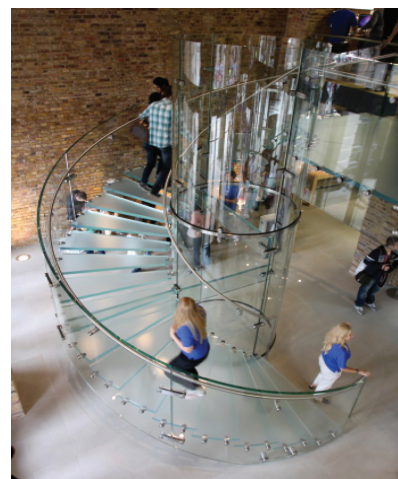
do séc. XX e XXI. Consequentemente, obtiveram resultados também eles distintos e sobre os quais é importante reflectir.

A ocupação do *Covent Garden* em Londres remonta ao período romano, mas foi apenas a partir do séc. XII que se começou a associar esta área aos frutos e vegetais, enquanto servia de jardim para os monges do Convento de *St. Peter* em Westminster. No séc. XVI o terreno foi cedido a particulares e em 1630 o arquitecto Inigo Jones, inspirado pelas grandes praças e edifícios em Itália, foi o responsável pela criação da primeira praça pública em Inglaterra, naquele preciso lugar. No século seguinte este espaço tornou-se importante não só pelas trocas comerciais que ali se faziam mas também pelo desenvolvimento de outras funções que promoviam o convívio da população, como o teatro ou a ópera.

Mais tarde, o período oitocentista ficou marcado por um rápido crescimento comercial e começaram a ser evidentes os problemas relacionados com a falta de salubridade e com a incapacidade em gerir as portagens ou a organização do espaço disponível. Em 1830 tomou-se a decisão de renovar aquele lugar, as velhas barracas e tendas de comércio foram retiradas e foi pedido ao arquitecto Charles Fowler que desenhasse um edifício para acolher o Mercado de frutas e vegetais. Coberto com o tecto de vidro em 1872, durante o século seguinte manteve-se como uma das zonas mais estimadas de Londres pelo seu ambiente característico, numa fusão perfeita entre boémia e tradição.

O séc. XX ficou marcado pelas crescentes exigências da sociedade moderna e o congestionamento daquele lugar levou alguns dos responsáveis pelo planeamento urbano a sugerir a sua completa demolição e a deslocação do Mercado para outro local. No entanto, um número significativo de residentes locais e a população em geral insurgiu-se de forma vigorosa e conseguiu que tal proposta não fosse concretizada⁹³. Após uma década de confrontos acerca do futuro do Mercado, em 1974 os comerciantes foram definitivamente afastados para um novo local de comércio, iniciando-se um período de remodelação não só do edifício como de toda a área envolvente. Deste plano fizeram parte não só a construção de hotéis, centros de conferências e infra-estruturas mais adequadas, como também uma mudança funcional no

⁹³ Cf. HALL, Peter – Cidades do Amanhã. p.313



22 - Espectáculos de rua no Covent Garden; 23 - Por oposição às lojas tradicionais no interior do edifício, a Loja da Apple no Covent Garden, 2010.

edifício do Mercado Central. Em 1980 reabriu como centro comercial, com restaurantes, cafés, boutiques e um pequeno mercado que varia entre antiguidades, artesanato e *souvenirs*.

Associados à mudança de programa estão alguns aspectos que parecem ter sido fundamentais para o seu sucesso: o edifício manteve a estrutura de Mercado aberto e a comunicação entre interior e exterior é feita sem restrições; não existem lojas pertencentes a grandes cadeias comerciais, de certa forma todas possuem um carácter único e tradicional; na praça adjacente existem espectáculos de rua diários que se tornam um atractivo para quem ali passa; o edifício está inserido num plano geral de aperfeiçoamento e desenvolvimento de toda a área de *Covent Garden*, entregue a uma equipa residente e que por isso contacta diariamente com o que ali acontece. Embora esta transformação não tenha sido bem recebida pelos mais conservadores, que criticaram o facto de se ter alterado a memória do lugar enquanto mercado tradicional ou o dispersar da sua identidade própria pelo carácter turístico que adquiriu nos últimos anos⁹⁴, a verdade é que, considerando como objectivo principal a permanência do edifício e a regeneração da área envolvente, três décadas depois não restam dúvidas de que a cidade beneficiou com esta reforma.

O caso de Paris é um pouco mais complexo. No séc. XII fixou-se na vizinhança de *Les Halles* um mercado ao ar livre, sendo ainda nesse período construído o primeiro abrigo para os vendedores, criando desde aí uma estreita ligação daquela área com o comércio de bens. Até ao séc. XVII houve algumas mudanças que, sem quebrar este vínculo, fixaram definitivamente o Mercado no local que hoje se conhece.

No início do séc. XIX, o congestionamento daquela área tornou-se problemático e Napoleão demonstrou vontade em construir um grande edifício onde pudessem ser realizadas as trocas comerciais⁹⁵. Após alguns anos de pequenas expropriações e demolições conturbadas pela Revolução de 1848, particularmente subversiva em França, em 1851 iniciou-se a construção daquele que mais tarde se viria a tornar uma mágoa comum entre os parisienses. O projecto, da autoria do arquitecto francês Victor Baltard, consistia em dez pavilhões de ferro

⁹⁴ O arquitecto Brian Anson, que foi afastado do seu emprego no *Greater London Council* por divergências em relação ao futuro do *Covent Garden* nos anos 70, referiu anos mais tarde em relação às transformações que ali ocorreram: “*Um ponto comercial frequentado por trabalhadores ou um bloco de casas podiam ser destruídos por outras coisas que não um tractor... Uma padaria de bairro transforma-se em estúdio profissional, um botequim em restaurante chique, o alvo de dardos é retirado do pub e a venda de gin-tónico vai aos poucos aumentando*”. Cf. HALL, Peter - *Cidades do Amanhã*. p. 314

⁹⁵ Cf. Forum des Halles. [Em linha].



24 - Vista aérea de Les Halles. Victor Baltard (1851-1870); 25 - Interior dos pavilhões de mercado, séc. XIX; 26 - Ambiente em Les Halles, início séc. XX; 27 - A demolição e o “buraco” em Les Halles, anos 70.

com tectos abobadados, cada um destinado à venda de um tipo específico de mercadoria. Considerado o “*ventre de Paris*”⁹⁶ pela sua importância na cidade, durante cerca de um século esta área manteve um ambiente próspero, oferecendo animação nocturna no centro da cidade e um Mercado capaz de corresponder às exigências de uma capital.

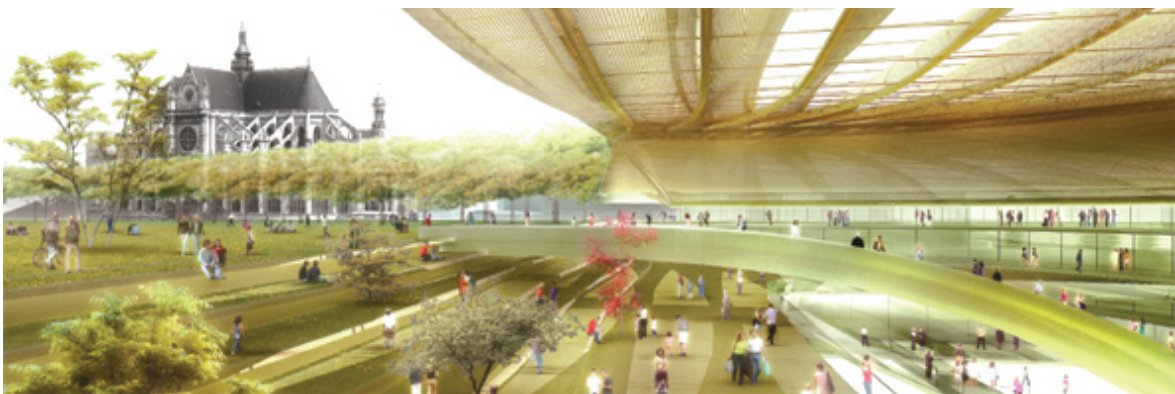
No entanto, com a doutrina moderna e as mudanças na sociedade, os anos 60 do séc. XX ficaram marcados por uma descredibilização daquele lugar, considerando-o insalubre, perigoso e insuficiente para as necessidades contemporâneas. Também a qualidade da construção de Baltard parece ter sido subestimada e, em 1969, o Mercado foi deslocado para os subúrbios. No impasse em concretizar a sua demolição, os pavilhões vazios deram espaço a usos temporários, acabando por sucumbir dois anos mais tarde, durante o verão e com muitos habitantes fora da cidade. Outra justificação para a demolição do complexo era a “indiscutível” necessidade de unir as duas novas linhas de comboio rápido com as quatro linhas de metro existentes, cujas obras de escavação impediriam a manutenção dos pavilhões. Aquele que outrora havia sido um dos locais mais movimentados de Paris transformou-se num “buraco” no centro da cidade e assim permaneceu durante uma década, enquanto interferências políticas adiavam o seu futuro⁹⁷.

Não se pode dizer que tenham sido dez anos lucrativos pois o que daí resultou foi um projecto que nunca convenceu os parisienses, um centro comercial da autoria dos arquitectos Claude Vasconi e Georges Pencreac’h que, talvez fruto da ingenuidade da época em termos de construção subterrânea, veio a revelar-se um local desconfortável e pouco atractivo para a população. A partir daí, não obstante receber cerca de 800 mil pessoas por dia, este é apenas um local de passagem e que gera uma compreensível nostalgia em relação à atmosfera ali vivida no passado. Os jardins à volta do complexo também contribuíram para problemas intermitentes de segurança, o que se reflectiu na reputação de toda aquela área.

A discussão em torno de uma nova intervenção começou em 2002 e dois anos mais tarde foi lançado um concurso focado na construção de um novo edifício que assentasse na estrutura existente e no qual participaram AJN de Jean Nouvel, MVRDV de Winy Maas, OMA de Rem Koolhaas e SEURA de David Mangin. Foi David Mangin que ganhou o

⁹⁶ *Le Ventre de Paris* (1873) é um romance Émile Zola, centrado nas classes operárias e centrado na área de *Les Halles*, mais precisamente nos pavilhões de mercado de Victor Baltard.

⁹⁷ Cf. HALL, Peter - *Cidades do Amanhã*. p. 316/7



28 - Vista aérea do Forum Les Halles. Claude Vasconi & Georges Penrec'h (1979); 29 - Imagens do projecto em curso - *La canopée*, previsto para 2016. Partick Berger e Jacques Anziutti (2007).

concurso mas, após a sua apresentação pública, o projecto foi considerado demasiado conservador e pouco criativo. Em 2007 foi lançada uma reedição do concurso, apenas com a substituição do arquitecto e urbanista francês. Patrick Berger and Jacques Anziutti, também eles franceses, foram simultaneamente os estreados e os vencedores, com a proposta de uma cobertura ondulada de vidro esverdeado cerca de 14,5m acima do complexo subterrâneo existente⁹⁸. David Mangin ficou responsável pelos arranjos exteriores, que incluirão jardins, lagos e parques infantis. A conclusão da obra está prevista para 2016 e até lá a estação, o centro comercial e grande parte dos jardins permanecerão abertos. A intervenção será faseada e há ainda a hipótese de os edifícios existentes na entrada do *shopping* serem, além de demolidos, substituídos por novos programas públicos, como uma biblioteca, um auditório, cafés, um conservatório de música ou ainda um espaço exterior para artistas.

Por oposição ao que aconteceu anteriormente, desta vez poucos se insurgiram contra a mudança de aparência daquilo que frequentemente é apelidado de “*monstruosidade*” ou, mais recentemente pelo presidente da Câmara de Paris Bertrand Delanoë, responsável pela nova intervenção, uma “*selva de betão, sem alma e sem expressividade arquitectónica*”⁹⁹. O que fica do *Forum Les Halles* é o exemplo de uma má experiência de renovação de um local simbólico da cidade, que foi substituído por “*uma espécie de buraco negro urbano que suga toda a animação pretendida para um ambiente que podia ser em qualquer país, em qualquer lado – em sítio nenhum em particular e que bem podia não ser o centro de Paris*”¹⁰⁰. O complexo dos anos 70, ao contrário do valor que um equipamento como este deve possuir, acaba por contradizer a história do lugar, onde o todo não acrescenta mais do que a soma das suas partes. O facto de para aqueles “*que não tiveram contacto directo com o extraordinário complexo de Baltard, ou seja os adolescentes e as crianças, “Les Halles” não significar mais do que uma estação de metro*”¹⁰¹ traduz que, apesar da forte herança que o Mercado deixou, este lugar tem vindo a afastar-se da memória que construiu durante séculos. É tentador traçar paralelismos entre a intervenção em *Les Halles* e o que aconteceu por exemplo em *Covent Garden*, atrás descrito. No entanto as situações são sempre diferentes e os parisienses, orgulhosos do seu património, sempre demonstraram alguma dificuldade em aceitar mudanças radicais. Mas nada disto desculpa o

⁹⁸ As duas fases de concurso foram publicadas em LENNE, Frédéric – Paris: Les Halles. Paris: Edição Frédéric Lenne, 2004.

⁹⁹ Disponível em Extreme makeover: Les Halles, Paris edition. [Em linha].

¹⁰⁰ ELLIS, Charlotte – News from Nowhere. p.58

¹⁰¹ *Ibidem*.



30 - Mercado de San Miguel no início do séc. XX, Madrid (Alfonso Dubé y Diaz, 1916); 31 - Mercado após a reabilitação em 2009.

fracasso do *Forum* e resta agora apenas esperar que o novo complexo, que pretende ser “*tanto um destino como uma atracção*”¹⁰², sirva melhor os interesses não só da população como da cidade.

À semelhança do que vinha acontecendo no resto da Europa, no início do séc. XX, Madrid concentrava-se na edificação dos seus espaços de Mercado por questões de higiene e também de falta de organização dos comerciantes, que se espalhavam desregradamente pelas ruas contíguas às praças. No caso do **Mercado de San Miguel**, situado numa praça adjacente à *Plaza Mayor*, esta era também uma solução funcional já que a proposta de Joaquín Henrí em 1835 não tinha sido concluída e o local de comércio continuava a descoberto. Da autoria do arquitecto da corte, Alfonso Dubé y Díaz, este exemplo da arquitectura do ferro e vidro foi construído em duas fases, entre 1913 e 1916, para que assim não tivesse de ser interrompida a comercialização de produtos. Com inovações técnicas ao nível da cobertura, preocupações ao nível da ventilação, temperatura e limpeza do espaço, “*o problema higiénico foi resolvido de uma forma altamente satisfatória*”¹⁰³ e o Mercado tornou-se um local estimado pelos madrilenos.

No início dos anos 90 começou a sentir-se o impacto dos tempos modernos e, naquele que havia sido um dos mais prestigiados Mercados da cidade, começaram a fechar bancas devido não só ao aparecimento de outras formas de comércio mas também ao afastamento dos antigos residentes daquela área pelo carácter turístico que foi adquirindo.

Em 1999, com fundos europeus e com o investimento dos comerciantes, o Governo Regional de Madrid decidiu restaurar o Mercado, mantendo exactamente a sua aparência original. Apesar de todo o esforço, aquele espaço parecia estar condenado à obsolescência e assim, quatro anos mais tarde, o edifício acabou por ser adquirido por um grupo de investidores privados empenhados em contrariar a situação. A nova intervenção preservou o edifício mas modificou a sua logística, as bancas individuais do mercado tradicional deram lugar a 34 postos de venda (lojas e bancas) e a espaços de convívio, unificados pela cortina de vidro na fachada. Em 2009 foi inaugurado o novo “mercado”, numa espécie de formato

¹⁰² SACHS, Susan - Extreme makeover: Les Halles, Paris edition (9 Abril 2010). Disponível em The Globe and Mail. [Em linha].

¹⁰³ El nuevo Mercado de San Miguel. Disponível em ABC (Madrid). [Em linha].



32 - Mercado de Santa Caterina, Barcelona. antes, durante e após a reabertura em 2005 (Josep Mas i Vila, 1848 e EMBT, 1997).

gourmet, apostando em produtos tradicionais de qualidade a nível alimentício, numa livraria dedicada especialmente à gastronomia ou em produtos de design nacional.

Numa breve apreciação ao modelo actual, foi sem dúvida vantajoso o facto de a sociedade responsável pela reabilitação do edifício ter interesses distintos, promovendo a diversidade e a inovação a nível programático, atraindo assim a população que se havia desinteressado pelo mercado tradicional. Também o horário alargado (aberto até às 22h ou 2h consoante o dia da semana) e o facto de, além de um espaço de compra ter mesas para restauração, fomenta o encontro e o convívio da população. A promoção da gastronomia tipicamente espanhola, através de eventos organizados ou provas gratuitas, é também um factor responsável pela reintegração desta obra no roteiro turístico de Madrid. O edifício actual atrai muitos turistas mas, de alguma forma, divide os residentes: consideram o rótulo de Mercado apenas parte de uma estratégia de imagem, com as únicas bancas de venda tradicional situadas no ângulo mais visível (quando se sai da *Plaza Mayor*) e, no seguimento do que vem acontecendo ao longo dos últimos anos, culpabilizam este espaço como mais um incentivo à “gentrificação” do centro histórico.

Ao contrário dos exemplos anteriores, o **Mercado de Santa Caterina** em Barcelona não emergiu de uma antiga praça de comércio. Entre o séc. XIII e o séc. XIX foi ocupado por uma Igreja e um Convento (precisamente de *Santa Caterina*) e apenas em 1844, após a sua destruição e o lançamento de um decreto real que permitia a reutilização do terreno, foram iniciadas as obras para a edificação daquele que seria o primeiro Mercado coberto da cidade. Da autoria do arquitecto catalão Josep Mas i Vila, foi inaugurado em 1848 e até meados do séc. XX representou um dos principais centros de abastecimento não só de Barcelona, como também das cidades e vilas vizinhas.

Em 1997, inserido num plano de regeneração da *Ciutat Vella*, foi lançado o concurso para a remodelação do Mercado. Após alguns adiamentos devido à descoberta de vestígios arqueológicos do conjunto eclesiástico que ali existira, o novo espaço reabriu em 2005. Enric Miralles e Benedetta Tagliabue – EMBT foram os responsáveis pelo projecto que conservou apenas as paredes laterais e a fachada principal de arcadas, que havia sido reconstruída em 1988, modificando todo o interior e a cobertura do edifício.



33 - Interior do Mercado de Santa Caterina; 34 - Pormenor da cobertura; 35 - *Cuines Santa Caterina*, o restaurantes integrado no mercado; 36 - Entrada principal; 37 - Vista aérea do Mercado.

A organização interna ortogonal e os 208 postos de venda deram lugar a um espaço interior original, de planta irregular, constituído por 70 estabelecimentos apenas (60 bancas de alimentação fresca, boutiques não alimentares, bares e lojas especializadas) e a cobertura foi substituída por uma estrutura ondulante, revestida a mosaicos coloridos, que numa legítima alusão a Gaudí refez a imagem do edifício. A remodelação incluiu ainda a criação de infra-estruturas que melhoraram o funcionamento do Mercado: uma área de serviço com armazéns e estacionamento para veículos comerciais, a climatização do espaço interior e a construção de dois pisos subterrâneos para serviços, recolha de resíduos, minimização do impacto de carga e descarga e 250 lugares de estacionamento. Este sistema de colectores de resíduos subterrâneos, além do Mercado serve também o bairro, libertando a rua dos contentores e do mau cheiro, promovendo a reciclagem dos detritos. Existem também um serviço de *buffet*, um restaurante, um posto de informação, um espaço polivalente para actividades culturais e um Museu Arqueológico (com os vestígios do Convento Dominicano do séc. XIII), que naturalmente têm diferentes horários de funcionamento e podem ser acedidos de forma autónoma.

Em simultâneo com as modificações estruturais, também a introdução de novos serviços para o cliente (possibilidade de compra pela internet, entrega ao domicílio e recolha de roupa usada) e uma participação social activa (organização de actividades lúdicas e solidárias e celebração das festas tradicionais e dos aniversários do Mercado) têm sido responsáveis pela criação de uma nova dinâmica social e pelo fortalecimento dos laços entre o novo edifício e os habitantes do bairro.

Este projecto, algures entre a reabilitação e a nova construção, “*recuperou a cor e a vitalidade dos antigos espaços de venda e serviu de motor para a revitalização da área envolvente*”¹⁰⁴ e é hoje um paradigma no que diz respeito à remodelação dos Mercados enquanto elementos vitais na regeneração urbana da cidade contemporânea. Recebe desde a sua abertura mais de 2 milhões de pessoas por ano¹⁰⁵ e é actualmente uma referência da cidade tanto a nível arquitectónico como comercial.

¹⁰⁴ Infomercats: especial estrena Santa Caterina. [Em linha]. p.1 (tradução da autora)

¹⁰⁵ Cf. Infomercats: especial estrena Santa Caterina. Disponível em bcn.cat. [Em linha]. p.4

O comércio teve desde sempre um papel central na cidade do Porto¹⁰⁶. Foi no entanto “a partir de 1763, quando a gestão urbanística foi confiada a João de Almada, que a questão dos mercados urbanos começou a fazer parte do planeamento”¹⁰⁷ e que determinados locais iniciaram uma longa e estreita relação com a actividade comercial. Suportados por esta ligação ou por decisões políticas que iam de encontro às necessidades da cidade, foram construídos posteriormente edifícios de mercado que se tornaram verdadeiros “factos urbanos”, representativos da experiência colectiva de toda a população.

Cronologicamente serão aqui analisados três Mercados que testemunham, desde o final do séc. XIX, períodos distintos da história da arquitectura e urbanismo na cidade do Porto: o Mercado Ferreira Borges (1888), o Mercado do Bolhão (1914) e o Mercado do Bom Sucesso (1952). Neste sentido, serão feitas referências às suas pré-existências, aos diferentes modelos construtivos, às transformações a que foram sujeitos e, face à obsolescência do mercado tradicional, aos processos de reconversão em que cada um está ou esteve envolvido.

Só assim, com o profundo conhecimento de cada espaço, da sua relação com a cidade e das propostas de reabilitação a que está ou foi sujeito, será então possível formar uma opinião coerente e uma crítica fundamentada em relação à sua situação actual.

Em suma, este capítulo pretende abordar os temas atrás desenvolvidos através dos mercados na cidade do Porto. Serão assim evidenciados, através de uma função concreta numa cidade específica, paradigmas urbanos e estilos arquitectónicos distintos, a excepcionalidade de certos elementos na cidade e a complexidade do processo de reabilitação face à sua obsolescência funcional.

¹⁰⁶ A história do comércio no Porto, desde as feiras medievais, fangas e celeiros, praças de mercado aos mercados propriamente ditos está descrita em: NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.11-63

¹⁰⁷ NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.27

3.1 | Mercado Ferreira Borges

Na segunda metade do séc. XIX, a cidade do Porto via “*aumentar, dia a dia, a população residente e com ela os problemas de toda a ordem*”¹⁰⁸. Este crescimento não planeado reflectiu-se principalmente no espaço urbano, pelo alastramento da edificação e pela sua concentração em determinadas áreas da cidade, “*acentuando as carências de infraestruturização higiénica e denunciando a caótica situação criada pelo desenvolvimento à margem de qualquer plano global*”¹⁰⁹. Enquanto outras grandes cidades da Europa, face a problemas comuns, começavam a aplicar planos de reconversão e expansão urbana, dos quais se destacaram as intervenções dirigidas por Haussmann em Paris (in. 1851) e o plano de Cerdà para Barcelona (in. 1859), no Porto este planeamento tardou a chegar.

Apesar do impacto das grandes obras públicas resultantes da política fontista¹¹⁰, foi apenas a 26 de Setembro de 1881, em sessão extraordinária, que o Presidente da Câmara José Augusto Corrêa de Barros apresentou o “Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto”, começando por identificar os principais problemas com que a cidade se debatia: “*isolamento face ao país, as débeis condições sanitárias, a necessidade de uma rede de abastecimento de água e a má qualidade dos géneros alimentares*”¹¹¹. Apesar de não conter elementos desenhados, do ponto de vista urbanístico este documento apresentava pela primeira vez uma visão global da cidade e da estruturação do seu território, sendo ainda complementado com a “*definição de uma estratégia para a sua própria gestão financeira*”¹¹². Mais concretamente, desta proposta faziam parte a criação de uma rede de saneamento, a melhoria da rede de abastecimento de água ao domicílio e a reorganização dos serviços municipais de limpeza e de combate a incêndios, assim como a reformulação da rede viária através do traçado ou prolongamento de ruas, desenvolvendo as acessibilidades à Estação Ferroviária de Campanhã, aos dois tabuleiros da Ponte D. Luís I e entre a cota alta e baixa da cidade.

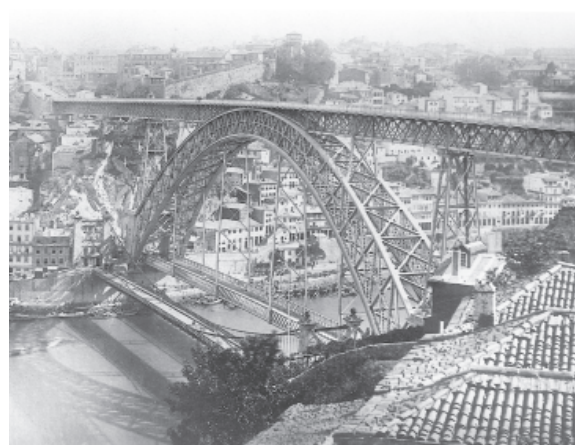
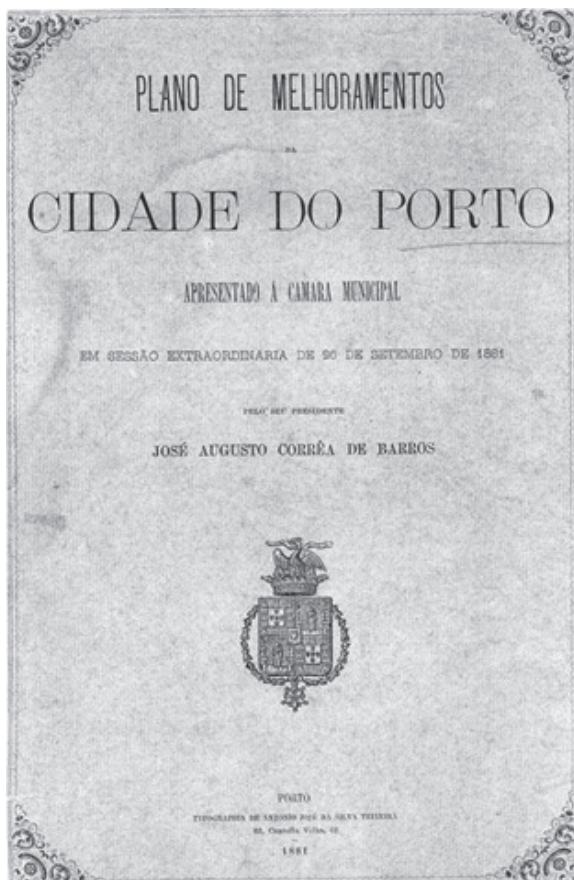
¹⁰⁸ *Idem.* p.87

¹⁰⁹ *Ibidem.*

¹¹⁰ Esta política (1868-1889), cuja designação deriva do principal responsável do governo neste período, António Fontes Pereira de Melo, consistiu na promoção de obras públicas e numa tentativa de modernização das infra-estruturas do país, através da construção de pontes, estradas e linhas ferroviárias. No caso do Porto destacou-se a construção da Ponte D. Maria Pia (1877), da Ponte D. Luís I (1886) e o desenvolvimento da linha ferroviária e dos transportes públicos urbanos.

¹¹¹ O Plano de Correia de Barros e a Carta de Telles Ferreira 1892. Disponível em do Porto e não só. [Em linha].

¹¹² NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.88



38 - Planta da cidade do Porto, séc. XVIII; 39 - Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto (Côrrea de Barros, 1881); 40 - Estação da Campanhã, 1895; 41 - Travessias entre o Porto e Gaia, 1886. Ponte Pênsil, originalmente denominada Ponte D. Maria II (1841-1887) e a recém-construída Ponte D. Luís I (in. 1880).

No entanto, não interessará aqui desenvolver todas as particularidades do plano mas sim considerar a vertente conceptual que parece ter estado na base desse estudo e que posteriormente se revelou significativa na edificação dos Mercados. Com efeito, o “sistema de espaços” que anteriormente constituía a cidade parecia estar a dar lugar a um “sistema de entidades”, isto é, a um conjunto edifícios de carácter representativo e monumental, capazes de marcar ou reafirmar simbolicamente os diferentes pólos da cidade¹¹³. Esta nova concepção tornou necessária uma visão mais abrangente de toda a rede de equipamentos, reequacionando as distâncias entre eles e também as necessidades específicas de cada zona.

Não só pelos graves problemas de abastecimento de toda a população face aos novos limites urbanos, mas também pelo aumento da produção agrícola e industrial, que favorecia o comércio e conseqüentemente o crescimento da economia, o plano distinguiu os Mercados públicos. Neste sentido, Côrrea de Campos sugeria a “*instalação de novos edifícios e a reforma ou supressão dos existentes, proporcionando um abastecimento de produtos frescos mais digno e seguro à população, concentrando todo o comércio em locais devidamente apropriados para tal, regulamentando esta actividade e alterando os hábitos de comercialização precários, realizados em espaços públicos da cidade*”¹¹⁴. A proposta apresentada consistia na edificação de seis Mercados fixos que completassem a rede existente, organizados segundo uma hierarquia, entre um “grande” localizado no “*extinto convento das Carmelitas*” e três “pequenos” em zonas periféricas, nas freguesias de Cedofeita, Bonfim e Paranhos¹¹⁵.

Em 1892, foi concluída a “*Carta Topographica da Cidade do Porto*” onde Augusto Gerardo Telles Ferreira cartografou pela primeira todo o território administrativo da cidade, independentemente da área urbanizada, e também a zona ribeirinha de Gaia devido à importância do Rio Douro. A maioria das propostas do “Plano de Melhoramentos” da década anterior foi aí representada, “*podendo considerar-se que os dois documentos acabaram por constituir um instrumento eficaz de planeamento*”¹¹⁶.

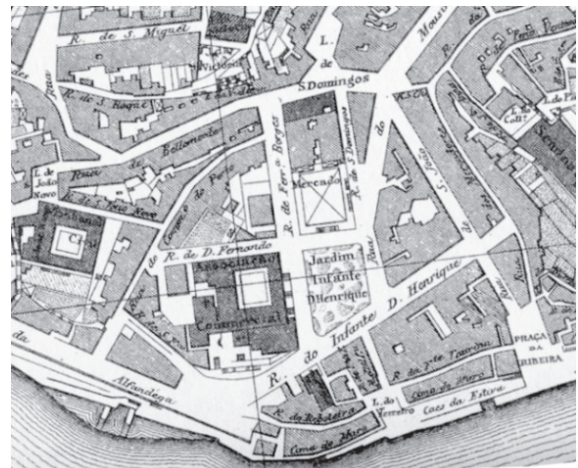
Embora a política de dispersão de Mercados tenha ficado aquém das expectativas por apenas três terem sido efectivamente construídos, foi neste contexto que surgiu o Mercado

¹¹³ *Idem.* p.93

¹¹⁴ TEIXEIRA, Sara – Mercados Abertos (1949–1974). p.19

¹¹⁵ NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.88

¹¹⁶ O Plano de Correia de Barros e a Carta de Telles Ferreira 1892. Disponível em do Porto e não só. [Em linha].



42 - Área onde deveria ser implantado o Mercado Ferreira Borges, após a extinção do Convento de S. Domingos em 1834; 43 - Filial do Banco de Portugal (até 1934), voltada para o Largo de S. Domingos; 44 - Mercado da Ribeira, final séc. XIX; 45 - O Mercado Ferreira Borges na planta de Telles Ferreira, 1892; 46 - Praça Infante D. Henrique e do Palácio da Bolsa, 1900; 47 - Companhia Aliança; 48 - Mercado Ferreira Borges (João Carlos Machado, 1888).

Ferreira Borges¹¹⁷. A sua implantação está relacionada com dois factores: a intenção da Câmara Municipal em acabar com as instalações precárias do principal abastecedor da cidade, o Mercado da Ribeira, e deslocar os seus comerciantes para um equipamento relativamente próximo e abrigado das cheias, e também a necessidade em consolidar uma área simbólica que havia sido destruída por um incêndio em 1832. Ainda desqualificada, esta zona começava a ser ocupada especialmente por instituições que reflectiam o poder da burguesia mercantil e financeira, das quais se destacavam o Palácio da Bolsa (in.1842), sede da Associação Comercial do Porto, e também a norte, voltada para o Largo de S. Domingos, uma filial do Banco de Portugal, instalada na única parte que sobrara do antigo convento dominicano que ali existira desde o séc. XIII.

Em 1884 foi lançado o concurso público a nível nacional para a edificação de um “mercado coberto na parte ainda não ocupada da longamente cobiçada cerca do Convento de S. Domingos, mais precisamente entre as “ruas das Congostas, D. Fernando e Ferreira Borges e casas adjacentes ao Banco de Portugal”¹¹⁸, e no qual foram apresentadas propostas pela Empresa Industrial Portuguesa e pela Companhia Aliança. Esta primeira fase viria no entanto a ser anulada e o concurso foi mais tarde reaberto, desta vez publicado em jornais internacionais e com maior número de participações¹¹⁹. Um ano depois foi comunicado que nenhuma das propostas estava de acordo com o regulamento, embora a da Companhia Aliança, vulgarmente conhecida por Fundação de Massarelos, fosse a que melhores condições reunisse para posterior aprovação. Assim, após alguns ajustes¹²⁰, em Setembro de 1885 a edificação do Mercado foi entregue à fundição portuense e o projecto ao arquitecto municipal João Carlos Machado. Durante a construção, os atrasos na obra justificaram ainda a contratação da Fundação de Oeiras (responsável por vinte colunas nas quais é visível a inscrição da Empresa Industrial de Santo Amaro), evitando assim o adiamento do prazo e a conseqüente multa por parte da Câmara do Porto.

¹¹⁷ Apenas foram construídos os Mercados no Largo da Aguardente (actual Praça do Marquês), no Campo 24 de Agosto e o Ferreira Borges.

¹¹⁸ NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.89

¹¹⁹ O segundo concurso foi aberto em Junho de 1884 e recebeu propostas de Théophile Seyrig, da Companhia Aliança, de António d’Almeida Costa e Companhia, da Fábrica Tejo, da Empresa Industrial Portuguesa e de Loureiro e Rodrigues.

¹²⁰ O projecto original sofreu algumas alterações: substituição dos envidraçados por venezianas para garantir a ventilação e o melhor controlo da luz, o traçado da escada foi refeito e a ornamentação foi redesenhada de acordo com os padrões estéticos da construção em ferro da época.

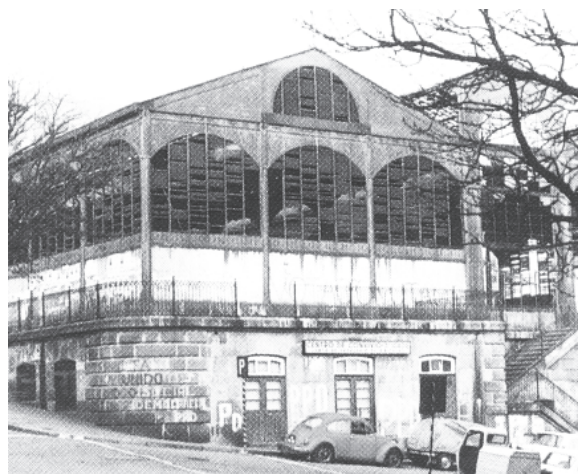
Inaugurado em Março de 1888, o Mercado Ferreira Borges, que adquire esse título em homenagem ao autor do primeiro Código Comercial Português¹²¹, foi responsável por uma mudança significativa na estrutura urbana daquela área, ocupando quase metade do novo quarteirão. A estrutura em ferro, um material funcional e económico que tornava possível a construção de grandes vãos, embora já não fosse novidade devido à presença das pontes D. Maria Pia (1877) e D. Luís I (1886), continuava a ser um sinal de vanguarda e acompanhamento das tendências das grandes cidades europeias. Embora diferente da construção mista utilizada no Palácio de Cristal (1865), um edifício projectado pelo engenheiro inglês Thomas Dillen Jones para acolher a 5ª Exposição Internacional, o Mercado Ferreira Borges acabou no entanto por se tornar, tal com ele, uma das referências da arquitectura do ferro e do vidro em Portugal, representando a *“ideia de progresso associado à nova era da máquina”*¹²².

Assente numa plataforma de granito, material da região, o Mercado estava recuado em relação a este embasamento, apresentando um amplo espaço de circulação à sua volta. A planta longitudinal era marcada por três naves, duas amplas e uma mais estreita ao centro, separadas por colunas com capitéis coríntios e também pela diferenciação das coberturas de duas águas. As colunas de ferro fundido e com secção octogonal eram ocas, funcionando como condutas para as águas pluviais. A fachada principal, voltada para a recém-ajardinada Praça Infante D. Henrique, apresentava seis entradas e uma escadaria de acesso ao primeiro piso, enquanto as laterais, embora semelhantes, se destacavam pela inclinação do terreno, pelos vãos rematados em arco abatido e pelas lâminas de vidro tipo “veneziana”. Nos elementos decorativos de tipo clássico, sobressaíam as rosáceas, as grinaldas e as cabeças de felinos.

No entanto, e em parte devido à relutância dos comerciantes, vendedores e público em geral em abandonar o secular Mercado da Ribeira, apenas doze anos depois, em 1900, a Câmara declarou o edifício inoperativo, incapaz de responder aos objectivos para o qual tinha sido concebido. A partir daí surgiram diversas opiniões acerca do seu futuro: *“em 1904 propunha-se a mudança de um dos cobertos para a Ribeira “onde há um pequeno mercado de*

¹²¹ O primeiro Código Comercial Português foi escrito por José Ferreira Borges em 1833. Também conhecido como Código Ferreira Borges, esteve em vigor até 1888, altura em que foi substituído por um novo documento, redigido pelo então ministro da justiça, Veiga Beirão.

¹²² NONELL, Anni Günther – Palácio de Cristal. nº16. In COSTA, Alexandre Alves [et al.] – Porto 1901-2001: guia de arquitectura moderna.



49 - O Ferreira Borges enquanto Mercado Abastecedor de Frutas; 50 - A degradação do Mercado Ferreira Borges no início do anos 80.

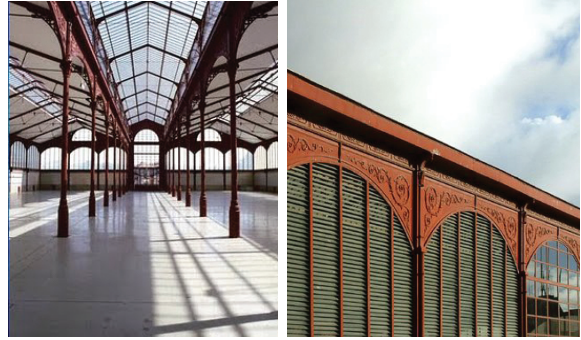
peixe” e, um ano depois, sugeria-se a transferência do mercado para a Foz “a fim de que os terrenos fiquem desafogados, para ser mais apreciado o seu valor”, facilitando a sua alienação em “*hasta pública*” e conseqüente urbanização, de acordo com “o projecto que o sr. Marques da Silva está encarregue de estudar”¹²³. Além destas propostas que seriam responsáveis pela demolição total ou parcial do edifício, foram também equacionadas possíveis adaptações a um Museu Colonial, Industrial ou Municipal, e ainda a um jardim de inverno, para exposições e festas.

Nenhuma destas hipóteses foi concretizada e durante o séc. XX, exceptuando alguns períodos de abandono, o edifício acabou por se adaptar às mais diversas finalidades: serviu de instalação a uma força de exército; despensa de material de guerra; de garagem; de armazém de retém; ou ainda, num anexo do lado norte, de cozinha para servir a chamada “sopa económica”. Apenas em 1939 reencontrou a sua função original quando a Junta Nacional de Frutas ali instalou o Mercado Abastecedor de Frutas do Porto, mas que, devido à acentuada degradação da estrutura, mudaria definitivamente de local no final da década de 70.

Em 1980, impulsionado pelo arquitecto João Rosado Correia e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, foi apresentado à Câmara um projecto da autoria do arquitecto Viana de Lima que propunha a adaptação do Mercado: “*Debaixo da nave principal (central), construir-se-iam as estruturas necessárias para o funcionamento de um centro cultural – museu, teatro, estruturas de apoio social (entre elas as instalações da junta de freguesia)*”¹²⁴. Embora os elevados custos da proposta tenham impedido a sua concretização, três anos depois, após a classificação do Mercado como Imóvel de Interesse Público (IIP), a Câmara Municipal decidiu proceder ao seu restauro. Através do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira/Barredo (CRUARB) e ainda com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, a estrutura foi recuperada precisamente pela empresa que a construiu – a Companhia Aliança. O projecto de arquitectura e restauro ficou entregue ao Arq. Manuel Huet Furtado e o de engenharia ao Eng. António Leitão Borges. A partir daí foi sendo utilizado como espaço polivalente, acolhendo diversas iniciativas temporárias promovidas ou apoiadas pela Câmara Municipal, como feiras do livro, concertos, exposições ou outros eventos culturais.

¹²³ Cit. por NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.96

¹²⁴ Disponível em Hard Club. [Em linha].



51 - O Mercado após o restauro em 1983; 52 - Entrega da Prémio Nacional de Indústrias Criativas, 2010; 53 - Hard Club no Mercado Ferreira Borges. Projecto de Francisco Aires Mateus (2009).

Em Janeiro de 2008, inserido numa política de privatização de equipamentos públicos que vem sendo aplicada na cidade do Porto¹²⁵, a Câmara aprovou a “*abertura de um concurso público para apresentação de ideias, concepção, projecto, construção, manutenção e exploração, mediante a constituição de direito de superfície por um prazo máximo de 20 anos, do mercado Ferreira Borges*”¹²⁶. O formato do concurso, teoricamente vasto a nível programático, era no entanto bastante limitativo a nível de investimento, e talvez por isso a única proposta apresentada tenha sido a do *Hard Club*, uma sociedade responsável pela gestão de uma sala de espectáculos no centro histórico de Gaia entre 1997 e 2006.

Após a aprovação da Câmara Municipal e do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), a concessão foi entregue ao *Hard Club* por dezassete anos e em Junho de 2009 iniciaram-se as obras de reabilitação. De acordo com o projecto do arquitecto Francisco Aires Mateus, a antiga estrutura seria maioritariamente preservada: os elementos originais seriam mantidos na íntegra, recuperados e restaurados, havendo adaptações pontuais para satisfazer exigências programáticas e, apenas os elementos desqualificados, aleatórios ou de carácter falsamente histórico seriam desmontados. As grandes mudanças surgiriam no interior, através da construção de novos elementos desmontáveis, totalmente desligados da estrutura e pavimentos existentes, reforçando assim a sua condição efémera¹²⁷.

Inaugurado a 16 de Setembro de 2010, o espaço interior do antigo Mercado é agora constituído por núcleos diferenciados. Enquanto a nave central serve de *foyer*, sala de exposições, espaço para pequenos concertos ou declamação de poesia, nas naves laterais foram construídas “caixas” que contêm as duas salas principais (concertos, teatro, performances, apresentações e outro eventos), os estúdios de gravação e a sala de ensaio, a cafetaria, uma livraria dedicadas às artes e cultura nacionais e onde também se adquirem os bilhetes para os eventos do *Hard Club* ou para circuitos turísticos do Porto, uma loja de *merchandise*, e ainda uma zona de serviços. O anexo na fachada norte foi totalmente redesenhado e refeito para

¹²⁵ A privatização de equipamentos públicos na cidade do Porto é uma política que tem vindo a ser seguida pelo actual Presidente da Câmara Rui Rio, cujo mandato se iniciou em 2002. Desde aí, e apesar dos votos contra da oposição, a maioria PSD/CDS já entregou a privados a concessão de espaços como o Palácio do Freixo, Teatro Municipal Rivoli, Mercado do Bolhão, Pavilhão Rosa Mota e mais recentemente, o Mercado do Bom Sucesso.

¹²⁶ “Câmara decide abrir concurso público para dinamizar o Ferreira Borges” (22 Jan 2008). Disponível em C.M. Porto. [Em linha].

¹²⁷ Cf. memória descritiva do projecto em *Hard Club*. [Em linha].

áreas de apoio com ligação directa aos palcos e ao estúdio de gravação, tais como arrumos, balneários, camarins, arquivos e equipamentos de ventilação/tratamento de ar.

O facto deste projecto de reutilização do antigo Mercado não ter gerado muita polémica logicamente não se deve apenas ao facto da estrutura original ter sido mantida e de esta ser uma transformação reversível. Embora a privatização de elementos simbólicos da cidade seja sempre uma política discutível, principalmente por na maioria das vezes colocar os interesses particulares e económicos acima dos da cidade e da população em geral, neste caso o que se verificou foi um equilíbrio entre ambos, em que uma oportunidade de investimento foi de encontro às necessidades da zona onde o edifício se insere. Esta área, essencialmente turística, ganhou assim um novo pólo que não se evidencia apenas pela aparência e memória do lugar mas também pelo novo programa, um espaço dedicado à música e já (re)conhecido pelos portuenses. Além disso, continua a ser um edifício aberto à cidade, com equipamentos autónomos (cafetaria, livraria, loja de *merchandise*) e com horários alargados.

Por último mas não menos importante no sucesso desta intervenção, está um projecto de arquitectura e reabilitação capaz de conciliar a defesa de “*um legado patrimonial significativo, feito de formas, espaços e sistemas construtivos marcados no tempo*”¹²⁸ com uma visão do futuro. De acordo com o arquitecto Pedro Bismarck, o êxito do projecto resultou não só do seu lado criativo mas também do seu carácter eminentemente urbano - “*um processo claro, de intenções objectivas, mas que não fica (e isso é o mais importante) limitado às paredes do mercado Ferreira Borges, mas que vai para além delas, ao encontro da cidade e de um contexto mais alargado*”¹²⁹.

3.2 | O Mercado do Bolhão

Em parte devido ao fracasso da política de dispersão de Mercados inscrita no “Plano de Melhoramentos” de 1881, “*a atitude das vereações que se sucedem durante toda a década de 90 parece de facto ter-se concentrado mais no melhoramento e regulamentação dos mercados existentes, do que na sua reformulação e muito menos na edificação de novas estruturas*”¹³⁰. Tal como

¹²⁸ AIRES MATEUS, Francisco. Disponível em Hard Club. [Em linha].

¹²⁹ BISMARCK, Pedro – “Mercado ‘Hard Club’ Ferreira Borges ou como escapar à crise da criatividade”. Disponível em A Baixa do Porto. [Em linha].

¹³⁰ NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.94

aconteceu nos outros dois Mercados principais, o Mercado do Anjo e o Mercado do Peixe, na Praça do Bolhão apenas se substituíram e disciplinaram as barracas de venda, sem no entanto se alterar o funcionamento ou a relação daquele espaço com a envolvente. Esta política manteve-se durante cerca de duas décadas, com algumas modificações significativas durante a presidência de Manuel de Sousa Avides (1902-1906), pois foi aí que se começaram a notar maiores preocupações a nível urbanístico. Com efeito, a partir daí a intervenção nos espaços de comércio começou a abranger mais que as estruturas enquanto objectos individualizados, procurando agora encontrar soluções interligadas com a reestruturação da zona envolvente.

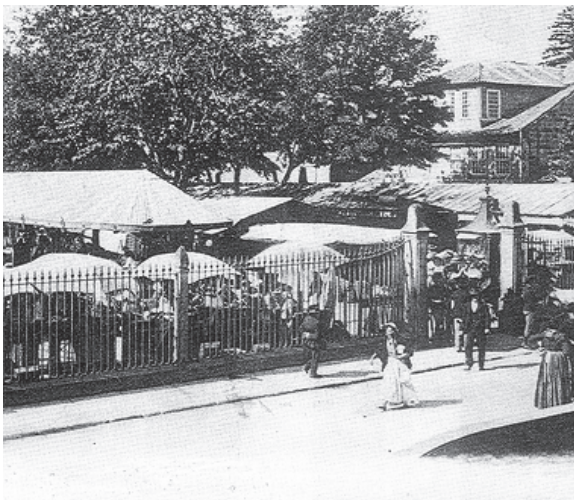
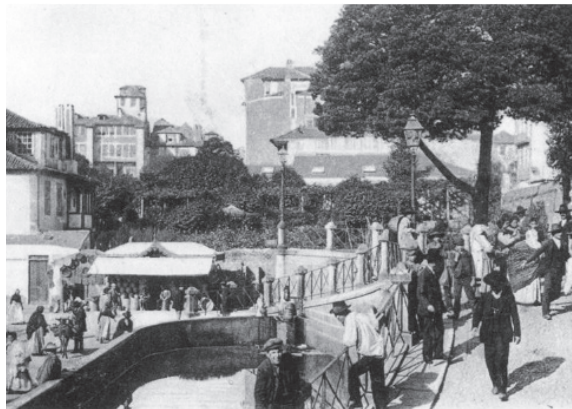
Um testemunho desta mudança foi o que aconteceu no Bolhão em 1904, já que após a aprovação do prolongamento da Rua de Sá da Bandeira se concluiu que tal não seria compatível com o projecto em curso para o Mercado. Assim, foi elaborada uma nova proposta que, apesar de manter a concepção da praça de mercado enquanto unidade espacial aberta, já indiciava a procura de uma melhor relação com a envolvente, principalmente através do sistema de circulações¹³¹.

Em 1907, com a tomada de posse da nova vereação, a orientação política de gestão municipal sofreu grandes alterações, sobretudo no que dizia respeito aos Mercados. A necessidade da existência de um plano municipal de desenvolvimento, o denominado “Plano Geral de Melhoramentos”, foi reafirmada e também *“apontada a conveniência de estudar os aspectos essenciais da estrutura urbana, aos níveis das infraestruturas e dos espaços de circulação, tendo em conta o desenvolvimento global da cidade, partindo das existências e apontando as carências ou as deficiências, mesmo que para isso seja necessário rever decisões ou suspender obras em curso”*¹³². Neste sentido, os trabalhos de prolongamento da Rua de Sá da Bandeira foram interrompidos e a transformação da Praça do Bolhão adiada.

A partir daí tornou-se clara a intenção do município em integrar a problemática dos Mercados num contexto mais abrangente, ao nível do desenvolvimento global da cidade, inserida na estruturação urbanística das áreas onde estes equipamentos se implantavam ou se pretendiam implantar. Nesse mesmo ano, o Engenheiro Xavier Esteves, que integrava a Comissão Municipal do Plano de Melhoramentos, reafirmou a importância do mercado do

¹³¹ Em 1906 o anterior projecto de “rampa directa” foi substituído por outro por interferir na ampliação e na estética do novo mercado do Bolhão. Cf. NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.95

¹³² NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.97



54 - Praça do Bolhão, final séc. XIX; 55 - Início das obras na praça, início séc XX.

Bolhão ser analisado em paralelo com as modificações viárias propostas para a envolvente, acima de tudo para que ambos pudessem sair beneficiados. Ao contrário do que acontecera no passado, orientou-se por uma política de concentração de Mercados e, com a convicção de que o Bolhão deveria ser o futuro Mercado Central, apresentou um estudo com cinco propostas para a sua renovação. Deste conjunto houve uma que obteve maior destaque, não só pelo grau de desenvolvimento mas também pelo carácter inovador. Consistia num edifício de planta quadrangular de duas alas, separadas pelo prolongamento da Rua de Sá da Bandeira, com uma galeria circundante, no qual era utilizado o “*cimento armado para as fachadas, divisórias e pavimentos altos, e o ferro e o crystal para a cobertura central*”¹³³, de forma a isolar a praça de mercado propriamente dita das ruas envolventes. Com vista na obtenção dos recursos financeiros necessários para concretizar o projecto, o engenheiro propunha a abertura de “*um concurso para a construção e exploração do mercado, pelo prazo de 75 anos*”, reservando à Câmara a possibilidade de resgate¹³⁴.

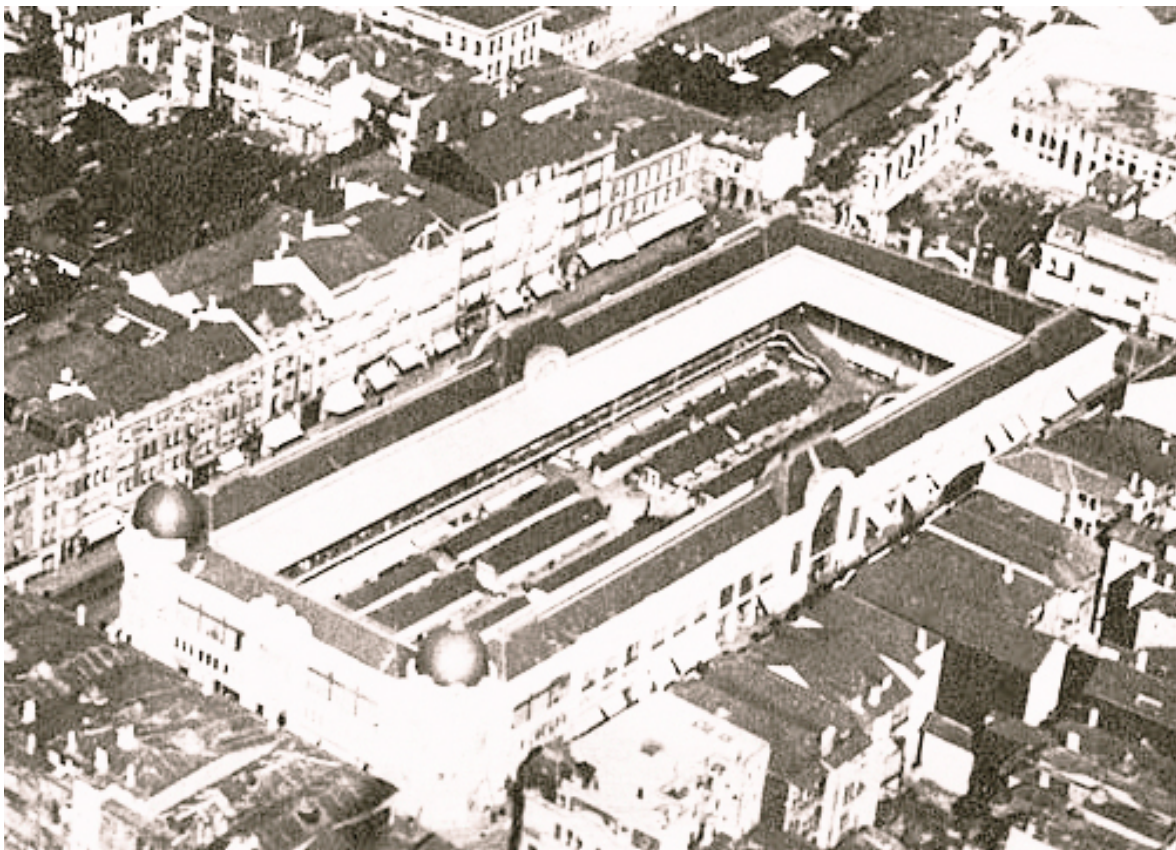
Embora nada disto se tenha efectivamente realizado, os estudos de Xavier Esteves foram essenciais na formulação do “Ante-Projecto do Novo Mercado do Bolhão”, aprovado em 1910 e com a assinatura do engenheiro municipal Casimiro Barbosa. Ainda nesse ano foi iniciado o documento final com vista à execução do Mercado mas, devido ao ambiente político relacionado com a Implantação da República e as perturbações económicas e sociais daí decorrentes, o processo de ampliação e reformulação do Bolhão foi mais uma vez interrompido.

No início do séc. XX mantinha-se a vontade em “*deslocar o centro de actividades da cidade do seu lugar histórico, junto da margem norte do rio Douro, para uma cota superior (...) onde se pudessem implantar equipamentos que dignificassem a cidade e acompanhassem a capacidade de investimento da época*”¹³⁵, desta vez já fora do perímetro do burgo medieval. Neste sentido a autarquia procurava através de intervenções pontuais, tanto a nível arquitectónico como urbano, provocar uma ruptura significativa com o passado e concretizar uma intenção já antiga. Elísio de Melo, o primeiro Presidente da Câmara em regime

¹³³ NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.101

¹³⁴ *Idem.* p.102

¹³⁵ SOUSA, Nuno Tasso de – Estação de S. Bento.



56 - Estação de S. Bento (Marques da Silva, 1915); 57 - Mercado do Bolhão (Correia da Silva, 1916); 58 - Vista aérea do Mercado do Bolhão, já depois da cobertura das galerias (1924); 59 - Interior do Mercado, 1923.

republicano, impulsionou assim em 1914 a reforma do Bolhão, inserindo-a no plano de remodelação do novo centro da cidade. O projecto de “*um edifício com alguma monumentalidade, dignidade e representatividade para um mercado que, apesar de já existir nesse local, se pretendia reinstalar*”¹³⁶ foi entregue a Correia da Silva que, após completar a sua formação Escola de Belas Artes de Paris¹³⁷, tinha ocupado o lugar de arquitecto municipal deixado vago por Marques da Silva.

Esta continuidade não se limitou ao cargo na autarquia, obras como a Estação de S. Bento (1915), a par de outros modelos *Beaux-Arts*, eram referências indiscutíveis para todos os arquitectos da época, sobretudo os do Porto. No caso específico da Gare, que pretendia articular os caminhos-de-ferro com os meios de navegação marítimos, destacava-se não só a sua função, mas também a utilização de novos materiais (aço, ferro fundido, vidro) e uma consciência urbana muito apurada que demarcava a entrada numa nova época¹³⁸.

Nesse contexto, os primeiros desenhos de Correia da Silva apresentavam um imponente edifício coberto que envolvia a praça de mercado pré-existente, ocupando todo o quarteirão definido pelas ruas Fernandes Tomás, Formosa, Alexandre Braga e de Sá da Bandeira. Estruturado por esses alinhamentos, o edifício adaptava-se aos seus declives, de modo a criar entradas nas quatro ruas, a diferentes níveis. Os acessos a norte e sul eram de nível, em pisos distintos, e articulavam-se com as cotas intermédias dos acessos a este e oeste através de escadarias.

A planta, simples e regular, evidenciava uma dualidade de espaços: o Mercado interior de uso colectivo rodeado por uma galeria, e as lojas exteriores, autónomas do conjunto, abertas para as quatro ruas circundantes. Esta contradição programática, apesar de positiva a nível funcional, resultava num empobrecimento do interior do edifício, já que os seus alçados não aparentavam ser mais do que o resultado das condições impostas pelas grandiosas fachadas voltadas para o exterior. De facto, o carácter urbano e monumental que se pretendia

¹³⁶ NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão, p.121

¹³⁷ A *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts* é a mais famosa escola de artes de Paris e talvez a maior referência no panorama arquitectónico europeu durante todo o séc. XIX. É também reconhecida pela criação de um estilo próprio, o neo-barroco, utilizado principalmente em edifícios públicos desde o final do séc. XIX até aos anos 20 do século seguinte, período em que Charles Garnier, pelo impacto da sua obra (ex: Ópera de Paris), e J. Guadet pelo modelo de ensino, eram as grandes referências. A escola preconizava a composição axial e a utilização dos edifícios de prestígio como elementos geradores da malha urbana, através da monumentalidade, do seu posicionamento e da criação de percursos inteligíveis capazes de ordenar os diferentes espaços.

¹³⁸ Cf. SOUSA, Nuno Tasso de – Estação de S. Bento. nº1. In COSTA, Alexandre Alves [et al.] – Porto 1901-2001: guia de arquitectura moderna.

privilegiava o desenho rigoroso dos alçados externos, compostos por planos recuados marcados pelos acessos ao centro e por pavilhões de remate, que reforçavam a axialidade da construção. A uniformidade do conjunto era também transmitida pela céntrica constante, que no entanto, devido ao desnível do terreno e à marcação dos ângulos por elementos cilíndricos, dava à fachada Sul maior expressividade, enfatizando a entrada directa para a praça de mercado.

Possivelmente devido ao fracasso do Ferreira Borges e, indiscutivelmente, devido à grande influência das *Beaux-Arts*, Correia da Silva tomou algumas decisões que distinguiam o novo Mercado Central Porto¹³⁹:

- em detrimento do ferro, e provavelmente por crédito a Guadet¹⁴⁰, a estrutura era em betão. Tal como na maioria dos edifícios públicos da época procurava conjugar as possibilidades do novo material com a continuidade de uma linguagem tradicional da pedra, através das pilastras, da decoração e da estereotomia do embasamento¹⁴¹.

- o Mercado adaptava-se à topografia com acessos a níveis distintos e, em alusão a Garnier, era definida uma “marcha”, isto é, um “*percurso legível que ordenava e hierarquizava os espaços*”¹⁴², e que era simultaneamente um atravessamento urbano.

- as lojas individuais voltadas para o exterior eram um símbolo de urbanidade e, de certa forma, demonstravam a “*vontade de esconder o carácter inevitavelmente desordenado, confuso e barulhento dos mercados da época*”¹⁴³.

Em relação ao projecto original, o edifício que foi efectivamente construído apresentou duas diferenças relativamente significativas: a diminuição da altura e a ausência de cobertura. Embora se desconheçam as razões que justificaram estas alterações, a verdade é que a praça de mercado a céu aberto pode ter sido mais uma escolha influenciada pelos escritos de Guadet, nos quais era defendida “*uma tipologia de compromisso entre o mercado fechado e a feira, apoiada por legislações e reformas defensoras da acessibilidade, salubridade, iluminação e ventilação, e exemplificada pelo Marché St. Germain em Paris*”¹⁴⁴. Propositadamente ou não, a verdade é que

¹³⁹ As ideias de monumentalidade, de inserção topográfica com entradas a cotas diferenciadas ou o sistema de lojas fixas à volta do Mercado não eram propriamente novidade mas, devido à não concretização dos projectos em que estavam inseridas, foram reconhecidas como tal no Mercado do Bolhão. Cf. NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão, p.116

¹⁴⁰ Num dos capítulos do seu livro *Elements et théorie de l'architecture*, J.Guadet defendeu que a utilização do ferro e do vidro não era a escolha mais apropriada para os Mercados, demonstrando a sua preferência pela construção em alvenaria em detrimento da estrutura metálica. Cf. NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.122

¹⁴¹ NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão – estudos e documentos. p.128

¹⁴² *Idem.* p.119

¹⁴³ *Idem.* p.124

¹⁴⁴ TEIXEIRA, Sara – Mercados Abertos (1949 – 1974).



60 - Interior do Mercado do Bolhão, séc. XXI.

o facto de recuperar a imagem tradicional da praça de comércio acabou por se revelar um forte contributo para a grande afluência e popularidade que o Bolhão adquiriu enquanto Mercado durante o séc. XX. Representativo das grandes obras construídas pelo município, este equipamento constituiu um pólo de desenvolvimento de toda a área envolvente, funcionando como elemento estruturador da malha urbana, e cuja importância pode ser associada ao limite da concepção de cidade enquanto “sistema de entidades”¹⁴⁵. É sem dúvida interessante o carácter dual do edifício que, apesar de surgir com o prolongamento da Rua de Sá da Bandeira, acaba por se tornar um dos maiores impulsionadores do seu crescimento. Efectivamente, após a edificação do Mercado do Bolhão impuseram-se nas suas imediações edifícios tão significativos como o Teatro Rivoli (remodelado em 1923 por Júlio Brito), o Palácio do Comércio (1947) de David Moreira da Silva ou o Palácio Atlântico (1950) da ARS-Arquitectos.

A nível estrutural, o edifício não sofreu grandes alterações até hoje, apenas se destacam a cobertura das galerias em 1924 e mais tarde, já nos anos 40, o seu reforço e a construção da ponte transversal ao centro. Pelo contrário, enquanto principal centro urbano de abastecimento, comercialização e encontro da população, ao longo do séc. XX, o Mercado conheceu panoramas muito distintos. Se durante décadas representou o “epicentro” comercial da cidade, principalmente a partir da década de 80, com o desenvolvimento de outras formas de comércio, tem vindo a sofrer uma progressiva desvalorização, tanto por parte dos consumidores como dos comerciantes/investidores. Confrontado com os novos hábitos de consumo, o Mercado começou a demonstrar alguma incapacidade em responder adequadamente às necessidades da população, sendo gradualmente preterido por aqueles que outrora o utilizavam diariamente. Esta constatação marcou o início de um período de decadência, evidenciando não só as suas deficiências estruturais como a urgência da sua reabilitação.

A primeira tentativa foi feita em 1990, quando a Câmara Municipal do Porto decidiu abrir um concurso internacional, insistindo na manutenção do carácter geral do edifício, no que respeitava à salvaguarda dos aspectos formais e funcionais, na conservação do mercado tradicional e na criação de novas funções apenas para espaços perdidos. Em simultâneo com

¹⁴⁵ NONELL, Anni Günther - O Mercado do Bolhão. p.116



61 - Ambiente nas galerias; 62 - Escadaria do Mercado do Bolhão.

esta iniciativa foi encomendado ao Centro de Estudos da FAUP – CEFA – a elaboração de um documento que conjugasse toda a informação necessária para servir de base aos projectos de reabilitação.

Em 1992 a proposta do Arquitecto Joaquim Massena foi aprovada por “*unanimidade com distinção e louvor*”¹⁴⁶ e quatro anos mais tarde, após o pedido do projecto de execução pela Câmara Municipal, o atelier decidiu instalar um gabinete de apoio no interior do Mercado, com o objectivo de fazer um levantamento exaustivo sobre o uso do edifício e o seu estado físico, complementando assim de forma eficaz a documentação histórica recolhida anteriormente pela arquitecta Anni Günther Nonell. A proposta final pretendia manter o Mercado enquanto símbolo de comércio tradicional, fazendo apenas modificações pontuais: consolidação das fundações, recuperação e reorganização dos espaços de venda, instalação de um espaço de restauração e outro de comércio livre, restituição da caixilharia exterior com base na original, criação de infra-estruturas (ar condicionado, elevadores, escadas rolantes) e construção de dois pisos subterrâneos para serviços e estacionamento¹⁴⁷. Era ainda reservado um espaço para eventos culturais, como exposições ou concertos e que, tal como a zona de restauração, teria um horário mais alargado que o Mercado propriamente dito¹⁴⁸.

Em 1998, embora o projecto já tivesse sido alterado de acordo com a linha de metro que se previa, pronto a ser executado e aprovado tanto pela Câmara Municipal como pelo IPPAR (actual IGESPAR), a intervenção foi adiada supostamente devido a questões financeiras, prolongando-se o impasse com a mudança de autarquia. Durante os anos seguintes a discussão manteve-se em torno do projecto de Joaquim Massena e, sem aparecerem alternativas significativas, foram maioritariamente debatidos dois aspectos estruturais: a cobertura da praça interior tal como Correia da Silva propusera originalmente e a viabilidade da construção do estacionamento subterrâneo inserido na proposta actual.

Após inúmeras promessas eleitorais por concretizar, que acentuaram progressivamente a decadência do Mercado do Bolhão, a Câmara Municipal decidiu em 2006, após considerar “*obsoleto, desactualizado e economicamente inviável*”¹⁴⁹ o projecto que anteriormente aprovara, abrir um novo concurso público de concepção/construção/exploração do edifício. Inserida na

¹⁴⁶ Disponível em Joaquim Massena, arquitectos. [Em linha].

¹⁴⁷ *Idem*.

¹⁴⁸ MARQUES, José Carlos – Bolhão. Disponível em pned: Mensagem: BOLHÃO. [Em linha].

¹⁴⁹ *Idem*.

política de privatizações da autarquia atrás referenciada, a concessão ficou entregue à TramCroNe, uma empresa imobiliária holandesa, que ficaria responsável pela exploração do edifício durante 70 anos (50+20). Apesar de ter alguma influência nas fachadas, era no interior do edifício que o projecto previa mais transformações, tanto a nível estrutural como funcional: construção de um piso intermédio entre os existentes e de dois subterrâneos para cargas, descargas e estacionamento, e instalação de lojas e de um supermercado nos pisos 0 e 1, de habitações nos torreões e de restauração e “comércio tradicional” no piso 2 que, embora fosse a céu aberto, seria equipado com uma cobertura amovível¹⁵⁰.

Em parte devido aos pareceres do IGESPAR em relação ao projecto em causa, alguns investidores recuaram e a empresa foi adiando indefinidamente os prazos com que se tinha comprometido. Face a este incumprimento, e possivelmente também devido aos vários movimentos cívicos e manifestos que se organizaram contra aquilo que consideravam ser a “destruição do bolhão”¹⁵¹, em Setembro de 2008 a Câmara Municipal decidiu romper definitivamente o vínculo com a TramCroNe (TCN).

Neste mesmo ano, e em tom de crítica à autarquia pela “*política de retracção do seu investimento financeiro do seio das empresas municipais e dos equipamentos culturais herdados, em prol da sua alienação ou concessão à gestão e ao patrocínio privados*”¹⁵², a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto - FAUP disponibilizou-se para dar o seu contributo, de uma forma criativa, sobre esta problemática. Em conjunto com a Porto Redux, “*uma plataforma pró-activa de debate e intervenção sobre a cidade*”¹⁵³, organizou um debate em torno da polémica das privatizações, do desinvestimento municipal na cultura e da falta de criatividade na reabilitação, e que naturalmente se acabou por centrar no caso paradigmático do Mercado do Bolhão. Mais tarde, foi ainda organizado um *workshop* onde cinco equipas, formadas por arquitectos, estudantes e profissionais de outras áreas, trabalharam em conjunto para apresentar propostas de reabilitação que fossem além do “conservadorismo” do projecto do arquitecto Joaquim Massena e que, através do conhecimento e das ideias recolhidas anteriormente, não caíssem na tentação oposta, a de alienar ou “retirar a alma” ao Bolhão, como a TCN havia feito. Acima de tudo, este foi um ensaio interessante cujos resultados

¹⁵⁰ Cf. Mercado do Bolhão. [Em linha].

¹⁵¹ *Idem*.

¹⁵² GRANDE, Nuno – Debater criativamente a cidade: a experiência Porto Redux. Disponível em Porto Redux. [Em linha].

¹⁵³ *Idem*.



63 - Última imagem divulgada para a reabilitação do Mercado do Bolhão (Março, 2010).

provaram que *“um conceito de reabilitação urbana pode começar, não na defesa “respeitosa” e neutral das características patrimoniais dos edifícios, mas no grau de transformação que sobre eles seja possível imprimir, desde que avaliada a sua integridade matricial e simbólica”*¹⁵⁴.

Em 2009 a polémica reacendeu-se com promessas políticas por altura das eleições autárquicas, sem qualquer consequência uma vez que a Câmara foi reeleita. A discussão manteve-se sobre alterações pontuais como a cobertura de vidro ou o parque de estacionamento subterrâneo mas, após mais um concurso para a elaboração dos projectos de especialidades para a reabilitação do Mercado, uma acção judicial voltou a atrasar as obras no Bolhão¹⁵⁵. O projecto está desde aí entregue ao IGESPAR, que, sem apresentar qualquer proposta concreta, continua a ser sujeito a pressões de algumas entidades que defendem o resgate da proposta de 1992, da autoria de Joaquim Massena.

Assim, tal como acontecera no passado, mesmo antes de o Mercado ser edificado, a intervenção no Bolhão parece condenada a sucessivas interrupções, marcadas pelo adiamento e mudança de projectos, movimentados por interesses políticos e económicos, causando discussões públicas que, acima de tudo, apenas contribuem para acentuar a decadência daquele espaço de comércio. Apesar disso, mesmo a funcionar sob condições lastimáveis, o Mercado continua a ter uma afluência significativa que se divide pela “persistência” da geração mais idosa e pela curiosidade dos turistas. A constatação deste fenómeno é também importante quando se tenta perceber a complexidade da intervenção no Bolhão, já que a sua ligação com a cidade aparenta ser mais resistente que a própria estrutura.

Os fortes laços culturais com a sociedade, descritos anteriormente como característica dos “factos urbanos”, são então aqueles que melhor traduzem a inflexibilidade mas também o interesse da reabilitação do Bolhão, já que a sua estrutura representa *“muito mais do que uma construção histórica, é ela própria um palco de interações sociais e de existência urbana. (...) Durante a sua evolução, para além das paredes construídas, o Mercado tornou-se um agente social da vivência da cidade e com enorme interesse para ela própria”*¹⁵⁶.

¹⁵⁴ *Idem.*

¹⁵⁵ Cf. “Acção judicial volta a atrasar obras no Bolhão” (5 Agosto 2010). Disponível em Jornal de Notícias. [Em linha].

¹⁵⁶ SOUSA, João Pereira – Objectivo: Bolhão (16 Out 2008). Disponível em Palavras da Arquitectura. [Em linha].

3.3 | Mercado do Bom Sucesso

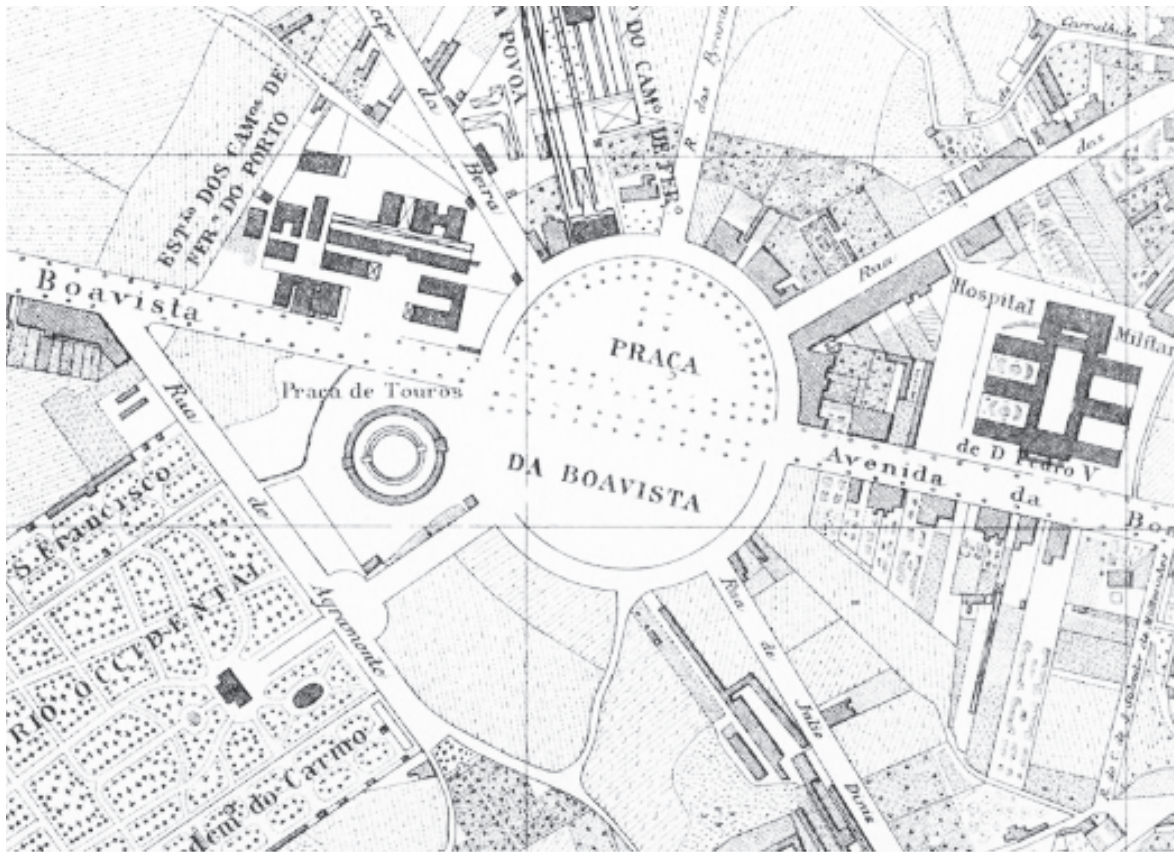
Após a mudança de regime político em 1933¹⁵⁷, o novo governo português decidiu assumir o controlo das intervenções urbanísticas de maior importância nas cidades. Esta não era no entanto uma atitude inocente, tinha subjacente a vontade do Estado Novo em demarcar a sua autoridade no território nacional, essencialmente através de uma renovação simbólica, monumental e de cariz nacionalista.

Tal como aconteceu em Lisboa com a chamada do urbanista francês Étienne de Gröer, no Porto foram nomeados dois arquitectos italianos, Marcelo Piacentini (1938-39) e Giovanni Muzio (1940-43), ambos responsáveis por “*projectos de zonamento rígido*”¹⁵⁸ que no entanto acabariam por não se realizar. Posteriormente foi pedido ao engenheiro Antão de Almeida Garret um novo estudo, apresentado em 1948 e com uma lógica de planeamento bastante diferente dos projectos anteriores. Com efeito, eram abandonados os grandes eixos monumentais que caracterizavam as propostas dos arquitectos italianos, e o novo plano assentava na multiplicação de “núcleos de vizinhança” e das suas infra-estruturas, parecendo regressar à estratégia de estruturação da cidade segundo um “sistema de entidades”. Este factor levou a que se voltassem a reequacionar as articulações entre espaço público e privado e o exterior e interior, principalmente através do recurso a grandes equipamentos públicos que actuavam simultaneamente como referências urbanas. No entanto, tal como acontecera anteriormente, o plano não foi concretizado.

Nesta altura o Porto confrontava-se com a incapacidade de responder adequadamente ao crescente fluxo da circulação viária, o que veio incentivar o projecto para uma nova travessia sobre o rio Douro, na zona da Arrábida. Esta especulação, a par da conexão com importantes eixos viários da cidade que era feita a partir da Praça Mouzinho de Albuquerque, acabou por se reflectir no desenvolvimento habitacional da zona poente da cidade. A praça, também conhecida por Rotunda da Boavista, era já um ponto de referência, estabelecendo por exemplo a ligação com o porto de Leixões.

¹⁵⁷ Inserido na II República, o Estado Novo foi o regime político autoritário e corporativista que substituiu a Ditadura Nacional em 1933. Com a aprovação de uma nova constituição coordenada por António de Oliveira Salazar, o regime vigorou até 1974, data em que foi deposto pela Revolução do 25 de Abril.

¹⁵⁸ RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) - História do Porto. p. 538



64 - Conclusão da Praça da Boavista, 1889; 65 - Casa e Capela da Nossa Senhora do Bom Sucesso; 66 - Implantação do Mercado do Bom Sucesso.

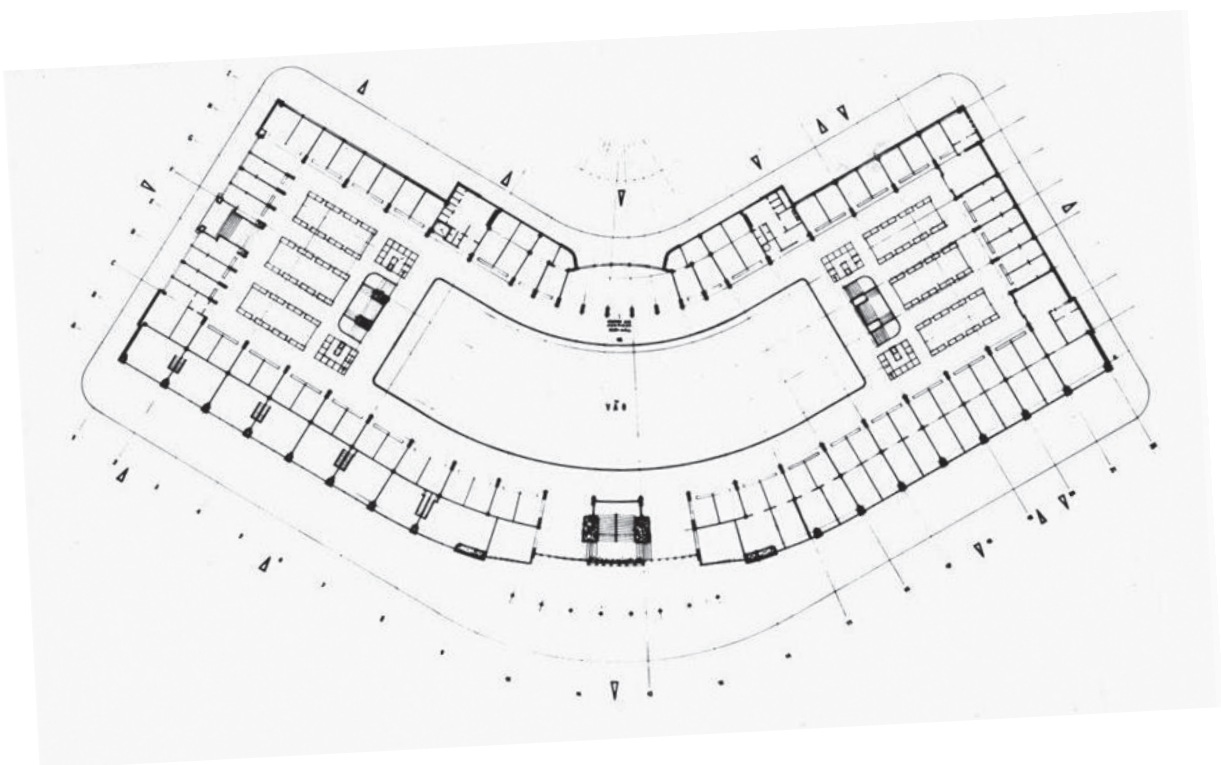
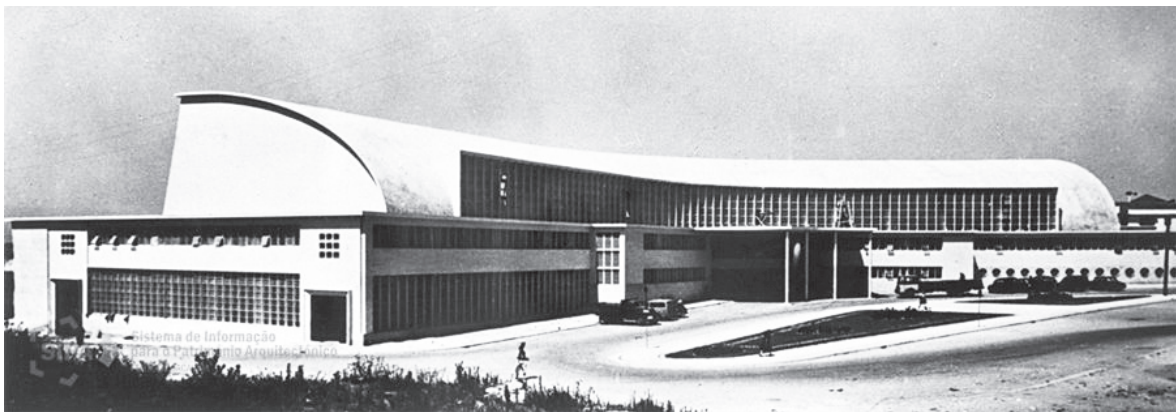
Em simultâneo, a cidade debatia-se com graves problemas de abastecimento da população, já divulgados em 1935 no “inquérito sobre matadouros e mercados das capitais de distritos administrativos”, resultantes do insuficiente número e da má distribuição dos espaços de comércio existentes. Após alguns anos com projectos de Mercados que não foram para além do papel por motivos financeiros, e ao decidir que o Mercado do Anjo, tal como o Mercado do peixe da Cordoaria, deveriam ser demolidos brevemente por falta de condições de higiene e salubridade, a autarquia teve de se apressar para encontrar alternativas.

Foi certamente ao considerar estas duas situações que, em sessão camarária presidida pelo Coronel Licínio Preza em 1949, foi aprovada a construção de um novo Mercado na zona da Boavista. Nesse mesmo ano o projecto foi entregue ao gabinete ARS-Arquitectos, formado por Fortunato Leal, Cunha Leão e Moraes Soares, e cujo trabalho com esta tipologia era já reconhecido pelo projecto do Mercado de Matosinhos (1939) e pela proposta de um Mercado para Chaves, que no entanto ficara por concretizar.

Devido à forte expansão que se fazia sentir naquela área e à inexistência de um plano a seguir, os dados da encomenda eram relativamente vagos, sem que fossem concretamente definidas áreas, localização ou desenho urbano a respeitar. Embora a previsão inicial fosse *“construir o mercado entre a rua Júlio Dinis, que fazia a ligação da zona ocidental ao centro, e um novo eixo viário que, saindo da Rotunda da Boavista em direcção ao Campo Alegre, faria a ligação à futura ponte da Arrábida”*¹⁵⁹, uma decisão política de última hora alterou a implantação do Mercado. As razões desta mudança foram provavelmente o facto de na primeira hipótese o edifício estar voltado para a Rotunda da Boavista, com a entrada principal a norte enquanto a maioria da habitação se encontrava a sul, e também pela acumulação de tráfego que o Mercado traria à já congestionada praça. Neste sentido, a Câmara Municipal do Porto decidiu recuá-lo relativamente à rotunda, ocupando os antigos terrenos da Quinta da Nossa Senhora do Bom Sucesso (cujas casa e capela ainda existem), e impor-lhe uma nova orientação, agora com a fachada principal voltada a poente.

Inaugurado em 1952, a relação do Mercado com o exterior remetia para algumas soluções utilizadas anteriormente no Mercado do Bolhão: a adaptação do edifício ao declive

¹⁵⁹ RIBEIRO, António – O Mercado Municipal de Matosinhos e o Mercado do Bom Sucesso. p.61



67 - Inauguração do Mercado do Bom Sucesso (ARS-Arquitectos, 1952); 68 - Planta do piso superior.

natural do terreno, com acessos ao centro em todas as fachadas e a instalação de lojas independentes a poente, voltadas para a Rua de Caldas Xavier. A presença destes estabelecimentos, aliada à pala ondulada suspensa por *pilotis*, marcava a fachada e a entrada principal do edifício, com acesso directo à praça de mercado.

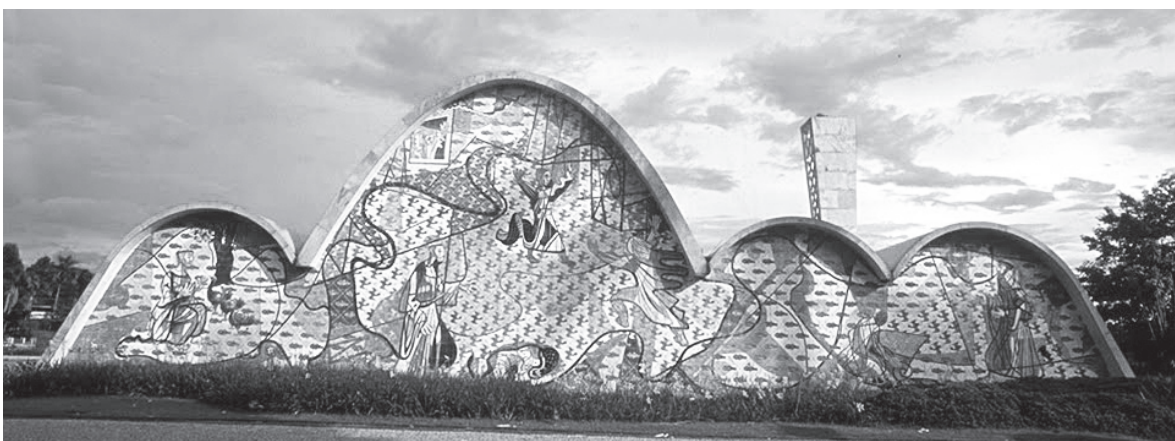
Por outro lado, o desenho da planta, a desornamentação e a plasticidade obtida com a experimentação de um novo material estrutural demonstravam grandes discrepâncias para com os modelos anteriormente referidos. O edifício apresentava-se segundo um “*paralelepípedo desmaterializado quer pela planta em curva, de modo a moldar um espaço exterior, quer pela cobertura total em meia abóbada*”¹⁶⁰, afastando-se assim da rigidez extrema dos seus antecessores. O dinamismo da cobertura era conseguido pela experimentação do betão armado, permitindo a realização de um grande vão que, ao ser modulado por pórticos curvos com uma grelha em vidro, iluminava amplamente o espaço de Mercado.

O edifício dividia-se em três pisos, com acessos e funções diferentes, mas interligados por amplas escadarias, ao centro e nos extremos. A praça de mercado propriamente dita podia ser acedida não só pela entrada principal mas também pelo acesso a nascente, igualmente marcado por uma pala exterior, e onde eram também feitas as cargas e descargas de grande parte das mercadorias. Deste lado estavam também as zonas de armazenamento, um matadouro, instalações frigoríficas e gabinetes administrativos. O piso superior em galeria dispunha de lojas a toda à volta e algumas bancas nos extremos, com acesso directo na fachada norte. A organização comercial destes dois pavimentos respeitava a simetria do edifício, destinando-se um lado à venda de carne e produtos de origem animal e do outro de frutas, flores e legumes, isto é, de todos os produtos de origem vegetal. A sul, o piso inferior e com acesso independente, destinava-se exclusivamente o comércio de peixe, que ficava assim relativamente isolado do resto do Mercado.

Entre outras, esta particularidade resultava das preocupações higienistas e das premissas modernistas que os ARS vinham defendendo e que se acentuaram em Portugal com o I Congresso de Arquitectura Nacional¹⁶¹, pois foi aí que se apresentou ao governo “*uma imagem*

¹⁶⁰ TEIXEIRA, Sara - Mercados Abertos (1949 – 1974). p.42

¹⁶¹ O I Congresso Nacional de Arquitectura, promovido pelo sindicato nacional de arquitectos e patrocinado pelo governo, realizou-se em Maio e Junho de 1948, em Lisboa. Tendo como protagonistas o ICAT – Iniciativas Culturais Arte e Técnica e a ODAM – Organização dos Arquitectos Modernos, as consequências do evento traduziram-se no início de um novo período para a arquitectura portuguesa, reafirmando-se o moderno em detrimento do estilo nacionalista, ou “Português Suave”, que tinha sido privilegiado durante toda a década de 40.



69 - Mercado de Matosinhos (ARS-Arquitectos, 1939); 70 - Halles Boulingrin, Reims (Émile Maigrot, 1929); 71 - Mercado de San Agustín, Corunha (Santiago Rey Pedreira e Antonio Tenreiro, 1932); 72 - Igreja de São Francisco de Assis, Belo Horizonte, Minas Gerais (Oscar Niemeyer, 1943).

*de unidade sobre dois pontos importantes: a rejeição do "Português Suave" e a chamada de atenção para o gravíssimo problema da habitação e o papel da arquitectura e urbanismo modernos na sua solução*¹⁶². Embora sem influência directa, o Mercado do Bom Sucesso não deixa de ser um símbolo da arquitectura proclamada no congresso, distinguindo-se pela espacialidade interior, resultante da grande nave e da preocupação com a iluminação natural, em continuidade com o que os arquitectos tinham experimentado anteriormente em Matosinhos, tendo como referências os Halles Centrales em Reims (1929) ou o Mercado de San Augustín na Corunha (1932)¹⁶³.

No entanto, numa cidade onde as *Beaux-Arts* tiveram tanta importância, podem ainda fazer-se algumas analogias com essa corrente, principalmente ao nível da composição e hierarquização das fachadas. A simetria é também evidente, quer pela planta organizada segundo um único eixo, quer pela marcação clara das entradas públicas e respectivas coberturas ao centro.

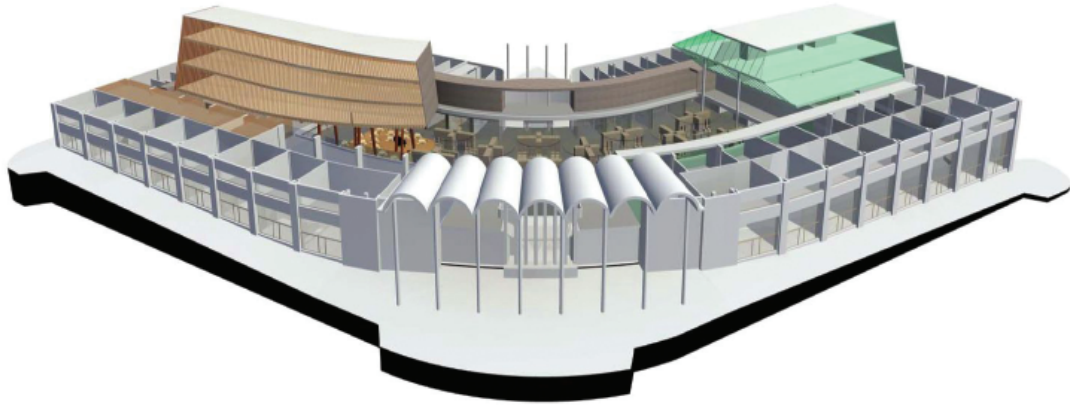
Para além destas influências pode ainda especular-se sobre outras, como por exemplo a relevância da arquitectura brasileira "*quer na adopção de uma estética quer dos respectivos sistemas construtivos dirigidos para equilibrar climaticamente construções integradas em ambientes meridionais*"¹⁶⁴. O carácter plástico que era possível obter com as estruturas de betão armado, definindo uma imagem do edifício, estava presente por exemplo na Igreja de S. Francisco de Assis ou Catedral de Pampulha (1943), da autoria de Oscar Niemeyer.

Se a nível arquitectónico o Mercado se destacou na cidade, também a nível urbano foi marcante, pois contribuiu para a definição de um novo pólo da cidade, não só pela fixação de residentes na zona do Campo Alegre como também pela promoção e concentração de comércio na zona da Boavista. No entanto, este carácter polarizador foi-se atenuando ao longo do tempo em paralelo com a afluência ao Mercado, que tem vindo a decrescer substancialmente nos últimos quinze anos. Não só devido ao aparecimento de novas formas de comércio mas também pela posição (ou falta dela) que a autarquia tomou, o Mercado tem vindo a ser preterido pela população, aumentando a degradação da estrutura e o desinteresse dos investidores.

¹⁶² PORTAS, Nuno - A evolução da Arquitectura Moderna. In ZEVI, Bruno - História da Arquitectura Moderna. p.733-736

¹⁶³ Cf. FERNANDÉZ, Manuel S. - El Mercado de San Augustin en La Coruña y su prototipo en Reims. [Em linha].

¹⁶⁴ TOSTÓES, Ana - Construção moderna: as grandes mudanças do séc. XX. [Em linha]. p.17



73 - Projecto em curso para o Mercado do Bom Sucesso (FA.Arquitectos, 2009).

Na mesma linha de actuação já seguida no Mercado Ferreira Borges e no Bolhão, em 2008 a Câmara Municipal do Porto decidiu abrir um concurso público para a requalificação e concessão da gestão do Mercado do Bom Sucesso, sugerindo que o edifício mantivesse uma área destinada a actividades comerciais, podendo conter outras valências, como espaços de restauração, informação/venda turística, artesanato, exposições, concertos e venda de discos¹⁶⁵. Sem grandes diferenças a nível funcional, foram apresentadas duas propostas de espaços comerciais, pela FDO Imobiliária, com projecto do gabinete de arquitectura Sua Kay, e pela Eusébios S.A., com projecto do atelier FA.Arquitectos.

No ano seguinte o município aprovou a concessão do edifício à Eusébios S.A., cujo projecto, ainda algo indefinido, visava a construção de duas estruturas interiores nos extremos, uma para escritórios e outra para um hotel *low-cost*. O espaço intermédio, bastante reduzido em relação ao actual, destinar-se-ia ao comércio, com lojas, restauração e uma área reservada ao “mercado tradicional”. Este último aspecto, que contava com a diminuição do número de bancas, parece no entanto ter sido esquecido nos desenhos apresentados pelo atelier FA.Arquitectos, formado por Rosário Rodrigues de Almeida e Néilson Ferreira de Almeida. Os estabelecimentos exteriores eram mantidos e o estacionamento poderia ser feito em dois parques subterrâneos, construídos nos topos do edifício.

Não interessará aqui fazer uma crítica ao projecto em si, mas sim abordar duas questões referidas no capítulo anterior que devem ser postas em causa: o tipo de funções que substitui o mercado tradicional e a convicção de que respeitar o edifício se restringe ao isolamento da sua estrutura original. Ladeado por hotéis, centros comerciais e escritórios¹⁶⁶, o facto de serem essas as funções atribuídas ao edifício do Bom Sucesso demonstra o total desinteresse em manter o carácter público e excepcional que o Mercado detinha naquela área. Não há dúvida que “*criar mais um centro comercial é empobrecer a qualidade e variedade da vivência urbana*”¹⁶⁷, ainda mais num sítio no qual este modelo já é claramente excessivo. A instalação de um hotel e escritórios também pouco parece contribuir para a regeneração da zona da Boavista, nada acrescentado em termos de diversidade urbana, contribuindo apenas para a perda do lugar de

¹⁶⁵ Cf. “Concurso para privatizar Bom Sucesso” (21 Março 2008). Disponível em Jornal de Notícias. [Em linha].

¹⁶⁶ Nas imediações do Mercado existem já o hotel Tuela, o hotel Fénix, o *Shopping* Cidade do Porto, as Galerias Península e o Centro Comercial Brasília.

¹⁶⁷ “Manifesto – Arquitectos pela reabilitação do Mercado do Bom Sucesso” (16 Março 2010). Disponível em Mercado do Bom Sucesso Vivo! [Em linha].



74 - Interior do Mercado do Bom Sucesso, Março 2010.

destaque que o Mercado detinha. Foi também questionável o papel da autarquia neste processo, pois mais uma vez se demitiu na protecção do seu património, entregando o Mercado ao domínio privado que naturalmente tende a colocar os interesses económicos acima dos verdadeiros interesses da cidade. Por outro lado, a escassa documentação que foi tornada pública permite concluir que, além da alteração do programa, a intervenção será também responsável pela adulteração do que melhor representa o edifício enquanto símbolo modernista, o seu espaço interior.

O confronto com esta realidade levou à criação do “Mercado do Bom Sucesso Vivo!”, um movimento que desde 2009 se dedica a informar o público acerca do processo de reabilitação do edifício, através da internet ou de manifestações organizadas. Em 2010 foi também publicado um manifesto¹⁶⁸, desta vez subscrito por um conjunto de personalidades associadas à arquitectura no Porto que aí pronunciaram o seu apoio à requalificação do Bom Sucesso, fazendo alguns reparos ao projecto em curso. Entre as várias objecções, estas formas de protesto destacaram a “visão fachadista” e a irreversibilidade do projecto, assim como a sua preocupação com o desaparecimento da “alma do pequeno comércio popular”, que consideram parte da identidade da cidade.

Em Janeiro de 2011 o IGESPAR classificou o edifício como Monumento de Interesse Público, pelo seu “*valor arquitectónico, enquanto exemplar notável da arquitectura modernista dos anos 50, pelo seu valor urbanístico e sociocultural, enquanto edifício de referência na paisagem urbana da cidade do Porto e na vivência da população, constituindo um espaço privilegiado de encontro de gerações e de classes sociais*”¹⁶⁹. Ao contrário do que se esperava, meses mais tarde aprovou o projecto para a “reabilitação” do Mercado, patrocinando assim um desfecho diferente do caso do Bolhão, aquando a proposta da TCN. Em parte devido a este parecer, mas também devido ao facto de grande parte dos comerciantes ter já alguma idade e ter aceite as indemnizações sem grande contestação, deixou de haver margem de manobra para a suspensão do projecto.

¹⁶⁸ Cf. “Manifesto – Arquitectos pela reabilitação do Mercado do Bom Sucesso” (16 Março 2010). Disponível em Mercado do Bom Sucesso Vivo! [Em linha].

¹⁶⁹ “OA-SRN manifesta preocupação pela requalificação do Mercado do Bom Sucesso” (24 Maio 2011). Disponível em Ordem dos Arquitectos. [Em linha].



75 - Imagens da Fotorreportagem “Mercado do Bom Sucesso - Os últimos dias ainda não terminaram”, 2 de Junho de 2011.

Em Maio, após a Ordem dos Arquitectos ter manifestado a sua “*preocupação pela requalificação do mercado do Bom Sucesso*”¹⁷⁰, foram ainda organizadas duas concentrações com o intuito de “Impedir a demolição do Mercado do Bom Sucesso” que no entanto se revelaram infrutíferas, pois no início de Junho confirmou-se o que já a algum tempo vinha sendo adiado, o encerramento definitivo do Mercado.

Ainda em torno da polémica relativa à obsolescência e à reconversão de exemplares de arquitectura moderna na cidade do Porto, é interessante fazer um paralelo entre o Mercado do Bom Sucesso e o Pavilhão dos Desportos (1952), construído após a demolição do Palácio de Cristal nesses mesmos jardins. Projectado por José Carlos Loureiro, este edifício partiu das mesmas premissas que foram seguidas no Mercado: uma forma que atende à função, uma monumentalidade “*não no sentido historicista da representação de determinado poder, mas numa perspectiva funcionalista, que garantia o bem-estar da colectividade*”¹⁷¹ e uma espacialidade interior resultante do desenho daquela que viria a ser a imagem da obra, a cobertura. Embora tenha sido desde início palco de variados eventos, desde campeonatos desportivos a outras actividades recreativas e culturais, actualmente, em parte devido à falta de investimento da Câmara e ao constante adiamento da sua reabilitação, o pavilhão evidencia lacunas que só podem ser resolvidas com uma intervenção significativa. Neste sentido, e ainda sob a responsabilidade do autor do projecto inicial, prevê-se actualmente a manutenção do carácter polivalente do pavilhão, apoiado por um edifício anexo que lhe permitirá organizar grandes congressos. Apesar da contestação que surgiu pelo facto de a nova proposta pôr em risco um dos mais emblemáticos espaços verdes da cidade, têm sido feitas alterações que, embora atrasem o processo, se esperam capazes de reavivar não só o edifício como também a área envolvente.

¹⁷⁰ GONÇALVES, José Fernando - OA-SRN manifesta preocupação pela requalificação do Mercado do Bom Sucesso Disponível em OA: para o público: agenda, notícias e imprensa. [Em linha].

¹⁷¹ TOSTÓES, Ana. Cit. por SOARES, Duarte M. – ARS – Arquitectos. p.89

Considerações Finais

Com uma breve resenha sobre os paradigmas urbanos utilizados no passado, conclui-se que o urbanismo foi desde sempre uma ciência plural, responsável pelo aperfeiçoamento e organização de campos bastante diversos. Tendo-se destacado como instrumento de planeamento territorial e aparelho crítico em resposta aos vários problemas da cidade, existem, na conjuntura actual, outros dois aspectos que não podem de qualquer forma ser descurados: a sua vertente social e o seu papel enquanto interveniente na estrutura base não só da vida presente, mas também das gerações futuras.

Tal como o urbanismo, também a arquitectura se deve adaptar à situação contemporânea, às cidades do séc. XXI, com necessidades e heranças muito diferenciadas mas que, precisamente por essa multiplicidade, exigem soluções individuais. Sendo indiscutível o papel que a arquitectura tem no bem-estar da sociedade e na própria regeneração da cidade, foi este tema que a presente dissertação pretendeu abordar, através da aplicação do conceito de “facto urbano”, referido por Rossi. Efectivamente, *“quando se pensa em processos urbanos, deve necessariamente pensar-se nos catalisadores destes processos, os quais são também cruciais”*¹⁷².

Num período em que a “crise” assombra a sociedade, é essencial, mais do que nunca, *“considerar a cidade construída no passado – tradicional ou moderna, boa ou má (...) que será necessariamente o ambiente onde decorrerá a vida do futuro próximo”*¹⁷³, e acima de tudo, fazê-lo de uma forma lógica, sensível às especificidades destes elementos.

Ao centrar-se nos mercados tradicionais, este trabalho enfrentou duas problemáticas: a viabilidade do programa na cidade contemporânea e o antagonismo entre a importância e a complexidade em reabilitar as suas estruturas. Em relação ao primeiro aspecto, apesar da preponderância das novas formas de comércio, é evidente pelo confronto com outras grandes cidades europeias que o Mercado é ainda hoje em dia um programa que interessa não só preservar como dinamizar. Num mundo cada vez mais homogeneizado, é essencial que se enfatizem cada vez mais as identidades próprias, os distintivos culturais, a excepcionalidade. Não se pode então pedir aos Mercados que compitam com as novas formas de abastecimento, mas sim que se destaquem, que se reintegrem na dinâmica urbana através da sua metamorfose, na qual a arquitectura tem certamente um papel essencial.

¹⁷² JACOBS, Jane – Morte e vida de grandes cidades. p.491

¹⁷³ BENEVOLO, Leonardo – O Último Capítulo da Arquitectura Moderna. p.157

Mas a escolha dos Mercados não se restringiu à sua função, foi feita também pelo facto de estes serem equipamentos públicos que acompanharam as cidades desde sempre, e que por isso se revelam testemunhos significativos dos diferentes paradigmas urbanos e modelos arquitectónicos aí aplicados. Representando frequentemente períodos marcantes da História, verdadeiras “jóias” carregadas de simbologia e vivência humana, interessa, acima de tudo, preservar estes edifícios que são parte da memória colectiva de toda a sociedade. A importância da sua permanência é então justificada por uma pluralidade de factores, que no entanto acabam por se revelar simultaneamente interesses e condicionantes no processo de reabilitação.

A pretensão deste trabalho é a de que a revitalização dos Mercados deve ser inserida numa regeneração urbana estratégica, onde a quantidade de investimento dá lugar a uma aposta na qualidade e na especificidade. Enquanto motores de desenvolvimento, a reintegração destes elementos trará vantagens acrescidas para a cidade, indo muito além da estética e da operacionalidade das estruturas. Essencialmente devido às suas características enquanto “factos urbanos”, eles serão capazes de interferir com as diversas esferas que constituem a cidade (cultural, social, económica), propiciando assim resultados abrangentes com intervenções relativamente pontuais.

O caso do Porto é paradigmático pois, de certa forma, aborda estas duas problemáticas e muitas outras daí resultantes. Pela importância do comércio na cidade, pela localização privilegiada e pelas características simbólicas dos edifícios de mercado, seria sem dúvida interessante que mantivessem a sua função enquanto equipamento público destinado ao abastecimento, ao encontro e ao convívio da população. Evidentemente, este não parece um cenário possível no futuro próximo, tanto pelas opções políticas como pelos interesses de uma sociedade ainda refém do “moderno”. É então essencial que se considerem possíveis adaptações, no sentido de responder ao que é realmente essencial para as estruturas: a sua revitalização e reintegração na vida da cidade.

Neste sentido, é fundamental conhecer profundamente a história de cada lugar, as transformações a que foi submetido, as suas qualidades, as suas limitações. Não se pode ignorar o passado e tentar responder apenas às necessidades de um presente efémero, há que conjugar um razoável conjunto de factores responsáveis pela manutenção da identidade do edifício e que impeçam, pelo menos, que se cometam os mesmos erros do passado.

*“Na ciência nós queremos que haja progresso, e isto significa que devemos subir aos ombros dos nossos antecessores. Devemos manter uma certa tradição...”*¹⁷⁴

Os três Mercados em causa enfrentam, ou enfrentaram, situações diferentes no que diz respeito à sua reabilitação. Apesar de haver a mesma intenção para um mesmo programa, as especificidades de cada um resultaram no confronto com contrariedades e críticas bastante particulares. Por exemplo, no caso Mercado Ferreira Borges, possivelmente por não ter uma ligação tão vincada com a troca mercantil, acabou por não se gerar controvérsia quando se questionou a sua adaptação a uma nova função. Através de um programa consensual e de um bom projecto de arquitectura, o Mercado é hoje um espaço dedicado à música em geral, perfeitamente integrado numa zona turística como a da Ribeira.

O Mercado do Bolhão, por seu lado, devido ao forte carácter histórico do lugar, enraizado na cultura portuense, é um espelho das várias dificuldades que se encontram na reabilitação deste tipo de edifícios, e que se condensam num “braço de ferro” entre as intenções autárquicas e a convicções da população que deles usufruem. Se neste processo as interferências políticas foram responsáveis pelo constante adiamento da sua reconversão, também a opinião pública teve um papel decisivo naquela que representaria a total descaracterização do edifício.

A problemática do Mercado do Bom Sucesso não passa tanto por esta falta de entendimento entre a autarquia e a população acerca da adaptação do edifício a uma novo programa, mas sim à forma como o processo foi conduzido e a solução medíocre que daí resultou. Com efeito, este é um exemplo de um problema que se tem vindo a acentuar nos municípios portugueses, o facto de, face às circunstâncias actuais, acabarem por se colocar os interesses económicos acima dos da cidade e dos seus habitantes. Além da inadequação do novo programa, pouco criativo e distante das necessidades daquela zona da cidade, o que se verifica com a proposta em curso é um total desinteresse tanto pela cultura como pelo próprio edifício enquanto símbolo arquitectónico.

¹⁷⁴ POPPER, Karl. Cit. por ROWE, Colin; KOETTER, Fred – Collage City and the Reconquest of Time. p.118 (tradução da autora)

É esta banalização, esta destituição do carácter excepcional dos edifícios que não pode deixar de ser condenada, pois dificilmente significará mais do que o seu prejuízo, vulgarmente expressado como um “tiro no pé”¹⁷⁵.

Acima de tudo a presente dissertação pretendeu demonstrar a falta de investimento municipal na cultura e a passividade para com a alienação do seu património que, indubitavelmente, terão consequências negativas num futuro próximo. Sendo a privatização destes elementos discutível, mas por vezes necessária, é fundamental que pelo menos a vocação de espaço colectivo seja mantida, assim como a recuperação do edifício enquanto referência indispensável à cidade, ainda que adaptado à contemporaneidade. No caso de ser crucial para a sua permanência, a mudança de programa pode e deve ser considerada, guiando-se pela diversidade e pela cultura própria do lugar, por oposição à monofuncionalidade e ao vazio de identidade que caracteriza grande parte dos edifícios em estado de obsolescência.

*“Um objecto é cultural segundo a duração da sua permanência; o seu carácter duradouro é exactamente o oposto do carácter funcional (...). A cultura está ameaçada quando todos os objectos e coisas do mundo, produzidos pelo presente ou pelo passado, são tratados como puras funções do processo vital da sociedade, como se não existissem para satisfazer esta ou aquela necessidade.”*¹⁷⁶

Estas intervenções, pelo seu potencial e relevância, não podem deixar de estar integradas num planeamento mais abrangente, destinado a solucionar as necessidades reais da cidade e as lacunas na rede de instituições aí existente. Deve também ter-se presente que as vivências urbanas e o uso que as pessoas fazem destes espaços são tão importantes como a sua existência e qualidade; que as estruturas são muito mais que construções históricas, são elas próprias um palco de interacção social, e que uma intervenção sobre eles diferirá consoante o lugar, a função, o edifício, a cultura, ou a cidade. Tal com Jacobs descreveu, são processos urbanos *“complexos demais para serem rotineiros, particularizados demais para serem aplicados como abstrações”*¹⁷⁷.

¹⁷⁵ Expressão utilizada pelo arq. Duarte Morais Soares na entrevista em anexo, precisamente pelo que acontece actualmente na sociedade portuguesa, em que é frequentemente promovido o individualismo ao invés do convívio entre as pessoas, da troca, da experiência (...) de certa forma das actividades verdadeiramente sociais.

¹⁷⁶ ARENDT, Hannah. Cit. por FREITAG, Michel – Arquitectura e Sociedade. p.67

¹⁷⁷ JACOBS, Jane – Morte e vida de grandes cidades. p.491

A reabilitação dos denominados “factos urbanos” deverá então corresponder a uma resposta coerente às necessidades da cidade, sem deixar de respeitar as condicionantes de cada edifício. Além da recuperação física é essencial que se proceda à sua reutilização social, mesmo que isso signifique uma alteração de programa. Ao contrário do que se fez no passado, com o desenho da forma de acordo com a função, é hoje essencial, através do bom senso e da criatividade, que seja a função a adaptar-se às formas pré-existentes.

Bibliografia

“arq|a: revista de Arquitectura e Arte”. Lisboa: Janeiro/Fevereiro 2006, nº35. p. 25.

-

ASCHER, François - **Novos Princípios do Urbanismo; seguido de Novos Compromissos Urbanos: um léxico**. 2º ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2010. 174 p. ISBN 9789722416702

-

AYMONINO, Carlo - **O Significado das Cidades**. Lisboa: Editorial Presença, 1984. 235 p. ISBN 20278

-

BALSAS, Carlos – **Urbanismo comercial em Portugal e a revitalização do centro das cidades**. Lisboa: GEPE, 1999. 179 p. ISBN 9728170556

-

BENEVOLO, Leonardo – **A Cidade na história da Europa**. Lisboa: Editorial Presença, 1995. 242 p. ISBN 9722318837. p. 175-231.

-

BENEVOLO, Leonardo – **A cidade e o arquitecto**. Lisboa: Edições 70, 1998. 146 p. ISBN 9724401073

-

BENEVOLO, Leonardo – **O último capítulo da arquitectura moderna**. Lisboa: Edições 70, 1985. p. 157-183.

-

BOURDIN, Alain – **O Urbanismo depois da crise**. Lisboa: Livros Horizonte, 2011. 115 p. ISBN 9789722417068

-

⁽¹⁾ BUSQUETS, Joan, ed. lit. – Urbanism at the Turn of the Century. In 5ª conferência Van Esteren/Van Lohuizen. Amsterdão: BNSP, 2000. p. 4-20.

-

⁽¹⁾ BUSQUETS, Joan - Barcelona, rethinking urbanistic projects. In EL-KHOUTY, Rudolph; ROBBINS, Edward (eds) - Shaping the City: studies in history, theory and urban design. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2004.

-

CANTACUZINO, Sherban - **Re-Architecture: old buildings/new uses**. Londres: Thames & Hudson, 1989. 244 p.

-

CANTACUZINO, Sherban – **Nuevos usos para edificios antiguos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979. 264 p. ISBN 8425209080

-

CHOAY, Françoise - **The modern city: planning in the 19th Century**. Nova Iorque: George Braziller, 1989. 128 p. ISBN 0807605204. p. 6-15; 103-115.

-

CHOAY, Françoise - **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2006. 245 p. ISBN 9789724412740

- CHOAY, Françoise - **As Questões do Património**. Lisboa: Edições 70, 2011. 235 p. ISBN 9789724416243
-
- COELHO, Joana – O Mercado e a Cidade. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2006. Prova Final.
-
- COSTA, Alexandre Alves [et al.] – **Porto 1901-2001: guia de arquitectura moderna**. Porto: Ordem dos Arquitectos: Civilização, 2001. ISBN 9722620614
-
- ELLÍS, Charlotte – News from Nowhere. The Architectural Review. Londres: The Architectural Press Ltd. ISSN 0003-861X. nº1078 (1986) p. 54-58.
-
- FAWCETT, Jane [et al.] – **The future of the past: attitudes to conservation 1147-1974**. Londres: Thames & Hudson, 1976. 160 p.
-
- FERNANDES, José Alberto V. Rio - As actividades centrais e a valorização das áreas centrais. [Em linha]. Porto: Inforgeo, 2007. [Consult. Dezembro 2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.apgeo.pt/files/docs/Inforgeo_20&21/Inforgeo%2020&21%20Paginas_129_135.pdf> ISSN 0872-6825-20
-
- FERNANDES, José Alberto V. Rio - O Urbanismo Comercial: A experiência portuguesa. [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras, 1994/5. [Consult. Dezembro 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1591.pdf>>
-
- FERNANDÉZ, Manuel S. – El mercado de San Agustín en La Coruña y su prototipo en Reims. [Em linha]. [Consult. Junho 2011]. WWW: <URL: http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/5223/1/ETSA_15-6.pdf>
-
- FREITAG, Michel - **Arquitectura e Sociedade**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2004. 78 p. ISBN 9722027468
-
- GARCÍA VÁSQUEZ, Carlos – **Ciudad hojaldre: visiones urbanas del siglo XXI**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004. 231 p. ISBN 8425219701
-
- GASPAR, Ana Sofia – “Requiem pela Anja”. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008. 214 p. Dissertação de Mestrado Integrado.
-
- GRANDE, Nuno; PORTAS, Nuno - **Entre a Crise e a Crítica da Cidade Moderna**. In *Lisboscópio: Representação Oficial Portuguesa na 10ª Exposição Internacional de Arquitectura, Bienal de Veneza*. Lisboa: Instituto das Artes - Ministério da Cultura, 2006. 169 p. ISBN 9789729932267. p. 65-79.

GRANDE, Nuno – Pode Coimbra reinventar-se? Rua Larga. Coimbra: Universidade de Coimbra. ISSN 1645765X. Nº31 (2011). p. 72/3.

-

GOLLER, Bea – Renovation. Quaderns. Barcelona: COAC. ISSN 02119595. Nº201 (1993) p. 25-30.

-

HALL, Peter – **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no séc. XX**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007. 550 p. ISBN 9788527302760

-

JACOBS, Jane - **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 510 p. ISBN 8533612184

-

KOSTOF, Spiro - **The City Shaped: Urban Patterns and Meanings through History**. Londres: Thames and Hudson, 1991. 300 p. ISBN 0500341184

-

LANDRY, Charles - **The creative city: a toolkit for urban innovators**. Londres: Comedia: Earthscan Publications, 2000. 300 p. ISBN 1853836133

-

LYNCH, Kevin - **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1999. 444 p. ISBN 9724410250

-

MONTANER, Josep Maria – **Arquitectura y crítica**. 2ª ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 2007. 160 p. ISBN 9788425222382

-

MONTANER, Josep Maria – **A Modernidade Superada: arquitetura, arte e pensamento do séc. XX**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 2001. 220 p. ISBN 8425218950

-

MONTANER, Josep Maria - **Depois do Movimento Moderno: arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 2001. 271p. ISBN 8425218284

-

MORENO, Julio - **O Futuro das Cidades**. São Paulo: Editora SENAC, 2002. 146 p. ISBN 8573592540

-

MUMFORD, Lewis - **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741 p. ISBN 8533608470

-

MUMFORD, Lewis – **The Culture of Cities**. San Diego (California) [etc.]: Harcourt Brace & Company, 1996. 586 p. ISBN 0156233010

-

- MUXÍ, Zaida – **La arquitectura de la ciudad global**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 2004. 183 p. ISBN 8425215609
-
- NONELL, Anni Günther (coord.) - **O Mercado do Bolhão: estudos e documentos**. Porto: Mercado Ferreira Borges, 1992. 148 p. ISBN 9729147078
-
- OLIVEIRA, Luís Valente de (coord.) – **Porto: Uma Cidade boa para viver**. Porto: Porto Editora: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1999. 256 p. ISBN 9720062797. p. 75-82.
-
- PEVSNER, Nikolaus – **A History of Building Types**. 4ª ed. Princeton: Bollingen Paperbacks, 1989. 352 p. ISBN 0691018294. p. 235-256.
-
- PINTAUDÍ, Silvana Maria – Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. [Em linha]. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2006. [Consult. Março 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-81.htm>> ISSN 11389788
-
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) - **História do Porto**. 3ªed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 9720062762
-
- REAL, Manuel Luís (coord.) - **Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto**. Porto: Mercado Ferreira Borges, 1992. 210 p. ISBN 972914706X
-
- RIBEIRO, António – O Mercado Municipal de Matosinhos e o Mercado do Bom Sucesso. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008. Dissertação de Mestrado Integrado.
-
- ROSSI, Aldo - **A Arquitectura da Cidade**. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. 258 p. ISBN 9727621260
-
- SALGUEIRO, Teresa Barata - **A cidade em Portugal: uma geografia urbana**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1992. 433 p. ISBN 9723602024
-
- SCHMIDT, Christian M. – Urban artifacts. [Em linha]. [Consult. Novembro 2010]. WWW: <URL:http://www.yaleimportexport.info/assets/pdf/schmidt_urban_artifacts.pdf>
-
- SOARES, Duarte M. – ARS - Arquitectos. Porto: Escola Superior Artística do Porto, 2004. 277 p. Projecto de Final de Curso.
-

SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Presente y futuros: La arquitectura en las ciudades. In Presente y futuros: La arquitectura en las ciudades. Barcelona: Comitè d'Organització del Congrés UIA Barcelona 96, 1996. 309 p. ISBN 8989698034, p. 10-23.

-

⁽¹⁾ SOLÀ-MORALES, Manuel de - Another Modern Tradition. Lotus International. Milão: Rizzoli. Nº64 (1990) p. 6-32.

-

TAVARES, André – O primeiro projecto para o Mercado de Ovar, 1932-1939. Murphy. Coimbra: Universidade de Coimbra. ISSN 16463412. Nº2 (2007) p. 98-119.

-

TEIXEIRA, Sara – Mercados Abertos (1949 – 1974). Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2007. 152 p. Prova Final.

-

TOSTÕES, Ana - Construção moderna: as grandes mudanças do séc. XX. Disponível em WWW: <URL: http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_b.pdf>

-

VILARES, Elisa – Back to the City: O Discurso e as Metodologias da Regeneração Urbana. Cidades: Comunidades e Territórios. Porto: CET-ISCTE. ISSN 16450639. Nº7 (2003) p. 100-109.

-

ABC (Madrid). [Em linha]. 14 Maio 1905 [Consult. Maio 2011]. WWW:

<URL:<http://hemeroteca.abc.es/nav/Navigate.exe/hemeroteca/madrid/abc/1916/05/14/002.html>>

-

a Baixa do Porto. [Em linha]. [Consult. Junho 2011]. WWW: <URL: <http://www.porto.taf.net/dp/node/4038>>

-

bcn.cat. [Em linha]. [Consult. Maio 2011]. WWW:

<URL:<http://w110.bcn.cat/Mercats/Continguts/Documents/Fitxers/Infomercats%20especial%20estrena%20Santa%20Caterina.pdf>>

-

C.M. Porto. [Em linha]. [Consult. Maio 2011]. WWW: <URL: <http://www.cm-porto.pt/>>

-

do Porto e não só. [Em linha]. [Consult. Abril 2010]. WWW: <URL:<http://doportoenaoso.blogspot.com/>>

-

EMBT | Enric Miralles – Benedetta Tagliabue | Arquitectes associates. [Em linha]. [Consult. Maio, 2011].

WWW: <URL: http://www.mirallestagliabue.com/project_media.asp?id=59&cid=1199>

-

Forum des Halles. [Em linha]. [Consult. Abril 2011]. WWW:

<URL:<http://en.forumdeshalles.com/vue/InitActuDetail.do?id=158>>

Hard Club. [Em linha]. [Consult. Junho 2011]. WWW: <URL: <http://www.hardclub.com/#/pt/hardclub/espaco>>

-

ionline. [Em linha]. 26 Abril 2010. [Consult. Maio 2011]. WWW: <URL: <http://www.ionline.pt>>

-

Joaquim Massena, arquitectos. [Em linha]. [Consult. Novembro 2010]. WWW: <URL: <http://www.joaquimmassena.com/>>

-

Jornal de Notícias. [Em linha]. [Consult. Junho 2011]. WWW: <URL: <http://www.jn.pt/paginainicial/>>

-

Lewis Mumford - Wikipedia. [Em linha]. [Consult. Janeiro 2011]. WWW: <URL:http://en.wikipedia.org/wiki/Lewis_Mumford>

-

Mercado de San Miguel. [Em linha]. [Consult. Maio 2011]. WWW: <URL: <http://www.mercadodesanmiguel.es/>>

-

Mercado do Bolhão. [Em linha]. [Consult. Outubro 2010]. WWW: <URL: <http://manifestobolhao.blogspot.com/>>

-

Mercado do Bom Sucesso Vivo! [Em linha]. [Consult. Outubro 2010]. WWW: <URL: <http://mercadobomsucesso.wordpress.com>>

-

Mercat de Santa Caterina. [Em linha]. [Consult. Maio 2011]. WWW: <URL: <http://www.mercatsantacaterina.net/>>

-

Ordem dos Arquitectos. [Em linha]. [Consult. Junho 2011]. WWW: <URL:<http://www.arquitectos.pt/>>

-

Palavras de Arquitectura. [Em linha]. [Consult. Junho 2011]. WWW: <URL: <http://palavras-arquitectura.com/>>

-

pned: Mensagem: BOLHÃO. [Em linha]. [Consult. Junho 2011]. WWW: <URL:<http://br.dir.groups.yahoo.com/group/pned/message/9034?l=1>>

-

Porto Redux. [Em linha]. [Consult. Novembro 2010]. WWW: <URL: <http://portoredux.blogspot.com/>>

-

r[eu]cycling · El nuevo Mercado de San Miguel, o ¿Deben protegerse los Mercados? [Em linha]. [Consult. Maio 2011]. WWW: <URL:<http://ecosistemaurbano.org/city/reucycling-%C2%B7-el-nuevo-mercado-de-san-miguel-o-%C2%BFdeben-protegerse-los-mercados/>>

SBU – Sociedade Brasileira de Urbanismo. [Em linha]. [Consult. Junho 2011]. WWW:
<URL:http://sburbanismo.vilabol.uol.com.br/o_urbanismo.htm>

-

The Globe and Mail. [Em linha]. 9 Abril 2010. [Consult. Maio 2011]. WWW:
<URL:<http://www.theglobeandmail.com/life/travel/destinations/travel-europe/france/extreme-makeover-les-halles-paris-edition/article1528988/>>

⁽¹⁾ O acesso a estes documentos foi obtido por intermédio pelo manual de Teoria e Prática do Urbanismo desde 1945: 2009-2010. [Course Reader of Theory and Practice of Urbanism since 1945: 2009 -2010]. Leuven: ASRO – KU Leuven, 2009.

Fontes de Imagens

1. <http://desirsdavenirparis5.over-blog.com/article-28725286.html>
2. <http://desirsdavenirparis5.over-blog.com/article-28725286.html>
3. <http://www.jwinspiration.com/en/news.php?news=59>
4. <http://www.cyurbia.org/gallery/data/6484/08dq.jpg>
5. a. http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/76/Garden_City_diagram.jpg
b. http://www.myurbanist.com/wp-content/uploads/2011/01/Howard_diagram-no.-3.jpg
c. http://www.gardenvisit.com/assets/madge/landscape_planning_garden_city1/600x/landscape_planning_garden_city1_600x.jpg
6. http://www.cccb.org/rcs_gene/400px-PlaCerde1859b.jpg
7. <http://places.designobserver.com/media/images/FoxSpat.IntelBarcelonaGrid>
8. http://4.bp.blogspot.com/M3V2hAWX6_o/TYVdBod3SI/AAAAAAAAAHyA/tdikpFmXIvg/s1600/barcelona1%2Breticula%2Bcerda%2Be%2Bmedieval.jpg
9. [http://www.anycerda.org/web/imagen/1244670551.foto1.tbl_actividades.27/FOTOFotolia_3247877_L%20\(Medium\).jpg](http://www.anycerda.org/web/imagen/1244670551.foto1.tbl_actividades.27/FOTOFotolia_3247877_L%20(Medium).jpg)
10. <https://lh3.googleusercontent.com/-PM3u2TJ235k/TXqPMU2bs6I/AAAAAAAAAto/Jre6etJibuQ/s1600/Congreso%252520internacional%252520de%252520arquitectura%252520moderna.jpg>
11. http://www.taschen.com/custom/gallery_pages_image_popup.php?id=346158&main_id=32622&size=640
12. http://4.bp.blogspot.com/_MTFZdzYOqVk/TLYfpAc-DPI/AAAAAAAAAKc/3EW0A--qHQM/s400/10-endciam-ok.jpg
13. http://n.i.uol.com.br/ultnot/album/100415brasil50_f_048.jpg
14. <http://history-wiki.wikispaces.com/file/view/Bauhaus.jpg/37792368/Bauhaus.jpg>
15. a. http://1.bp.blogspot.com/_NGpDY-yX1As/S_YcoeHPfaI/AAAAAAAAAd4/0MWuyYpFVng/s1600/NEW-CHURCH-MARKET-SQ-MEDIEVAL-TOWNHALL-DELFT-HOLLAND-1980s.jpg
b. http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/47/Dresden_Altmarkt_1900.jpg/800px-Dresden_Altmarkt_1900.jpg
c. <http://travel.701panduan.com/upload/old-market-square.jpg>
d. http://elschoolreviews.com/wp-content/uploads/2010/06/800px-Krakow_rynek_012.jpg
e. http://xvelo.com/blog/wp-content/uploads/2008/04/market_square_bruges_apr2008_sm.jpg
f. [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cc/Grote_Markt_\(Antwerpen\).jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cc/Grote_Markt_(Antwerpen).jpg)
16. a. Arquivo fotográfico da autora, Agosto 2007.
b. Arquivo fotográfico da autora, Agosto 2007.
c. Arquivo fotográfico da autora, Agosto 2007.
d. http://www.thetravelprovocateur.com/wp-content/uploads/2010/04/IMG_4170-boqueria-candies.jpg
e. http://www.thetravelprovocateur.com/wp-content/uploads/2010/04/IMG_4161-boqueria-entrance.jpg
f. Arquivo fotográfico da autora, Agosto 2007.
17. a. http://2.bp.blogspot.com/_x3B6vcbILSc/SN8oTkj2EVI/AAAAAAAAACE/R4Yc9Sy6wek/s1600-h/Violet-le-Duc_foto.jpg
b. <http://www.victorianweb.org/authors/ruskin/gallery/13.jpg>
18. a. <http://www.usc.edu/dept/architecture/slide/ghirardo/CD2/021-CD2.jpg>
b. <http://www.jasa.net.au/london/london.htm>
19. <http://www.londongardenstrust.org/history/bigpix/Covent%20Garden.jpg>
20. http://www.coventgardenlondon.co.uk/features/austen_williams_gallery.html
21. <http://www.photograph-london.com/london-photos/photo-200501433.php>
22. http://www.photo-visible.com/photos/photo_en496.aspx

23. a. http://news.cnet.com/2300-27076_3-10007828-7.html
 b. <http://www.marketingmagazine.co.uk/news/rss/1019548/Covent-Garden-site-Apples-biggest-store/>
 c. http://www.graphicalliance.co.uk/blog/wp-content/uploads/2010/08/coventgarden_gallery_image4.jpg
 d. <http://macmagazine.com.br/2010/08/08/conheca-a-nova-apple-store-em-covent-garden-londres/>
24. <http://zolaandme.files.wordpress.com/2010/01/les-halles-centrales-1952-roger-henrard-1196007541.jpg>
25. <http://www.parisbestlodge.com/leshalles.html>
26. http://moniquetdany.typepad.fr/.shared/image.html?/photos/uncategorized/2009/03/03/halles_4.jpg
27. a. <http://static.panoramio.com/photos/original/27112644.jpg>
 b. <http://www.linternaute.com/paris/magazine/paris-70-s/image/22303.jpg>
28. <http://www.milenapecic.com/wp-content/uploads/2009/09/les-halles.jpg>
29. a. http://www.capital.fr/var/cap/storage/images/art-de-vivre/diaporamas/immo-paris/vue-d-ensemble-des-nouvelles-halles/6007599-1-fre-FR/vue-d-ensemble-des-nouvelles-halles_940x705.jpg
 b. http://pics1.meilleursagents.com/cms/2008/12/canopee_forum_halles_09.jpg
 c. <http://www.iosisgroup.fr/media/actualite/Canope4.jpg>
30. a. http://3.bp.blogspot.com/_bYbypZ_4xQI/Sr0uj-qoR7I/AAAAAAAAAQ/mDXUnuYzvLs/s1600-h/sanmiguel_1950_small.jpg
 b. <http://hubpages.com/hub/Madrid-San-Miguel-Market>
31. a.
<http://www.disenointerior.es/index.php/mod.pags/mem.detalle/idpag.2571/cat.2030/chk.da66b37296518dae7c125beb8e8a9494.html>
 b. <http://cooklikejames.typepad.com/travellikejames/2010/02/mercado-de-san-miguel-madrid-spain.html>
 c. <http://cooklikejames.typepad.com/travellikejames/2010/02/mercado-de-san-miguel-madrid-spain.html>
 d.
<http://www.disenointerior.es/index.php/mod.pags/mem.detalle/idpag.2571/cat.2030/chk.da66b37296518dae7c125beb8e8a9494.html>
 e. <http://cooklikejames.typepad.com/travellikejames/2010/02/mercado-de-san-miguel-madrid-spain.html>
32. a. MIRALLES, Enric; TAGLIABUE, Benedetta - **EMBT: Enric Miralles - Benedetta Tagliabue - Work in Progress**. Barcelona: Col·legi d'Arquitectes de Catalunya, 2005. 272 p. ISBN 8496185451. p. 161.
 b. MIRALLES, Enric; TAGLIABUE, Benedetta - **EMBT: Enric Miralles - Benedetta Tagliabue - Work in Progress**. Barcelona: Col·legi d'Arquitectes de Catalunya, 2005. 272 p. ISBN 8496185451. p. 178.
 c. MIRALLES, Enric; TAGLIABUE, Benedetta - **EMBT: Enric Miralles - Benedetta Tagliabue - Work in Progress**. Barcelona: Col·legi d'Arquitectes de Catalunya, 2005. 272 p. ISBN 8496185451. p. 179.
33. http://m0.11870.com/multimedia/imagenes/mercat-santa-caterina_pxl_0f72de7ad86917208011d71395d947c6.jpeg
34. <http://img.seenby.de/user/bob-masters/img/h596/5.jpg>
35. http://2.bp.blogspot.com/_Prpd4JkQS6I/TOaCqevnqvl/AAAAAAAAA18/LSqn8bhBNi0/s640/13.jpg
36. <http://www.barcelonaturisme.com/files/5445-487-Imagen/Santa-Caterina.Barcelona.jpg>
37. http://4.bp.blogspot.com/_bY7cf1jY2-M/S--oVy1zfQI/AAAAAAAAACc/jqB-tzAujE/s1600/mercat-santa-caterina_pxl_50debe77ba9774d20d130f4583695e6d.jpg
38. RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) - **História do Porto**. 3ªed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 9720062762. p.10.
39. http://lh4.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TGrHZhmTMAI/AAAAAAAAHzI/Zs1KNw5wcNI/s1600h/pp1%5B4%5D.jpg
40. http://lh5.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TAPV0oebk6I/AAAAAAAAACwc/sQ6V2hvrJbs/s1600h/cp20%5B5%5D.jpg
41. http://www.alvaroazevedo.com/pensil/img/Pensil_Sec_XIX_Foto_com_a_Ponte_Luiz_I.jpg

42. http://lh4.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TGrH3sWbsJI/AAAAAAAAAH1w/1qspR0CWRSMS/s1600h/barros6%5B5%5D.jpg
43. http://3.bp.blogspot.com/_vUAl8ixKwJ4/R_FIOMNThEI/AAAAAAAAAqU/KDk6555ldA0/s400/lldomingos.jpg
44. http://lh5.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/S_F0wCTnMYI/AAAAAAAAABZY/vgidEI0utWU/s1600h/ce53%5B4%5D.jpg
45. RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) - **História do Porto**. 3ªed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 9720062762 p.490.
46. http://lh3.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TGrH58KVikI/AAAAAAAAAH14/dBE4wRnTy0E/s1600h/barros5%5B10%5D.jpg
47. RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) - **História do Porto**. 3ªed. Porto: Porto Editora, 2000. ISBN 9720062762. p.34.
48. http://4.bp.blogspot.com/_IDDMRY3nPVE/SGwCnLI195I/AAAAAAAAABpo/t8Twonwbug4/s400/014.jpg
49. a. http://2.bp.blogspot.com/_nDjBVtaNYZE/TB9bzPkky8I/AAAAAAAAACls/i9CyiXZjzoE/s1600/FerreiraBorges_freinte.jpg
- b. http://1.bp.blogspot.com/_nDjBVtaNYZE/TB9bQHtboYI/AAAAAAAAAClk/HKO_7nNNJg/s1600/FerreiraBorges_lateal.jpg
- c. http://3.bp.blogspot.com/_nDjBVtaNYZE/TB9adH6d0PI/AAAAAAAAAClc/YHplQdbddGM/s1600/MERCADO.jpg
- d. http://4.bp.blogspot.com/_nDjBVtaNYZE/TBq6CLCvjFI/AAAAAAAAACig/4amn5KhqW-o/s1600/FerreiraBorges_interiorH.jpg
- e. http://4.bp.blogspot.com/_nDjBVtaNYZE/TBq-WfbaMvI/AAAAAAAAACio/0klseY5dDg/s1600/corredor+central5.jpg
50. <http://ssru.files.wordpress.com/2009/07/ferreiraborges02.jpg>
51. a. <http://cidadessurpreendente.blogspot.com/2006/02/no-mercado-ferreira-borges.html>
- b. <http://srv.fotopages.com/2/2969918/Porto-Mercado-Ferreira-Borges.jpg>
- c. http://3.bp.blogspot.com/_Fm79Q2YFcZQ/TI5IURiFYKI/AAAAAAAAAMt8/1uesSDBnnM/s320/hardclub3.bmp
- d. <http://cidadessurpreendente.blogspot.com/2006/02/no-mercado-ferreira-borges.html>
52. a. <http://a1.l3-images.myspacecdn.com/images02/129/efbf4954a2614f7db2020ec9136308fd/l.jpg>
- b. <http://img99.imageshack.us/img99/4279/28374101502037470353381.jpg>
53. a. https://lh6.googleusercontent.com/PtGb85H0ryo/TYFCjV_XAtI/AAAAAAAAAIQ/6VcBWYi1NOE/s1600/HC_MFB+Main+floor+21.jpg
- b. Arquivo fotográfico da autora, Junho 2011.
- c. Arquivo fotográfico da autora, Março 2011.
- d. Arquivo fotográfico da autora, Junho 2011.
54. a. http://lh3.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TBewjXMSstbI/AAAAAAAAAECl/KYZXccK4EXA/s1600h/bu8%5B4%5D.jpg
- b. http://lh6.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TBewo9lD8tI/AAAAAAAAAECK/niZ92MNUm0U/s1600h/bu9%5B4%5D.jpg

- c.
http://lh5.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TBewnXswayI/AAAAAAAAECc/4r4A0E1pISA/s1600h/bu10%5B4%5D.jpg
 PG
 d. http://farm3.static.flickr.com/2226/2153575471_2c2cb80e81.jpg
55. NONELL, Anni Günther (coord.) - **O Mercado do Bolhão: estudos e documentos**. Porto: Mercado Ferreira Borges, 1992. 148 p. ISBN 9729147078. p.113.
56. http://lh3.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TFtVBTut2I/AAAAAAAAHZc/cewBVfEUUFU/op65_thumb%5B2%5D.jpg
57. http://lh3.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TH2TsGB5jI/AAAAAAAAI0k/iaXaZzpavPM/pec118_thumb%5B2%5D.jpg
58. <http://www.porto.taf.net/dp/files/20061015-bolhao.jpg>
59. a. NONELL, Anni Günther (coord.) - **O Mercado do Bolhão: estudos e documentos**. Porto: Mercado Ferreira Borges, 1992. 148 p. ISBN 9729147078. p.115.
 b. NONELL, Anni Günther (coord.) - **O Mercado do Bolhão: estudos e documentos**. Porto: Mercado Ferreira Borges, 1992. 148 p. ISBN 9729147078. p.115.
60. a. <http://cidadessurpreendente.blogspot.com/2005/08/no-mercado-do-bolho.html>
 b. <http://cidadessurpreendente.blogspot.com/2005/08/no-mercado-do-bolho.html>
 c. <http://foto.gastan.sk/d/25702-2/P1000378.jpg>
 d. http://3.bp.blogspot.com/_xdHyRzIXGw8/SjA9YjH-1tI/AAAAAAAAABOc/3d_6rJEzXy8/s800/naolugar_Bolhao1_08dez2006.jpg
61. http://farm6.static.flickr.com/5289/5250530305_b50d20b8f5.jpg
62. a. <http://www.porto.taf.net/dp/files/20070428-bolhao.jpg>
 b. <http://ipt.olhares.com/data/big/180/1804502.jpg>
 c. Arquivo fotográfico da autora, Junho 2011.
63. <http://aeiou.expresso.pt/um-novo-bolhao-em-2012=f573143>
64. http://lh3.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TGrH9keS9OI/AAAAAAAAH2I/oXSA_UiI-j0/s1600h/barros11%5B5%5D.jpg
65. a. http://4.bp.blogspot.com/_93MOhC8UNcl/S9ihMMVwuI/AAAAAAAAACY/c73_jYJCjha/s1600/Porto+Capela+do+Bom+Sucesso,+em+1849.jpg
 b. http://library.kiwix.org:4213/I/250px-Casa_Capela_Bom_Sucesso.jpg
66. <http://www.revistapunkto.com/2010/06/praca-do-bom-sucesso-114-168.html>
67. a.
<http://3.bp.blogspot.com/itxhv455ea8/Tb3fDPsesZI/AAAAAAAAAe8/KoXQfMWHHAo/s1600/bom+sucesso+antiga.jpeg>
 b.
<http://3.bp.blogspot.com/itxhv455ea8/Tb3fDPsesZI/AAAAAAAAAe8/KoXQfMWHHAo/s1600/bom+sucesso+antiga.jpeg>
68. <http://www.revistapunkto.com/2010/06/praca-do-bom-sucesso-114-168.html>
69. a. http://lh6.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TFtUwWnxYaI/AAAAAAAAYE/i-3NSq8drkE/s1600h/op26%5B5%5D.jpg
 b.
http://1.bp.blogspot.com/_2TX7lc4x1bg/SQXJfRiOQoI/AAAAAAAACss/cWevLK9qv5k/s1600h/matosinhos.jpg
70. a. http://www.cari.fr/upload/chantiers-photos/l/ch_38.jpg
 b. http://medias01.enjoyconstellation.com/f_1216002288_1.jpg
71. a. http://www.coruna.es/ImagenDinamica/1174623634955_X0pQUjAxOTQuanBn_383x255_100Q.jpeg
 b. http://farm2.static.flickr.com/1430/4726891026_be1d0bfde5.jpg

72. <http://4.bp.blogspot.com/-rPGnwBTKbfA/TgmwCQf7CTI/AAAAAAAAABaiA/IHgyCF9P9i0/s1600/minas-gerais-83.jpg>
73. a. http://farm3.static.flickr.com/2572/3679348096_06f1081cca.jpg
b. <http://porto24.pt/files/2011/01/bom-sucesso-virtual.jpg>
c. http://farm3.static.flickr.com/2636/3679348920_2fb8ed2886.jpg
74. a. http://mercadobomsucesso.files.wordpress.com/2011/02/carlosromao_mercado_bom_sucesso_11.jpg
b. http://3.bp.blogspot.com/zBdvqFo8lJM/Tda4ZEbqPqI/AAAAAAAAEGw/0gZUzt4Dv5s/s1600/carlosromao_mercado_bom_sucesso_2.jpg
c. http://mercadobomsucesso.files.wordpress.com/2011/05/carlosromao_mercado_bom_sucesso_3.jpg
d. <http://www.porto.taf.net/dp/files/20110428-bomsucesso.jpg>
75. <http://static.publico.pt/docs/sociedade/mercadobomsucesso/>

Conversa com o arq. Duarte Morais Soares

Porto, 27 de Junho de 2011.

Após os planos dos arquitectos italianos, de Antão de Almeida Garret... existia na altura do projecto para o mercado algum plano a respeitar? Em que condições foi feita a encomenda?

A encomenda do mercado do Bom Sucesso foi feita de uma forma um pouco precipitada e, o que existia efectivamente era uma situação que se vinha a tentar resolver há muitos anos, que era a necessidade de se criar um novo mercado na zona ocidental da cidade e poder substituir o mercado do Anjo, que funcionava na Praça de Lisboa, conhecida como Praça dos Clérigos, e que tinha tido vários projectos de vários arquitectos, nomeadamente de Januário Godinho, mas que nunca se tinham concretizado. O Coronel Lucínio Preza, que na altura era o Presidente da Câmara Municipal do Porto, sabia da existência de um projecto que a ARS-Arquitectos tinha realizado para a Câmara Municipal de Chaves, para o mercado do Arrabalde, e nesta altura pede-lhes no fundo, sabendo que esse projecto estava mais ou menos avançado e que estava dentro das linhas modernas que ele pretendia para implantar o mercado, faz esta encomenda muito, muito, digamos...em cima da hora e que é, de certa forma, uma encomenda que tinha como prazo uma inauguração em 1952, a par do estádio das Antas.

O projecto do mercado foi de alguma forma influenciado pelas intenções do Estado Novo?

Esta foi uma encomenda muito particular da Câmara Municipal do Porto, na qual os monumentos nacionais, que no fundo controlavam um pouco esta arquitectura pública que se fazia em Portugal à época, tiveram relativamente pouca influência, porque houve aqui sobretudo uma situação de rapidez, de *pressing* para que a obra estivesse pronta. Não houve muita intervenção do Estado no que toca aos monumentos nacionais para acompanhar esse processo. Foi portanto bastante dividido entre a Câmara do Porto e os arquitectos, e daí hoje o mercado ter umas linhas mais “soltas”, diferentes do que caracterizava, de uma forma quase “satírica”, os elementos do Estado Novo.

Certamente que a experiência em Matosinhos, influenciada pelo modelo de Reims ou pelo Mercado de San Augustín na Corunha, foi uma referência importante para o projecto do mercado do Bom Sucesso. Além destes exemplos, pensa ter havido alguma influência do I Congresso Nacional?

Não, não houve influência do Congresso Nacional. Eles foram oradores no Congresso. A ARS-arquitectos tem um grande peso na formação do Sindicato dos Arquitectos em Portugal. O SAP inclusivamente funcionou durante os primeiros anos dentro do gabinete da ARS e, quando foi feito o I Congresso Nacional de Arquitectura, dois dos três elementos que constituíam a ARS portanto, Fortunato Cabral, Cunha Leão e Morais Soares, fizeram as suas exposições. O Morais Soares, que era no fundo o meu avô, era a pessoa que estava mais ligada ao desenho e à operacionalidade de construção do escritório, de projecto, o Fortunato Cabral era uma pessoa que estava muito ligada ao acompanhamento de obra, e é esse trabalho que faz de uma forma bastante exaustiva, e o Cunha Leão digamos que era o “ideólogo” que constantemente fazia parte das tertúlias, escrevia artigos no jornal e tinha uma intervenção digamos mais teórica sobre os objectos que produziam. E, no Congresso Nacional de Arquitectura, eles os dois, o Cunha Leão e o Fortunato Cabral, acabam por fazer intervenções, creio que na altura o Fortunato Cabral enquanto secretário do SAP. O Fortunato Cabral com uma intervenção que se

Nestes casos, em que se discute a reconversão de um edifício moderno, cuja forma foi projectada para uma função específica, como vê a adaptação a um novo programa? Que premissas considera essenciais serem respeitadas? (por exemplo a manutenção do carácter público, a semelhança com o programa original ou a preservação da estrutura original, como foi feito no mercado Ferreira Borges)

Eu não concordo de todo que o mercado Ferreira Borges seja uma estrutura de parceria público-privada, acho que devia ser uma instituição pública. A questão dos mercados em si, como nós sabemos e como podemos comprovar em outras cidades quando passeamos na Europa, é uma estrutura perfeitamente actual, no meu entender até novamente revitalizada e em crescimento. Parece que estamos aqui a deixar cair uma estrutura perfeitamente utilizável. O mercado em si tem alguns problemas funcionais que nunca chegaram a ser resolvidos, que são resultado da forma apressada como o mercado foi construído, e que têm nomeadamente a ver com a sua orientação solar, qualquer fotografia que se veja do mercado do Bom Sucesso durante anos a fio teve sempre guarda-sóis lá dentro... portanto existe ali um problema evidentemente solar, mas que é hoje perfeitamente resolúvel, sem a mínima dificuldade. E também uma situação mais actual, que se poderia perfeitamente resolver, que é a questão do estacionamento e que está, apesar de tudo, na forma como nós vivemos o Porto, na forma como o Porto se desenvolve e com as linhas de transportes públicos, continua a ser uma questão em cima da mesa e portanto, não vale a pena contornar esse problema, mas era perfeitamente solucionável.

Mas eu sou sempre parcial, eu não consigo ser imparcial. Para começar, eu sou parcial de três formas: primeiro foi desenhado pelo meu avô e eu conheço profundamente a história daquele mercado, e sei os erros que foram cometidos no início quando ele foi projectado. Conheço a história demasiado bem para saber e para não achar que aquilo é uma obra perfeita, ao contrário do mercado de Matosinhos. O mercado de Matosinhos, eu atrever-me-ia a dizer que é uma obra perfeita, o mercado do Bom Sucesso nem tanto. Em todos os aspectos, o mercado de Matosinhos é um exemplo, embora menos exuberante ao nível da arquitectura, menos interessante ao nível da estrutura, é um mercado mais, de certa forma, mais bem resolvido, e que a sua vitalidade nos dias de hoje comprova, nem nunca ninguém sequer questionou a vitalidade do mercado, nem nunca o mercado de Matosinhos deixou de estar completamente activo, embora ele tenha uma centralidade urbana não tão interessante como a do Bom Sucesso.

Isto é um dos aspectos que me torna parcial, é o facto de eu conhecer a obra particularmente bem, a segunda é de eu ter sido na altura convidado pela Câmara do Porto para desenhar um possível plano de ideias para o que seria a reconversão do mercado, e que gerou efectivamente este concurso porque a minha proposta de revitalização do mercado, pura e dura, não foi aceite. Portanto foi uma ideia que de certa forma a vereação abandonou, não achou que fosse uma ideia interessante revitalizar o mercado como mercado. E as ideias eram tão simples quanto: há uma grande zona na parte mais próxima da rotunda da Boavista e era uma zona destinada a frios e à armazenagem, que hoje em dia não faz sentido e não é necessária, e que poder-se-ia rapidamente transformar numa loja-âncora, numa loja-forte, que pudesse dar apoio e criar dinamismo no mercado, e que esteve em cima da mesa, seria a FNAC. Naquela zona da cidade não existe e estando perto da Casa da Música podia perfeitamente ter cabimento. São 16000m² que responderiam muitíssimo bem a esse programa. No outro extremo temos a zona da peixaria, uma zona que foi inicialmente desenhada ali para ser mais fresca e estar sob

uma plataforma que não permitisse tanta luz e tanto calor mas que hoje em dia é, mais uma vez, perfeitamente resolúvel, que é uma zona menos interessante do mercado, que tem os seus acessos automóveis perfeitamente desenhados, e na qual seria possível, rapidamente, sem criar qualquer intervenção particularmente pesada sobre o mercado, estacionar cerca de 72 automóveis, o que acabava por ser um apoio significativo para as pessoas que o quisessem utilizar. A parte central do mercado iria continuar a ser um mercado, um mercado tradicional, inclusive incluindo as pessoas que lá trabalhavam como lojistas e que representavam na época em que eu fiz esse estudo não mais de 20% de todos os alvéolos disponíveis. Portanto a Câmara teria 80% de alvéolos para comercializar e 20% de inquilinos para indemnizar ou, mesmo que o mercado aparecesse de “cara lavada”, porque não manter as pessoas que ali comercializam há tantos anos?

Mas a Câmara considerou que esse projecto, embora fosse um projecto economicamente muito viável, achou que não, não faz parte dos princípios políticos deles portanto, o que teria que ser era uma parceria público-privada. Nesse contexto, foi apresentado um concurso no qual se subverteram as regras. A base desse concurso não foi sequer respeitada porque ficou vazio, então a proposta que está hoje em dia em cima da mesa acaba por ser a proposta de uma das poucas empresas que resolveu apresentar uma solução alternativa a este concurso, porque este concurso de parceria público-privada levou, mais uma vez, a situações que não tornavam a viabilidade possível. E...chegou-se ao fim e temos assim um projecto que não abona nada, no meu entender, à estrutura do mercado mas, mais uma vez, eu aí serei parcial, porque a pessoa que fez o projecto é uma pessoa minha amiga. Portanto não vou dar mais opinião sobre esse projecto. Mesmo que não concorde, acho que não me devo manifestar...

O programa da nova proposta acaba por ser uma resposta aos interesses da Câmara Municipal do Porto. Com fracassos reconhecidos na transformação de mercados tradicionais em centros comerciais, e ao olhar para outras cidades europeias, vemos que esta não é a única solução.

Não é de todo uma solução... A questão é que a Câmara do Porto, nomeadamente o Rui Rio, têm uma visão particularmente economicista, muito pouco ligadas com a cultura, muito pouco ligadas com a esfera social no que toca às despesas... É uma ideia que eu respeito, nos dias que correm até aplaudo. Em geral eu aplaudo o rigor técnico nas contas e, de certa forma, o não excesso da despesa pública. A questão é que há projectos viáveis e há outros que não são viáveis... e o mercado do Bom Sucesso tinha condições para ser um mercado viável, à semelhança do que podemos verificar no mercado de Santa Catarina, em Barcelona. Mas a Câmara não teve esse entendimento, procuraram sempre mais procurar um parceiro público-privado, em que os privados pagassem todas as necessidades para que aquele edifício pudesse “continuar em pé”. Não está em causa a sua demolição, nunca esteve, mas sim a sua revitalização.

(No contexto da explicação do propósito da presente dissertação) (...) Adaptar a teoria dos “factos urbanos” aos mercados do Porto, através da sua história, da influência urbana, social e arquitectónica que tiveram na cidade e nos seus habitantes. Actualmente, face à obsolescência dos mercados tradicionais, é também interessante considerar os projectos de reabilitação a que estão ou estiveram sujeitos, percebendo não só a sua complexidade mas também o seu potencial.

Parece que vamos fazer três asneiras de enfiada...

Na minha opinião a reabilitação do mercado Ferreira Borges foi bem conseguida. Creio que talvez por não ter uma ligação tão forte com o comércio, por estar inserido num sítio turístico, ou pelo novo programa... Talvez a parceria seja discutível, mas penso que, no geral, é um bom exemplo de reconversão.

Eu acho que tem muito a ver com os arquitectos que pensam a reconversão. Eu reconheço nas obras do Manuel e do Francisco Aires Mateus sempre essa qualidade, de conseguirem, de certa forma, dar uma utilidade ao edifício. Isso eu acho muito interessante porque às vezes nem sempre os arquitectos, pelo facto de serem arquitectos que nós conhecemos, e apesar de fazerem edifícios particularmente bonitos, conseguem fazer edifícios funcionais. Não é uma coisa que aconteça nas obras do Manuel e do Francisco (...) esta intervenção foi bem feita.

Agora, existe toda uma tendência nos dias de hoje, que tem a ver com aspectos de gastronomia, de cultura, sobretudo com imenso peso na cultura portuguesa, Portugal é conhecido internacionalmente por ser um sítio onde as pessoas prezam a comida e o acto de comer; devemos ser dos sítios do mundo com uma das alimentações mais variadas, historicamente mais ricas e, menosprezar os mercados é de certa forma, menosprezar esse acto. E é uma fonte de rendimento turístico também. Portanto, é uma pena que as pessoas não encarem estas peças como jóias de valorização...

O problema com o projecto de reabilitação do mercado do Bom Sucesso é que, apesar de manter a sua imagem no exterior, perderá toda a excepcionalidade que detinha.

Não se vai sentir de todo o que é mais importante do mercado e aquilo que fez durante muitos anos viver muita gente...o que fez viver muito tempo a cidade.

Quando nós observamos na arquitectura, ao longo da história da pintura, todos os momentos associados a criação, todos os momentos associados muitas vezes à interacção das pessoas, ao conhecimento, à construção de sociedade e de cidade, nós podemos ver representada na pintura italiana, na pintura flamenga, na portuguesa, sempre de uma forma presente, as feiras de mercado. São pontos de convergência onde pessoas trocam ideias, trocam comércio, comunicam. É uma necessidade fisiológica que obriga as pessoas a interagir.

Que é exactamente o oposto do que acontece nos centros comerciais...

Exactamente. Estamos a dar o chamado “tiro no pé”, a proteger aquele individualismo que já é uma situação dramática na sociedade portuguesa, em detrimento do bem comum, de uma situação de convívio entre as pessoas, de troca, de experiência em termos nacional... esta situação é uma situação que é, de certa forma, não social. É uma pena.

Ainda mais com uma economia não é tão certa como isso...ninguém garante que vá resultar, sobretudo nos dias que correm. É pena... porque não é de todo, enfim, não é aquilo que nós precisamos neste momento. Parece-me uma ideia desadequada, ultrapassada e de certa forma economicamente também em risco por isso mesmo. Seja porque princípio for, é uma pena que o mercado não seja recuperado enquanto mercado. Tenha uma vertente mais *gourmet*, mais popular...É um contra-ciclo, não faz sentido.

Por exemplo com a reconversão do mercado de San Míguel em Madrid, apesar da vertente tradicional ter desaparecido, a verdade é que aquele espaço ganhou uma nova vitalidade com a introdução de espaços de restauração, uma loja destinada à gastronomia, à promoção de produtos nacionais.

Há muito para fazer e há muito para recuperar dentro de um mercado. O mercado é um dos sítios mais interessantes, sempre foi, para ocorrer vida, com pessoas disponíveis para aprender, para, de certa forma, melhorarem a sua qualidade de vida.

Chega-nos todos os dias de todos os lados, existe uma cultura de gastronomia em Portugal, de enologia, de agricultura, de pesca, tudo isso acaba de certa forma por se reflectir nos mercados...e esta ideia levada ao extremo, que está um bocado ultrapassada, do *gourmet*, embora tenha sido uma vontade que partiu da classe alta, começa a generalizar-se... as pessoas retomam o gosto por certos rituais desprezados nos últimos anos (...). Aparentem-se que esses momentos mais simples são provavelmente os mais importantes.

